



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E
SOCIEDADE**

**QUILOMBO MARIA CONGA: MEMÓRIA, IDENTIDADE E
PRESERVAÇÃO CULTURAL**

JOSIEL FRANCISCO SANTOS DE MORAIS

Sob a Orientação do Professor Doutor
Otair Fernandes de Oliveira

e Co-orientação do Professor Doutor
Luís Cláudio de Oliveira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre**, no Curso de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade, Área de Concentração em Cultura e Sociedade. Linha de Pesquisa: Patrimônio Cultural – Identidades e Sociedade.

Nova Iguaçu, RJ
Maio de 2024

A presente documentação apresentado dissertação foi realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, que viabilizou e colaborou com o bom andamento de todo o trabalho de pesquisa.

[Ficha Catalográfica]

F828q Francisco Santos de Moraes, Josiel ,1964-
QUILOMBO MARIA CONGA: MEMÓRIA, IDENTIDADE E
PRESERVAÇÃO CULTURAL / Josiel Francisco Santos de
Moraes. - Rio de Janeiro, 2024.
99 f.: il.

Orientador: Otair Fernandes de Oliveira.

Dissertação(Mestrado). Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, PPGPACS, 2024.

1. Quilombo. 2. Maria da Conceição, conhecida como
Maria Conga. 3. Memória. 4. Identidade. 5. Educação
Patrimonial. I. Fernandes de Oliveira, Otair,
02/09/1961-, orient. II. Claudio de Oliveira, Luis ,
14/12/1959-, coorient. III Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro. PPGPACS. IV. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E
SOCIEDADE



TERMO Nº 432/2024 - PPGPACS (12.28.01.00.00.00.22)

Nº do Protocolo: 23083.028204/2024-13

Nova Iguaçu-RJ, 17 de junho de 2024.

JOSIEL FRANCISCO SANTOS DE MORAIS

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Patrimônio, Cultura e Sociedade no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade, Área de Concentração Patrimônio Cultural: Memória e Sociedade.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 25/03/2024.

Documento não acessível publicamente

(Assinado digitalmente em 18/06/2024 11:19)

OTAIR FERNANDES DE OLIVEIRA

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

DeptES (12.28.01.00.00.86)

Matrícula: ###917#4

(Assinado digitalmente em 17/06/2024 12:55)

RAQUEL ALVITOS PEREIRA

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

DeptH/IM (12.28.01.00.00.88)

Matrícula: ###628#4

(Assinado digitalmente em 18/07/2024 13:04)

ANDRÉA LOPES DA COSTA

ASSINANTE EXTERNO

CPF: ###.###.597-##

(Não Assinado)

LUÍS CLÁUDIO DE OLIVEIRA

ASSINANTE EXTERNO

CPF: ###.###.547-##

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **432**, ano: **2024**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **17/06/2024** e o código de verificação: **d4dd62b7a1**

Dedicatória

Dedico este trabalho aos povos africanos e afrodescendentes de Maria Conga e de Bongaba que resistiram contra o trabalho escravo. Dedico também às pessoas que tiveram a coragem de manter viva a história dessa brilhante mulher: seus relatos dão visibilidade e honram as comunidades quilombolas – Edir Mathias do Nascimento, Maria de Lourdes, Nathaly Rayssa e José Paulo.

*Fogo! ...Queimaram Palmares,
Nasceu Canudos.
Fogo! ...Queimaram Canudos,
Nasceu Caldeirões.
Fogo! ...Queimaram Caldeirões,
Nasceu Pau de Colher.
Fogo! ...Queimaram Pau de Colher...
E nasceram, e nascerão tantas outras
comunidades que os vão cansar se
continuarem queimando
Porque mesmo que queimem a escrita,
Não queimarão a oralidade.
Mesmo que queimem os símbolos,
Não queimarão os significados.
Mesmo queimando o nosso povo,
Não queimarão a ancestralidade.*

— Nego Bispo

AGRADECIMENTOS

Os meus primeiros agradecimentos vão para aqueles que não estão ao meu lado neste alegre momento, mas *in memoriam*. Agradeço à minha mãe Maria José dos Santos Moraes, a Josafá Francisco de Moraes, à Jovita Maria de Moraes Ferreira e a Edvaldo Ferreira. A esses agradeço tudo o que sei. A primeira pessoa que cobrou de mim as melhores notas nos estudos e me incentivou a ler e a escrever: minha mãe Maria José que também me ensinou a nunca abaixar a cabeça, sempre olhar para frente sem medo de ver o passado.

A Josafá Francisco agradeço por ter me ensinado a ver o mundo em uma holística diferente de muitos. Ele sempre defendeu uma filosofia de vida que trouxesse satisfação à coletividade, ensinando e contemplando nas formas de ver o mundo, sempre com respeito a quem quer que seja, e a não obter nada que tirasse vantagem sobre alguém, mas que se trabalhasse pela dignidade e pela ternura entre as pessoas.

Jovita fez de mim a pessoa que sou: firme nas minhas decisões e forte nas palavras. Ela me mostrou que o mundo é cruel e que dele devemos extrair tudo de bom, sempre respeitar as diferenças e tratar o próximo como ele é. Também agradeço a Edvaldo Ferreira, um homem que me ensinou a ser crítico e reflexivo nos meus pensamentos. Ele me ensinou a contestar tudo, pois nada é/era real, e a acreditar em si próprio. Tenho saudades dessas pessoas.

Devo também lembrar e agradecer à minha ancestralidade por parte da minha mãe que me deu a perspectiva de trabalhar em nome de um povo que não soube o que é liberdade, e que foi submetida ao trabalho escravo, mas não se deu como vencido. Lutamos no passado e lutaremos no presente por cidadania e dignidade. E vejo que carrego algo da minha avó paterna apesar de não a ter conhecido em vida – o que ela sonhava em ser quando jovem: apenas uma docente, que exerceu de forma simples, mas esclarecedora, pois seu sonho foi interrompido: a cultura patriarcal a transformou em uma senhora do lar.

A minha ancestralidade tem o papel de me guiar através da oralidade e transformar tudo que sei em ‘saber’ e ‘fazer’ algo que possa melhorar as condições sociais do próximo ou de um povo que lutou, obteve derrotas, mas não se entregou ao dominante. Sua brava história faz desse povo uma espécie Orixá que norteia a humanidade.

A construção de um indivíduo ou sujeito comum com pensamento diferente não faz dele alguém superior: somos todos iguais na construção do ser como pessoa. Aos meus Orientador e Co-orientador agradeço a compreensão de que muitas das vezes não mantive o meu olhar crítico voltado para a Sociologia, pois estava mais focado no histórico. Eles coordenaram e guiaram meus pensamentos de forma segura e precisa.

Tenho a imensa gratidão de ter esse título de Mestre à minha esposa que renunciou a passeios e divertimentos para auxiliar nas minhas tarefas a cumprir, e esteve ao meu lado nos momentos em que mais precisei. Ela transmitiu emoção e carinho nas horas de minhas angústias e desesperos, foi forte e decisiva para que eu seguisse com as minhas ações. Não posso deixar de citar as minhas filhas que de modo silencioso e com olhares filiais impulsionaram o meu sucesso. A essas mulheres que me cercam e que acreditam em mim, recebam o meu muito obrigado! (Claro que acompanhadas dos animais que exigiram um pouco de atenção: a gata conhecida como Madame e a Pretinha – esta não mais presente.)

Meus agradecimentos à direção das escolas e à toda equipe e alunos de onde sou docente: CIEP 444 Israel Jacob Averbach e Escola Estadual Sônia Maria Piedade de Moura, pois me deram suporte para seguir minha trajetória. Além disso, devo agradecer o incentivo dos meus irmãos, primas/os, às minhas cunhadas e sobrinhas que deram sentido a todas as atividades a que estiveram presentes, principalmente à Maria Júlia e ao João Victor que participaram de algumas reuniões.

Tenho também a satisfação de estender esse agradecimento às discentes Ivonete do Carmo e Elisa Maria do PPGPACS que muitas das vezes embarcaram nas minhas ideias ‘insanas’ de levar o conhecimento a diversos lugares por onde jamais pensaríamos em conduzir. E confesso que foram corajosas. Com elas obtive muitos conhecimentos que levarei comigo, e tenho muito desejo de repassar a outros. Conhecer o jongo foi fantástico e prazeroso, e enriqueceu meus conhecimentos. Obter informações do artista barroco Antônio Francisco Lisboa e sua trajetória maravilhosa em Minas Gerais foi sensacional.

Este último agradecimento faço ao Centro de Educação Popular e Pesquisa Econômicas Sociais (CEPPES) sob a liderança do Prof. Pós-Doutor Aluisio Pampolha Bevilaqua e toda sua equipe de estudo e pesquisa que estiveram presente na construção do meu conhecimento reflexivo e crítico. Não citarei os nomes de todas/os, pois correrei o risco de injustamente esquecer-me de alguém, mas sinto imensa gratidão de fazer parte desse grupo.

Enfim, a todos meus familiares, as minhas amigas e amigos que entenderam as minhas ausências e crises, que me apoiaram de todas as formas possíveis e imagináveis, sempre com muito afeto e carinho, à conclusão deste ciclo.

A todos o meu, **MUITO OBRIGADO!**

RESUMO

MORAIS, Josiel Francisco Santos de. **Quilombo Maria Conga: memória, identidade e preservação cultural**. 2024. 102p. Dissertação (Mestrado em Patrimônio, Cultura e Sociedade). Instituto Multidisciplinar, Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, 2024.

A presente dissertação é um estudo sobre a comunidade quilombola Maria Conga enquanto referência cultural da herança africana em Magé, cidade da Baixada Fluminense situada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A pesquisa intencionou contribuir para o reconhecimento na contemporaneidade de Maria Conga, uma líder quilombola que travou luta contra a escravidão, conferindo notoriedade à presença feminina nas decisões políticas do seu tempo, além de encorajar outras/os a seguirem o seu percurso, tendo sido alçada, nos séculos XX e XXI, como referência no movimento social, político e cultural do município de Magé, a partir de lideranças da comunidade do quilombo que recorreram à Fundação Cultural Palmares para legitimar o reconhecimento do território junto ao Estado brasileiro. A investigação evidenciou a importância desses protagonistas, no presente, para a preservação cultural e afirmação da identidade quilombola. A metodologia empregada para o desenvolvimento da pesquisa contou com entrevistas de campo, que subsidiaram a compreensão de que a educação patrimonial pode fortalecer os detentores dos conhecimentos culturais não somente pela retransmissão às gerações subsequentes, mas também como protagonistas dessa história nos tempos atuais.

Palavras-chave: Cultura, Preservação, Educação Patrimonial.

ABSTRACT

MORAIS, Josiel Francisco Santos de. **Maria Conga Quilombo: memory, identity and cultural preservation.** 2024. 102p. Dissertation (Master Science in Heritage, Culture and Society). Instituto Multidisciplinar, Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, 2024.

This dissertation is a study of the Maria Conga quilombola community as a cultural reference of African heritage in Magé, a city in Baixada Fluminense located in the Metropolitan Region of Rio de Janeiro. The research intended to contribute to the contemporary recognition of Maria Conga, a quilombola leader who fought against slavery, giving notoriety to the female presence in the political decisions of her time, as well as encouraging others to follow her path, having been raised, in the 20th and 21st centuries, as a reference in the social, political and cultural movement in the municipality of Magé, based on leaders of the quilombo community who turned to the Palmares Cultural Foundation to legitimize the recognition of the territory by the Brazilian State. The investigation highlighted the importance of these protagonists, in the present, for the cultural preservation and affirmation of the quilombola identity. The methodology used to develop the research included field interviews, which supported the understanding that heritage education can strengthen holders of cultural knowledge not only through retransmission to subsequent generations, but also as protagonists of this history in current times.

Keywords: Culture, Preservation, Heritage Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Imagem da diáspora africana em descolcamento para o Brasil

Figura:2 – Localização do bairro Maria Conga.

Fonte: Tales Mattos (2018)

Figura: 3 Imagem da Baixada Fluminense com destaque em Magé no fundo da Baía da Guanabara sobre os quilombos de Maria Conga, Bongabá e Feital.

Figura 4: Entrada de uma gruta que servia de esconderijo e abrigo para os negros que fugiam.

Fonte: Documentário Maria Conga – Orgulho de ser Quilombola, de Ivone Mattos, 2012, Magé – RJ

Figura 5: Trilha de acesso ao rio dos cabritos por onde os escravos fugiam, quando eram capturados eram presos em tronco”.

Fonte: Documentário Maria Conga – Orgulho de ser quilombola, de Ivone Mattos, 2012, Magé – RJ.

Figura 6: Mostra onde Maria Conga se escondia e hoje o processo de urbanização expandiu sobre o quilombo.

Fonte: Documentário Maria Conga – Orgulho de ser quilombola, de Ivone Mattos, 2012, Magé – RJ.

Figura 7: Casa do quilombola em 1950

LISTA DE SIGLAS

ACQUILERJ – Associação Comunidade Quilombos do Estado do Rio de Janeiro

CCRAAQMC – Centro Cultural de Referência Africana e Afrodescendente do Quilombo Maria Conga

CEDUC – Centro de Educação

CIEP – Centro de Integrado de Educação Profissional

CRQ – Comunidade Remanescente de Quilombo

CRQMC – Comunidade Remanescente do Quilombo de Maria Conga

DCNERER – Diretrizes Curriculares Nacionais Educação Relações Ético Raciais

DCNs – Diretrizes Curricular Nacionais

EP – Educação Patrimonial

ERER – Educação para as Relações Étnico-Raciais

FCP – Fundação Cultural Palmares

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LDB – Lei de Diretrizes Base

MEC – Ministério da Educação e Cultura

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PPGPACS – Programa de Pós-graduação Patrimônio, Cultura e Sociedade

PUC – Pontifícia Universidade Católica

QMC – Quilombo Maria Conga

RMRJ – Região Metropolitana do Rio de Janeiro

SARS – Síndrome respiratória aguda grave (COVID-19)

SEEDUC – Secretaria de Estado de Educação

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I – O QUILOMBO COMO FENÔMENO HISTÓRICO, POLÍTICO, SOCIAL DE RESISTÊNCIA CULTURAL DOS AFRICANOS E SEUS DESCENDENTES NO BRASIL.....	22
1.1 Do “Kilombo” na África ao “Quilombo” no Brasil colonial: aspectos históricos, políticos e sociais	24
1.2 Quilombo: identidade étnica, diversidade e resistência política e cultural.....	31
1.3 Ressignificação conceitual dos quilombos: protagonismo na preservação da diversidade cultural negro africana	36
CAPÍTULO II – COMUNIDADE REMANESCENTE DO QUILOMBO MARIA CONGA (CRQMC): CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA, MEMÓRIA E PERTENCIMENTO	42
2.1. Ocupação quilombola no povoado Magepemirim atual município de Magé/RJ: breves considerações históricas.....	42
2.2. Quilombo Maria Conga: do protagonismo feminino na luta contra a escravidão ao reconhecimento como Comunidade Remanescente de Quilombo (CRQ).....	51
2.3. A CRC Maria Conga: autopercepção e pertencimento dos atuais moradores	63
CAPÍTULO III – COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBO MARIA CONGA: PRESERVAÇÃO DA HERANÇA AFRICANA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA EM MAGÉ	75
3.1. Educação patrimonial e preservação da história africana e cultura afro-brasileira	75
3.2. Por um olhar decolonial do patrimônio cultural de Magé.....	83
3.3. Quilombo Maria Conga como referência cultural africana e afro-brasileira de Magé: reflexões/experiência pedagógica	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	95

INTRODUÇÃO

A presente dissertação de Mestrado em Patrimônio, Cultura e Sociedade é um estudo sobre a comunidade quilombola Maria Conga enquanto referência cultural da herança africana em Magé, cidade da Baixada Fluminense situada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Maria da Conceição, conhecida como Maria Conga, nasceu na África no ano de 1792 no Congo, foi trazida para o Brasil na condição de escravizada no ano de 1804 e, aos 24 anos de idade, foi vendida para o fazendeiro Conde Ferndy Von Scoilder (CUSTÓDIO, 2011; CARVALHO, 2016). Aos 35 anos de idade, conquistou sua alforria e passou a lutar contra a escravização de africanas/os e descendentes, buscando proteger e cuidar daquelas/es que fugiam dos açoitamentos e das senzalas na região de Magé, desafiando as forças repressivas do Império durante o século XIX.

As terras onde Maria Conga viveu, acolheu e protegeu negras/os da escravização foram reconhecidas como Comunidade Remanescente de Quilombos (CRQ) no ano de 2007 pela Fundação Cultural Palmares (FCP). Este órgão do Governo Federal foi criado em 1988 a partir do processo de democratização com a finalidade de tanto promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira, quanto ficar responsável pela certificação oficial de reconhecimento legal das comunidades negras remanescentes de quilombos (CRQ). O Quilombo Maria Conga foi a primeira comunidade na Baixada Fluminense a receber essa certificação e atualmente é afiliada à Associação das Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro (ACQUILERJ).

É importante destacar que a ACQUILERJ é formada por uma população majoritariamente negra que ainda sofre constantes invasões em seus territórios devido à especulação imobiliária. Muitas dessas são, por vezes, resultantes de iniciativas públicas para o setor, como o *Programa Minha casa, Minha vida*¹ e outros anteriores a esse empreendimento do Governo Federal.

A expansão sobre o território de Maria Conga ocorreu devido a importância do local causado pelo sentimento de pertencimento ao quilombo por alguns afrodescendentes da região. Vale lembrar que após a abolição o território serviu de ponto de referência e que isso se deu

¹ *Minha Casa, Minha Vida* é um programa de habitação federal do Brasil. Criado em março de 2009 pelo Governo Lula, o programa subsidia a aquisição de casa ou de apartamento próprio para famílias com renda até 1,8 mil reais, além de facilitar as condições de acesso a imóveis para famílias com renda de até 9 mil. Para saber mais, acesse: <<https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/habitacao/programa-minha-casa-minha-vida/sobre-o-minha-casa-minha-vida-1>>.

antes de ser reconhecida pela prefeitura de Magé. Porém, anos se passaram e o local expandiu por não haver uma demarcação da área de proteção como Patrimônio Cultural.

Os loteamentos se expandiram nos meados do século XX, com aberturas de ruas com algum saneamento – o bairro, então, passou a atender à especulação imobiliária. Por falta de moradia para o povo carente e pela falta do certificado de reconhecimento da existência do quilombo pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a região tornou-se, mais uma vez, invisível para as políticas públicas.

O projeto de construção do Governo Federal *Minha Casa, Minha Vida* contribuiu para a invasão do território. No dia 10 de fevereiro de 2024, o Presidente Lula entregou as chaves para os moradores de 256 unidades. Porém, ao contrário do que se poderia esperar, o programa habitacional não trouxe aos quilombolas nenhuma melhoria para o bairro: as ruas não receberam tratamento de esgoto e de iluminação. Assim, o programa apenas atendeu à população carente que saiu de diversas áreas de risco da região de Magé e que foi levada para o bairro Maria Conga.

O desconhecimento da importância histórica e cultural desta comunidade pela população mageense em geral e a sua exígua menção na historiografia local e regional é algo que merece ser estudado e explicado, sobretudo o protagonismo da guerreira líder feminina que dá nome à comunidade, motivo principal para a presente dissertação de mestrado. Desejamos realizar um estudo que aponte para o necessário entrecruzamento entre memória, história e cultura com foco no legado patrimonial da herança africana na cidade de Magé, a partir do Quilombo Maria Conga.

O desejo de pesquisa começou durante o exercício do magistério como professor de história de ensino médio na rede estadual de educação do Rio de Janeiro – Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC). No CIEP 444 - Israel Jacob Averbach, no bairro Vila Esperança em Magé, tive a oportunidade de conversar com alguns moradores da região para colher informações sobre Maria Conga e o quilombo por ela fundado. Diante do que ouvi sobre esta mulher negra líder quilombola, fui tomado pela curiosidade e pelo desejo de buscar mais informações sobre esta personagem histórica da população negra mageense a partir de relatos e de fontes históricas. A busca inicial acarretou surgimento de evidências sobre a existência de Maria Conga, seus feitos, coragem e ousadia, o que me deixou cada vez mais instigado e encantado.

Durante o início deste percurso, além de encontrar alguns vídeos sobre o Quilombo Maria Conga na plataforma *online* de vídeos YouTube, me deparei em algumas ocasiões com relatos de moradores que não gostavam de falar de Maria Conga devido ao entendimento de

que se tratava de uma ‘entidade religiosa’ de matriz africana, o que aumentou ainda mais meu interesse.

Era nítida a rejeição por parte de alguns moradores da cidade de Magé ao nome Maria Conga, o que me chamou atenção para o total desconhecimento da história da mulher que lutou contra a escravidão e construiu parte da história da região. Neste percurso em busca de evidências, fui chamado à biblioteca do CIEP 444 por uma antiga funcionária e agente de leitura, moradora de Magé e praticante de religião de matriz africana, que me falou sobre o fato de as pessoas não gostarem de mencionar o nome Maria Conga, pois em Magé, como em toda a região, há muitas igrejas evangélicas. Consequentemente, muitos moradores são evangélicos, apesar de a mesma região abrigar um expressivo número de terreiros de Umbanda e de Candomblé.

Tal fato faz supor que se tratava de uma situação de racismo religioso, fenômeno que tem afetado os praticantes e as comunidades religiosas de matriz africana, sobretudo, os terreiros de Candomblé e Umbanda do Rio de Janeiro (GOMES; OLIVEIRA, 2021). Esta suposição foi decisiva para o início de um trabalho pedagógico com as turmas do Ensino Médio na escola estadual CIEP 444, no âmbito da disciplina de História que leciono.

Em termos didáticos, este trabalho pedagógico teve como propósito principal mostrar o protagonismo da mulher negra guerreira e líder quilombola Maria Conga na construção da história de Magé e da região em seu entorno. Para tanto, se fez necessária a realização de uma pesquisa bibliográfica sobre a trajetória e a luta de Maria Conga contra o regime de escravização de povos africanos, implementado pelo sistema colonial português a partir do contexto da diáspora africana, este derivado do processo de expansão do capitalismo moderno, cujas bases foram a exploração econômica e a dominação política dos colonizadores europeus nas Américas a partir do século XV. A nossa expectativa era incluir Maria Conga, que até então estava invisibilizada, na historiografia do município de Magé.

Através dos processos de identificação, seleção e abordagem de uma literatura específica, das visitas e das entrevistas com os moradores do próprio Quilombo Maria Conga, iniciamos a pesquisa que deu a base ao trabalho pedagógico com as turmas de História do 1º ano do Ensino Médio.

Desse modo, o trabalho pedagógico no CIEP 444 oportunizou a criação das condições para que os estudantes de Ensino Médio percebessem a relevância histórica dessa personagem feminina, o importante papel que ela desempenhou na libertação de escravizados na diáspora e na movimentação que redundou na formação de outros quilombos na região da freguesia de Magé. De uma maneira geral, o trabalho pedagógico realizado nesta escola de Ensino Médio

em Magé contribuiu para a visibilização e a valorização da memória dessa personagem da história local e regional, implicando no resgate histórico de uma referência cultural da herança africana no município de Magé: a mulher negra guerreira e liderança quilombola Maria Conga.

Posteriormente à realização desta atividade pedagógica, a Maria Conga foi homenageada pela administração pública municipal com o título ‘Guerreira e Heroína’, com o seu busto inaugurado no Píer da Piedade no dia 28 de novembro de 2021, um dos pontos turísticos mais frequentados na cidade de Magé, recebendo merecido reconhecimento oficial (MAGÉ, 2021.)

O mais importante é que projetos pedagógicos no âmbito escolar com foco na afirmação de identidades e de historicidade negadas ou invisibilizadas pela historiografia oficial, como o que foi desenvolvido sobre Maria Conga, busquem atender ao chamado da Lei Federal N.º 10.639 que estabeleceu desde o ano de 2003, em todas as escolas da educação básica no país – ensino público e privado, Ensino Fundamental e Médio – a obrigatoriedade do ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira. Ampliada no ano de 2008 para a história e cultura dos povos originários e, com isso, substituída pela Lei Federal N.º 11.645.

Portanto, deve-se buscar a promoção de ações e práticas educativas de combate ao racismo e as discriminações contra os povos africanos e seus descendentes no Brasil, a população afro-brasileira, de acordo com as orientações pautadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (DCNERER) e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, fazendo com que a escola cumpra sua importante função institucional prevista no Plano Nacional de Implementação das DCNs da Educação para as Relações Étnico-Raciais.

Nesses termos, a proposta pedagógica desenvolvida no CIEP 444 contribuiu, mesmo que parcialmente, para o fortalecimento das ações afirmativas nas áreas da cultura e da educação visando corrigir distorções históricas na perspectiva de uma educação para as relações étnico-raciais, no sentido do reconhecimento e da reparação histórica, o que exige o respeito às pessoas negras, à sua descendência africana, sua cultura e história, conforme previsto pelo Parecer N.º 3/2004 (BRASIL, 2004b) e pela Resolução N.º 01/2004 (BRASIL, 2004c), ambas do Conselho Nacional de Educação (CNE)..

O trabalho escolar realizado com as turmas de história no CIEP 444, nos motivou a mergulhar ainda mais na história de Maria Conga e seus feitos na luta contra a escravização dos africanos e seus descendentes na região de Magé desde o período colonial, acarretando nosso aprofundamento nas leituras de obras sobre história e relações raciais na região. Entre elas destacamos a dissertação de mestrado *Quilombo de Maria Conga em Magé: Memória*,

Identidade e Ensino de História, da professora Camila Abreu de Carvalho, defendida no Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional de Ensino História, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) no ano de 2016.

Em sua pesquisa de mestrado, a digníssima professora de escola pública relacionou a história do Quilombo Maria Conga como relevante para o ensino de história afro-brasileira como uma história de resistência das mulheres negras e para o patrimônio cultural da cidade de Magé, elaborando uma proposta de material educativo para o ensino de História por meio da memória local. Costumo dizer que esta dissertação de Camila Abreu de Carvalho forneceu o combustível necessário para a continuidade do meu trabalho pedagógico no CIEP 444, com moradores da cidade de Magé, em particular os moradores do Quilombo Maria Conga.

Tudo isso serviu como fonte inspiradora para despertar meu interesse em ingressar no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Patrimônio, Cultural e Sociedade, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGPACS/UFRRJ), no Instituto Multidisciplinar, *campus* Nova Iguaçu. Propomos uma investigação acadêmica sobre a temática em pauta, convergente com as preocupações de um curso de mestrado acadêmico em patrimônio cultural com caráter interdisciplinar, frente ao processo de diálogo entre a perspectiva da educação patrimonial e o legado afrodescendente e indígena na região da Baixada Fluminense, seja em relação à cultura material tangível e/ou à cultura imaterial intangível.

O pré-projeto de dissertação apresentado para a seleção do PPGPACS a partir do ano de 2021 sofreu inúmeras modificações após sua aprovação tendo em vista o aprendizado com a aquisição dos conteúdos das disciplinas realizadas durante o curso de mestrado, as orientações recebidas e nosso total engajamento nas atividades acadêmicas exigidas: jornadas, grupos de pesquisa, seminários, congressos, etc. Porém, é importante ressaltar que nada foi fácil durante minha trajetória acadêmica até aqui. Depois de muitas batalhas em vida no auge dos meus 58 anos de idade, dentre as quais destaco a situação dramática decorrente da pandemia causada pelo vírus COVID-19, que atingiu de forma desigual a população mundial e brasileira, sobretudo, as populações negras, pobres e periféricas, em particular as comunidades quilombolas por todo país entre quais o Quilombo Maria Conga. Tal situação acarretou atrasos e percalços que tiveram que ser ultrapassados durante os estudos, o que teve forte impacto na metodologia adotada inicialmente e no próprio redirecionamento do olhar da investigação para este trabalho dissertativo. Da ideia inicial voltada para a proposição de um Centro Maria Conga de referência da cultura negra de Magé na perspectiva da Educação Patrimonial no CIEP 444 Israel Jacob Averbach apresentada no pré-projeto, chegamos à presente dissertação sobre o

Quilombo Maria Conga como referência cultural da herança africana na cidade de Magé, a partir do protagonismo feminino da mulher negra e guerreira Maria da Conceição.

A reflexão neste trabalho tem como tema os quilombos na preservação da herança africana no Brasil a partir do estudo sobre o Quilombo Maria Conga. Como questão central, este estudo apresenta: Qual a importância do Quilombo Maria Conga na preservação da herança cultural africana e afro-brasileira no município de Magé?

Somam-se à essa questão central, três outras questões a saber:

(a) Qual o sentido e o significado dos quilombos na preservação da cultura afro-brasileira no Brasil?

(b) Como a Comunidade Remanescente do Quilombo Maria Conga (CRQMC) preserva a cultura afro-brasileira e o sentimento de pertencimento à ancestralidade africana?

(c) Quais as formas de interlocução da Comunidade Remanescente do Quilombo Maria Conga com os poderes públicos e a sociedade local favoráveis à preservação da história e da cultura afro-brasileira, na perspectiva de uma educação patrimonial?

Com base nessas questões, o objetivo geral deste estudo é analisar a importância da Comunidade Remanescente do Quilombo Maria Conga (CRQMC) em relação à perspectiva da cultura africana e afro-brasileira na cidade de Magé/RJ.

Especificamente, este estudo também busca: (a) contextualizar os quilombos como produtos históricos, políticos, sociais e culturais dos africanos escravizados e seus descendentes no processo de luta contra o racismo e preservação da herança africana no Brasil; (b) descrever a formação do Quilombo Maria Conga no contexto da sociedade colonial do município de Magé, no Rio de Janeiro e o reconhecimento como Comunidade Remanescente de Quilombo (CRQ), com ênfase nas suas singularidades e especificidades; (c) sugerir subsídios visando a uma proposta pedagógica sobre a importância da CRQ Maria Conga como referência cultural na perspectiva de uma educação patrimonial pautada pela reeducação das relações étnico-raciais nas escolas.

Por se tratar de um objeto que tem sua própria historicidade – é dinâmico e específico – um estudo sobre as comunidades quilombolas, como o Quilombo Maria Conga, congrega questões sociais de relevância histórica e de grande significância cultural, o que nos leva a adoção do uso de uma abordagem qualitativa a partir de uma perspectiva inter/multidisciplinar, características específicas de objetos estudados pelas ciências sociais que envolve o entrecruzamento de conhecimentos de distintas áreas científicas no campo das ciências humanas, tais como a Antropologia, a Geografia, a História, a Política e a Sociologia, além de uma relação

entre a identidade do sujeito com o objeto pesquisado como algo considerável que se encontra em permanente interação.

Assim, partiremos do princípio de que as comunidades quilombolas por possuírem formação social e configuração específica num determinado território, são dotadas de consciência social e histórica. De acordo com a legislação vigente, do ponto de vista das políticas públicas conforme Decreto nº 4887/03 (BRASIL, 2003), as comunidades remanescentes de quilombos são grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas e com ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. São comunidades que possuem direito à propriedade de suas terras, consagrado desde a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

Metodologicamente, o presente estudo teve como bases a pesquisa bibliográfica e a documental sobre os quilombos como fenômenos históricos e sociais, em particular a CRQ Maria Conga, adotando procedimentos variáveis. A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir da consulta a fontes secundárias como livros, artigos científicos, dissertações e teses acadêmicas, materiais de jornais, imagens, vídeos e outras publicações pertinentes nas mídias sociais e na internet. A pesquisa documental foi realizada através de consultas às fontes primárias sobre os quilombos, especificamente sobre a comunidade quilombola Maria Conga, como documentos oficiais – ata, relatório, legislação e outros. Com base nessas pesquisas, foi possível reunir um conjunto de informações disponíveis sobre fatos e acontecimentos ocorridos na região e sobre o processo de construção da CRQ Maria Conga, além de informações importantes sobre o fenômeno da constituição dos quilombos no Brasil do ponto de vista histórico.

A esses procedimentos, soma-se a realização de entrevistas aplicadas a partir de questionário semiestruturado aos moradores do Quilombo Maria Conga, entre suas lideranças atuais e representantes da Associação Maria Conga, assim como a entrevista com um reconhecido representante dos interesses das comunidades quilombolas da cidade de Magé, o Babalorixá² Paulo d'Ogun do Quilombo Bongaba. Conjuntamente foram realizadas observações sistemáticas durante as visitas ao território onde a comunidade está situada, perfazendo o trabalho de campo. Essas entrevistas realizadas *in loco* como conversas informais cumpriram importante função no estímulo da memória dos nossos interlocutores ao possibilitar

² Segundo Nei Lopes (2006, p. 25), o termo 'Babalorixá' é "a designação que, no Brasil, se dá ao sacerdote-chefe do culto aos orixás, popularmente conhecido como candomblé."

o resgate e a elucidação de fatos a partir da oralidade. Isto contribuiu para comprovar evidências concretas existentes no território pesquisado, em relação ao passado da CRQ Maria Conga, possibilitando a identificação de determinadas práticas culturais vivenciadas pelos seus ancestrais. Partimos do pressuposto que a memória sempre traz resquícios para além dos assuntos informados por documentos e registros em instituições públicas.

Estruturalmente este texto dissertativo é formado por cinco partes distintas e complementares formadas por três capítulos somados à parte introdutória e das considerações finais. O primeiro capítulo procura discutir o quilombo como fenômeno sócio-histórico no continente africano e como referência cultural dessa experiência reproduzida pelos africanos escravizados e seus descendentes no Brasil a partir da diáspora negra. O capítulo foi referenciado em pesquisas desenvolvidas sobre os protagonistas que buscaram a liberdade nos séculos XVII, XVIII e ao longo do XIX, dos quais é destacada a saga de uma mulher de origem do Congo. Esta, após ser capturada com a família – pai, mãe e irmãos – e deportada para o Brasil na condição de escravizada, é vendida para uma fazenda no atual município de Magé, onde recebeu o nome de Maria da Conceição, tornando-se, após a sua alforria, Maria Conga, líder de sublevações contra a classe dominante do período colonial. Procuramos refletir, então, sobre o que os quilombos representaram na dinâmica organizacional de sociedades tradicionais no continente africano, e em Magé, no período da escravidão, apresentando o campo discursivo de como são representados na contemporaneidade.

No segundo capítulo está a contextualização da comunidade quilombola Maria Conga a partir das falas dos seus sujeitos, residentes e não residentes na localidade, com papel político reconhecido ou não, quanto a sua singularidade histórica e social, procurando-se extrair o sentido e significado da preservação cultural pela comunidade. Tendo em vista que no presente a história contada sobre essa personagem a eleva a símbolo de resistência política ao racismo, o capítulo reflete sobre a interferência ou não dessa representação simbólica na formação do sujeito contra o racismo na sua dimensão estrutural.

O terceiro e último capítulo investiga a possibilidade de inserir práticas de Educação Patrimonial a partir do protagonismo de Maria Conga no enfrentamento à escravidão, dada a sua estratégia para combater e transformar essa resistência em um processo de neutralização das diferenças entre os homens livres e escravizados na sociedade escravista. Este estudo argumenta que esse conteúdo histórico deve ser inserido na educação básica do município de Magé no intuito de contribuir para a construção de conhecimento sobre as lideranças locais que combateram a escravidão, e estimular o posicionamento crítico de professores e estudantes quanto ao racismo e a discriminação racial.

A africana Maria da Conceição a partir da protagonista Maria Conga desafiou o Império ao defender-se da Guarda Imperial, dos fazendeiros e dos capitães do mato. Ela criou estratégias de sobrevivência para nunca mais retornar à condição de escravizada, pontuando costumes de tradição dos seus antepassados transmitidos por meio da oralidade para os atuais moradores do território conhecido como Quilombo Maria Conga. Nossa expectativa é que o presente estudo poderá potencializar participação mais ativa e mais crítica dos moradores das comunidades do quilombo e do seu entorno na perspectiva de que assumam o protagonismo das suas próprias histórias, que se mistura com a história dos afrodescendentes de outros quilombos criados na região.

Acredita-se que para além da reprodução física, econômica, política e social, os quilombos são detentores de valores, ideias, modos de vida e ação do Ser africano. Com isso, preservaram símbolos e práticas culturais que valorizam a herança africana e a cultura afro-brasileira. Olhar o protagonismo dessas comunidades implica, portanto, redirecionar nosso olhar na perspectiva das ações afirmativas no contexto da política pública de patrimônio cultural vigente, assumindo uma postura decolonial, expectativa que buscamos alcançar nos próximos capítulos.

CAPÍTULO I

O QUILOMBO COMO FENÔMENO HISTÓRICO, POLÍTICO, SOCIAL DE RESISTÊNCIA CULTURAL DOS AFRICANOS E SEUS DESCENDENTES NO BRASIL

Os quilombos foram as primeiras formações sociais dos africanos escravizados e suas descendências resultante do longo processo de colonização na América portuguesa imposto pelo colonizador português no contexto da expansão do capitalismo moderno, com base na exploração econômica e dominação política dos povos sequestrados do continente africano. Escravizados e destituídos de suas histórias e de humanidade esses povos de origem étnicas variadas, forçosamente dispersados pelo mundo através do fenômeno conhecido na historiografia como Diáspora Negra ou Diáspora Africana, espalhados no vasto território de um Brasil colonial, buscaram reconstruir redes de interações na luta pela liberdade política e sobrevivência física, reexistindo – resistir para existir – toda forma de opressão, dentre as quais, a imposição da cultura do colonizador, mediante processos de recriação e reinvenção de práticas sociais a partir da memória ancestral para preservar laços mínimos de identidade, cooperação e solidariedade. Nesse cenário de luta pela liberdade os agrupamentos de negros e negras conhecidos como quilombos se constituíram em símbolos da resistência como as formações sociais mais importantes para a preservação de múltiplas culturas de origens africana e que preservaram suas marcas, traços e elementos identitários para a reconstrução pessoal e coletiva de africanos escravizados e seus descendentes no Brasil contemporâneo, a população negra ou afro-brasileira.

Neste primeiro capítulo, buscamos discutir o quilombo como fenômeno de resistência cultural no Brasil a partir da contextualização da luta dos africanos escravizados e seus descendentes em busca da liberdade, contra a opressão do regime de escravidão e espaço de preservação cultural da herança africana. Para tanto, teremos como base algumas pesquisas desenvolvidas sobre o protagonismo dos quilombolas como sujeitos coletivos que lutam pela liberdade entre os séculos XVI e XIX, se organizaram, mobilizaram e criaram estratégias para viverem livremente com suas tradições ameaçadas pelo apagamento histórico e epistemológico impostos pela hegemonia cultural da civilização eurocristã do Ocidente, o que distingue a experiência brasileira da experiência no continente africano. Como formação social e histórica

derivado da diáspora africana³, os quilombos no Brasil traduziram uma dinâmica organizacional com princípios semelhantes às sociedades tradicionais no continente africano, porém assumiram particularidades históricas num contexto de luta por libertação física e sobrevivência social dos africanos escravizados e descendências, enraizando modos de vida, pensamentos, ações e práticas sociais e culturais ressignificadas na contemporaneidade em uma sociedade marcada pelo racismo estrutural mas que possui a maior população negra fora do continente africano⁴.

Segundo o pesquisador Nei Lopes (2011, p. 452), na sua visão conceitual mostra que o termo já era expresso muito antes do fenômeno ocorrer essa dispersão do povo africano para a América.

A Diáspora Africana compreende dois momentos principais. O primeiro, gerado pelo comércio escravo, ocasionou a dispersão de povos africanos tanto pelo Atlântico quanto pelo oceano Índico e mar Vermelho, caracterizando um verdadeiro genocídio, a partir do século XV – quando talvez mais de 10 milhões de indivíduos foram levados, por traficantes europeus, principalmente para as Américas. O segundo momento ocorre a partir do século XX, com a emigração, sobretudo para a Europa, em direção às antigas metrópoles coloniais. O termo “diáspora” serve também para designar, por extensão de sentido, os descendentes de africanos nas Américas e na Europa e o rico patrimônio cultural que construíram. (LOPES, 2011, p. 452.)

Esse conceito de diáspora é visto como um fenômeno africano que foi impulsionado por um projeto político, econômico, social e cultural organizado por uma estrutura econômica ocidental, que foi motivado pelo início da formação composição orgânica do capital, que serviu ao desenvolvimento do capitalismo selvagem na segunda metade do século XVI ao XIX, proporcionando a entrada de negros escravizados para atender ao crescimento econômico da colônia.

Na base dessa estrutura encontrava-se um núcleo organizacional desenvolvida pela sociedade europeia que se utilizava a força bruta para justificar suas ações políticas de espoliação do homem ocidental sobre negro escravizado (KATUVANJESI, 2023). O pesquisador aponta o cerne da questão pelo qual motivo temos em solo brasileiro uma quantidade de afrodescendente e uma miscigenação cultural com os povos africano. A entrada dos africanos “teve como consequência no plano linguístico a emergência de um processo de

³ Palavra de origem grega que significa “dispersão”. Designando, de início, principalmente o movimento espontâneo dos judeus pelo mundo, hoje aplica-se também à desagregação que, compulsoriamente, por força do tráfico de escravos, espalhou negros africanos por todos os continentes.

⁴ Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de pessoas negras, ou seja, que se autodeclararam pretas e pardas, constitui 56% do total da população brasileira em 2022 de 203.062.512 (IBGE, 2022b). 21 de ago. 2023.

pidginização⁵” (KATUVANJESI, 2023, p. 17), tornando-se a alavanca propulsora para a multiculturalidade. Para uma compreensão mais profunda é necessário analisarmos que o continente africano foi um celeiro para implantação desse regime de opressão e de resistência cultural no Brasil, e em toda América. Para o historiador Katuvanjese (2023, p. 17), basta analisar que:

O aporte das civilizações da África Central, Meridional e Oriental foi significativo no Brasil, colônia portuguesa desde o início do século XVI, pelo desenvolvimento crescente do tráfico, monopólio dos portugueses que tinham sólidos pontos de ancoragem na zona bantu. Essa atividade mercantilista teve como consequência a instalação extensiva de grupos bantu neste território da América do Sul.

1.1 Do “Kilombo” na África ao “Quilombo” no Brasil colonial: aspectos históricos, políticos e sociais

A noção de quilombo, na atualidade, só pode ser compreendida com referência às suas historicidades, vinculadas às práticas sociais e culturais decorrentes da ocupação do território brasileiro pelos vários grupos étnicos no contexto da diáspora negra a partir do período colonial, conforme as bases conhecidas em suas terras de origem, mescladas ou adaptadas com as práticas territoriais dos povos africanos originários trazidos para o Brasil na condição de escravizados. Motivados pelo desejo de liberdade, os que negaram a situação de escravizados se lançaram em busca das circunstâncias favoráveis à construção do ambiente necessário para a reconstrução da sociedade que havia sido dispersada ou diaspORIZADA. Era preciso então livrar-se dos maus tratos para recriar seus espaços de sobrevivência e convivência social longe dos proprietários de escravos. Esses espaços construídos gerou um tipo de formação social negro

⁵ Conforme Lopes (2011, p. 413): “O desenvolvimento dessas línguas obedeceu a uma lógica curiosa: como a linguagem europeia infantilizada que os padrões lhes ensinavam se mostrava insuficiente para se comunicarem, os escravos das plantations e fazendas americanas a incrementaram com novos vocábulos e com a sintaxe de suas línguas de origem, criando, assim, novos idiomas. Falares crioulos: O encontro de dois grupos linguisticamente diferenciados acarreta a necessidade de achar um meio de comunicação que não raro se traduz numa língua franca, provisória, de emergência, chamada “pidgin”. Transmitido de pai para filho, esse falar, aos poucos, assume o status de língua natural e, quando isso se concretiza, o pidgin torna-se um falar crioulo, ou “crioulo simples”. As comunidades da Diáspora Africana contribuíram decisivamente para a formação dos seguintes falares: o crioulo francês da Louisiana, do Haiti e das Pequenas Antilhas; o papia mento, crioulo espanhol das ilhas de Aruba, Bonaire e Curaçau; o crioulo espanhol da Venezuela; o crioulo inglês da Jamaica; o crioulo inglês do Suriname e das Pequenas Antilhas.”

africana no Novo Mundo onde houve escravidão, formada por escravos fugitivos chamada de quilombo.

Na literatura histórica e antropológica, o quilombo é uma versão brasileira da estrutura homônima que floresceu na África Negra nos séculos XVI e XVII vinculadas aos povos de língua Bantu⁶ formada por diferentes grupos que ocupavam os territórios divididos entre Angola e o antigo Zaire (lunda, ovimbundu, mbundu, kongo, imbangala, outros). A palavra quilombo é de origem umbundu que de acordo com o significado civilizacional africano pode estar relacionada a lugar de pouso, acampamento, arraial, povoado, área habitada, cercada ou fortificada com vistas à proteção e preservação do modo de vida de grupos em cenários de conflito⁷ (LOPES, 2012; MOURA, 2015, SANTOS 2021).

No sentido de uma instituição sociopolítica e militar, o quilombo resulta de uma longa história que envolve essas regiões e esses povos no continente africano, segundo estudo do antropólogo Kabengele Munanga: “uma história de conflito pelo poder, de cisão dos grupos, de migrações em busca de novos territórios e de alianças políticas entre grupos alheios” (MUNANGA, 1996, p. 58). De uma maneira geral, podemos dizer que é uma forma de organização da vida social de acordo com as condições objetivas em que as populações negras viveram em diferentes territórios no continente africano.

No Brasil colonial, a palavra Kilombo é aportuguesada para Quilombo passando a ser identificada e difundida politicamente como lugar de negros fugitivos (REIS, 1996; LOPES, 2012; MOURA, 2015; SANTOS, 2021) e juridicamente como lugar de rebeliões devido aos seus ocupantes se negarem às submissões que lhes eram impostas.

Segundo o historiador João José Reis (1996), os quilombos foram formados por grupos de escravos fugitivos em toda parte do Novo Mundo onde houve escravidão e na experiência brasileira esses grupos chamados também de mocambos conseguiram em alguns casos congregar centenas e até milhares de pessoas como o grande quilombo de Palmares, “na verdade uma federação de vários agrupamentos, chegou a contar com uma população de alguns milhares de almas” (REIS, 1996, p. 16).

⁶ Conforme Nei Lopes (2017, p. 49): “Banto ou Bantu. Grande conjunto de povos agrupados por afinidades etnolinguísticas, localizados nos atuais territórios da África Oriental, Centro-Occidental, Austral e parte da África Oriental. Deslocando-se, a partir da região dos Montes Adamauá, na atual República dos Camarões, em constantes vagas migratórias, desde, provavelmente, o primeiro milênio a.C., eles chegaram, alguns, à região dos Grandes Lagos e outros até a região de Catanga. Desses sítios, deslocam-se até o Zambeze, chegando ao Oceano Índico. Suas migrações alcançaram também a costa Atlântica e o extremo sul do continente. Durante esses deslocamentos, os ancestrais dos modernos povos bantos criaram técnicas agrícolas e metalúrgicas, instituições sociais e lideranças, fundando Estados Importantes.”

⁷ A palavra quilombo é de origem umbundu que de acordo com o significado civilizacional africano pode estar relacionada a lugar de pouso, acampamento, arraial, povoado, área habitada, cercada ou fortificada com vistas à proteção e preservação do modo de vida de grupos em cenários de conflito.

O historiador Décio Freitas afirma que:

[...] as revoltas desenvolvidas pelos negros que buscavam a liberdade, seguiam no sentido contrário ao da política de exploração social aplicada pelos colonizadores cujo objetivo precípua era a busca da lucratividade sobre os produtos extraídos do território (FREITAS, 1978, p. 56).

Desde a chegada dos primeiros grupos de africanos escravizados no Brasil, as imposições coloniais provocaram inúmeras fugas. Deste lado do Atlântico, os quilombos se formaram em detrimento ao fluxo contínuo da entrada de grupos étnicos africanos capturados e vendidos no continente americano, do século XVI ao XIX. Em consequência das fugas, foram surgindo agrupamentos que tinham como propósito sobreviver à violência física e psicológica e à imposição da cultura eurocêntrica. Em documento oficial, o termo quilombo apareceu no ano de 1740 em carta do rei de Portugal ao Conselho Ultramarino, referindo-se como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem que achem pilões neles” (MOURA, 2015, p. 335).

Importante mencionar que o sistema escravista imposto pela sociedade colonial portuguesa no Brasil se contrastava com o que se passava em sociedades africanas tradicionais. Por lá, muito antes da entrada dos portugueses em terras do continente africano, a escravidão era praticada, mas o escravizado não era visto como propriedade ou ferramenta de trabalho, como o foi transformado nas colônias. Segundo o historiador Aldemir Fiabani, que ao refletir sobre os diferentes tipos de escravidão, “nesses tempos, muitas vezes os trabalhadores escravizados trabalhavam lado a lado aos proprietários e a alguns homens livres”, ou seja, há uma “evolução do escravismo patriarcal arcaico ao escravismo mercantil moderno” (FIABANI, 2005, p. 16 -17).

O também para o historiador Alberto Costa e Silva (2008), já existia uma escravidão no continente africano, totalmente diferente do que foi praticada na América. Afirma que na região do Congo “havia uma escravidão antiga no país, mas era predominantemente doméstica: os cativos aumentavam a força de trabalho de uma família e faziam as mesmas tarefas que o dono, suas mulheres e seus filhos” (SILVA, 2008, p.48). Os escravizados poderiam obter a liberdade, e até mesmo ocupar uma posição de liderança tribal. A posição social de escravo ocorria na captura por guerra ou instabilidade política, filho de mãe escrava e outros (SILVA, 2008). Portanto, no escravismo patriarcal arcaico, antes da cultura mercantilista imposta pelos portugueses, os grupos tribais africanos determinavam a posição social de cada indivíduo de

acordo com os seus costumes, a exemplo de Ngola,⁸ onde os Imbagalas⁹ possuíam uma cultura diferenciada de muitas outras, já que rejeitavam uma formação parental ou sanguínea, unindo-se através dos raptos ou por derrotar outros grupos inferiores aos seus grupos.

Esta é a razão pela qual a experiência quilombola no continente africano se desenvolveu de forma plural, a depender dos costumes e do meio ambiente físico de cada região. Se analisarmos um quilombo em Angola, provavelmente não encontraremos a mesma configuração na Etiópia ou em Moçambique. A sobrevivência desses grupos em regiões com grande quantidade de animais ferozes e intempéries climáticas não muito favoráveis para as condições humanas impunham a criação de diferentes estratégias para a sua continuidade. Segundo Flávio Gomes (2015), os escravizados eram extraídos de regiões no interior do continente africanos, e que logo se misturavam uns com outros, muitos nunca haviam trocado olhares, contatos e sentimentos em geral. O autor se refere a “grupos provenientes de microssociedades com chefias descentralizadas da Alta Guiné e da Senegâmbia, como de impérios e reinos do Daomé, Oyo, Ndongo, Ketu, Matamba e outros; ou de cidades como Uidáe Luanda, nas áreas ocidentais e centrais africanas, entre savanas e florestas” (GOMES, 2015, p. 5).

Importa dizer que o processo de comercialização no continente africano ocorria muito antes da chegada dos Portugueses. Os rios favoreciam as atividades comerciais aos grupos que os utilizavam como locomoção e comunicação entre o Saara e o Atlântico. Marina Souza (2014) provoca uma holística inclinada para uma discussão para que venha perceber que a comercialização antes da entrada dos portugueses, em solo africano não havia um mercado para venda de negros, e exemplifica os detalhes do florescer das nascentes em terras altas denominadas Futa jalom¹⁰, tendo em vista que “o rio Senegal mergulha em zonas de floresta, rumo ao Atlântico, onde deságua num grande delta” (SOUZA, 2014, p.19). Essa foi uma das regiões mais afetadas pelo tráfico de escravos, correspondendo, hoje, aos países Mauritânia, Senegal, Gâmbia, Guiné-Bissau, Guiné-Conacri, Serra Leoa, Libéria, Costa do Marfim, Gana, Togo, Benim, Nigéria, Camarões, e república Centro-Africana. Antes do século XVII, período

⁸ “Ngola” Antigo título, equivalente “rei”, da principal autoridade do povo ambundo. O termo está na origem do topônimo Angola. Ver: LOPES, Nei, 2017, Dicionário de História da África, Belo Horizonte, Autêntica Editora, p. 223

⁹ Os imbagalas, mbangalas ou jagas-imbangalas são um povo que habita Angola. Constituem provavelmente um subgrupo dos jagas, invasores da região de Cassange nos séculos XVI e XVII. Ver: SOUZA, Mariano de Mello. África e Brasil Africanos, São Paulo, Ed. Ática 2014, p.71.

¹⁰ Futa Jalom ou Futa Djalom é uma região montanhosa no centro da Guiné, um país da África Ocidental. O nome é uma málgama do nome fula à região mais o nome dos nativos originais, os dialonquês. Ver: SILVA, Alberto Da Costa E (2002). A Manilha e o Libambo. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, p.783

em que o escravo passou a ser a mercadoria mais valiosa, os comerciantes dessa região negociavam o ouro extraído de minas próximas aos rios Senegal e Níger, e a noz-de-cola, peles, plumas e resina, além de animais e produtos artesanais” (SOUZA, 2014, p. 19).

No Brasil colonial, no cenário da experiência quilombola a partir da diáspora, os africanos procuraram reproduzir as organizações sociais que havia nas terras de origem antes da interferência do processo colonial. Segundo Munanga (1996), embora a intenção dos negros escravizados fosse aquilombar-se como na tradição africana, reconstruir deste lado do Atlântico impôs, com o decorrer do tempo, concebê-lo como Quilombo. O historiador Souza (2014) joga um feixe luminoso sobre essa idealização da organização em que os quilombolas buscavam desenvolver no início do século XVI no interior dos quilombos no Brasil, pois muitos traziam experiências da administração de seus líderes no continente africano como: “formas de administrar a justiça, o comércio, o excedente produzido pela sociedade, a defesa, a força militar, a expansão territorial e a distribuição do poder [...] como ocorria “nas mais complexas aldeias e confederações de aldeia” (SOUZA, 2014, p.32). Para esse pesquisador Souza (2014), havia uma forma de organizar os bens nada convencional ao período em que se estabelecia do século XVI nas terras longe de suas origens. Nas capitais estavam concentradas as famílias que por imposição buscam explorar o povo negro. Logo, os que possuíam poder econômico se favoreciam nas condições de troca de serviços, contrário aos que não possuíam, esses eram obrigados a cometer até mesmo os furtos para suprir suas necessidades pessoais. Sendo assim, muitos dos quilombos se mantiveram próximos dos povoados.

Portanto, os Quilombos formados na colônia portuguesa nas Américas eram diferentes dos Kilombos que existiam no continente africano. Neste território as formações sociais eram de negros livres, mas na América, no Brasil colonial, foram formados como espaços que reuniam homens e mulheres que fugiam de uma posição de opressão, submissão e violências e buscavam uma reorganização social em busca da liberdade, portanto, espaço de luta e de resistência. A sociedade que buscavam formar nos novos territórios para além do Atlântico se assentava em uma memória dos ancestrais, alinhada ao pensamento de que todos aderiram a uma condição de estranhos em um território diferente do que viviam.

O historiador Ademar Fiabani (2005, p. 20) sinaliza que o continente africano atendeu estrategicamente como ponto de apoio para a economia europeia, pois “o escravismo colonial surgiu e se desenvolveu dentro de determinismo socioeconômico rigorosamente definido, no tempo e no espaço”. Este autor compartilha suas ideias, com outro historiador e pesquisador Mário Maestri, com as ideias de que o quilombo “teria sido um exemplo de luta de classes dentro do passado escravista brasileiro. As fugas refletiram a inconformidade do trabalhador

escravizado em relação a sua condição” (MAESTRI, *apud* FABIANI, 2005, p. 146). Essa observação vista pelos autores mostra que os escravizados em sua maioria vivia uma experiência contrária, ao que ocorria em suas terras de origem, não eram açoitados e ainda teriam a oportunidade de ocupar liderança tribal e ser livre.

Em consequência, estabeleceram regras, normas e estratégias de guerras que permitiram êxitos em muitos enfrentamentos com a sociedade opressora, desenvolveram atividades cotidianas e constituíram comportamentos que se refletem em hábitos e costumes remanescentes entre as comunidades tradicionais quilombolas. A formação dos núcleos familiares dentro dos quilombos era por agrupamentos por laços de parentesco ou por linhagem.

Nesta lógica, com base nas considerações de Souza (2014), era comum entre os escravizados a criação de pactos semelhantes às relações parentais existentes no continente africano, a exemplo dos Malungos que buscaram um comprometimento entre os escravizados na tentativa de minimizar o sofrimento e a solidão de seus parentes, já que muitos encontravam-se nas mesmas condições de escravizados e longe de suas tradições culturais. Esses laços familiares permitiram a miscigenação entre as diversas etnias. Sendo assim, os laços estendiam na forma de apadrinhamentos, onde os padrinhos serviam de ajuda na falta do membro direto da família.

Outro aspecto interessante é que a formação dos quilombos no Brasil servia como contraponto a estratégia portuguesa de evitar a proximidade de grupos étnicos com as mesmas identidades linguísticas, com vistas a evitar insurreições. Porém, a comunicação desenvolvida nos quilombos com base na oralidade foi fundamental para a transmissão dos conhecimentos acumulados e repassados às gerações futuras, fazendo florescer na memória as ações praticadas há milhares de anos.

O quadro a seguir é ilustrativo ao apresentar a origem dos diferentes grupos étnicos do continente africano que formaram a sociedade brasileira na condição de escravizados e que marcam a diversidade cultural e pluriétnica da população brasileira.

Quadro 1: Grupos afrodiaspóricos no Brasil

PAÍSES AFRICANOS QUE CONTRIBUÍRAM COM SUAS ETNIAS PARA O BRASIL				
GRUPOS ÉTNICOS				
SENEGAL	GUINÉ BISSAL			
	Fula (*) Mandnga	Mende (*) Temme	Fanto Akan Ashanti N'dommo	Bakuka Balula Bayaka Kuvu Zingalaas
CONGO	DAHOMÉ	TOGO	QUÊNIA	ÁFRICA DO SUL
Luba Cambindas (*) Muxicongos Bapende Kuba	Fon Mahii (*) Edo Sombas (*) Dan	Bariba Mina (*) Somba Gá Ewê	Massai Luo	Bantu Zulu Massai
TANZÂNIA	GABÃO	MOÇAMBIQUE	BOTSWANA	NÍGER
Balega Wamba Venda	Babwelé Bacota Mossi (*)	Macuas Maconde	Ochi	Fulani (*) Kanur
COSTA DO MARFIM	ANGOLA		NIGÉRIA	
Senufo (*) Baule (*) Bambara Kra Lobi Dagon (*) Atiê Gorro Yaouré (*)	Humbi Ovambo Ngola (*) Ghangala Lunda Kioco Nhanheca Mbunda (*) Benguela (*) Ndongo Ovimbunda	Mpundo kacongo Rebolo (*) Kassanje (*) quimbundo (*) Bacongo (*) Luena Bena Kanioka Bantu Bushongo Ambo	Yorubá Bini Ibo Ijó Samburu Ibidio Ekoi Nupe Tapa Ijeshá (*) Fon Ogboni Tiv Fulani Haussá	Rendille Igala Afkpo Efik Turkana Kanuri Jukun Ibadan Ilorin Luo Idoma Kikuiu Pokot Dinka
Os grupos étnicos marcado com (*) foram os que mais contribuíram com os escravos para formação rural do Brasil e que mais sofreram nas mãos do invasor branco e traficantes de escravos.				

Fonte: Fonseca Júnior (2004).

Figura 1: Mapa da Rota do Tráfico Negreiro entre África - Brasil



Fonte: Adas; Adas, 2018. p. 69.

Mesmo com as dificuldades diante da diversidade linguística, as ações por via oral permitiram a criação de códigos e possibilitaram manter a resistência dos quilombolas contra a escravidão por três séculos, resistência que também seguiu pelas intersecções das culturas e da religiosidade de matrizes africanas subalternizada pela hegemonia cultural dos valores civilizatórios do ocidente capitalista, cristão e europeu.

1.2 Quilombo: identidade étnica, diversidade e resistência política e cultural

A entrada maciça dos vários povos advindos do continente africano na condição de escravizados entre os séculos XVI ao XIX produziu encontros de mais de cem etnias no Brasil colonial. Nos quilombos, estes encontros promoveram uma diversidade cultural única e genuína, cujas lutas e resistências ajudaram a manter vivas as tradições dos povos africanos em diversos setores da sociedade brasileira (REIS E SILVA, 1989; MOURA, 1992). Essa migração forçada incidiu no desenvolvimento de uma multidiversidade cultural em todos os sentidos, incluindo uma complexidade desde o biológico (a tonalidade da pele e dos cabelos) ao

comportamental, influenciando as condições políticas, econômicas e sociais geradas ao longo desse período.

Dentre os aspectos de fundamental importância para a preservação dos marcadores identitários na reconstrução pessoal e coletiva desses sujeitos nos quilombolas temos a ancestralidade, que envolve a imaterialidade que o ser humano reproduz instintivamente ao longo de sua vida. Refletindo sobre este aspecto, A pesquisadora Julia Mazinini Rosa (2018) em seus estudos propõe uma compreensão sobre a perspectiva social do indivíduo em relação ao outro “a relação ancestral organismo-objeto se altera, tornando-se, então, a relação mediada sujeito-conceito-objeto” (ROSA, 2018, p.61). Para a autora, é necessário fazer um estudo da morfologia humana. Considera que “a relação existente entre o homem e o mundo natural é essencialmente diferente da relação que há entre qualquer outro organismo e a natureza que o circunda” (ROSA, 2018, p.22), pois o sujeito a quem nos referimos, por ser humano, possui em sua formação física algumas propriedades muito próximas da natureza. Sobre essa temática, é necessário entender, que no olhar da ancestralidade africana “o homem natural iorubá é constituído também por Ori¹¹, princípio vital de individualização da personalidade e do destino” (LEITE, 2008, p.30).

Neste sentido, a reflexão sobre ancestralidade compreende fazê-la sob o prisma da “energia”, força que nos envolve e possui sua particularidade, e que para manter a sua existência apoia-se sobre dois elementos que atuam no corpo humano – ar (oxigênio) e do fluido ou líquido (sangue), elementos fundamentais para a sobrevivência que atribui ao homem o desejo de viver –, este “concebido como um complexo externo e outro interno em relação constante” (LEITE, 2008, p. 29). Nessa concepção, segundo Fábio Leite, o homem se mescla ao meio ambiente para a produção dos artefatos que suprem as suas necessidades. Por exemplo, “o ferreiro (o homem) domina também outros elementos da natureza, a água e o ar, indispensáveis para a formação do ferro, culminando nos instrumentos de trabalho utilizados pelas sociedades” (LEITE, 2008, p. 79) e que fazem dele um indivíduo que carrega consigo supostas energias que necessitam ser compartilhadas com outros indivíduos.

Todos os seres possuem uma energia própria, mas é necessário, para manter essa energia, a interação com os demais indivíduos, com os demais seres. O corpo possui ligações um tanto complexas, pois “está ligado à noção de estranhas, tomadas no sentido de manifestação

¹¹ “Ori”, palavra da língua iorubá que significa literalmente cabeça, O homem natural é constituído por Ori, princípio vital de individualização da personalidade e do destino. Sua noção vai além do da ideia de elemento integrante do sistema físico, pois esse princípio é considerado a “cabeça interna das pessoas. (LEITE, Fábio Rubens da Rocha. 2008, Questão ancestral: África Negra, São Paulo, Editora Palas Athenas, p.30)

interna de fatores naturais e sociais, já que este carrega forças enigmáticas que não dependem de ser masculino ou feminino” (LEITE, 2008, p. 29). E sua força não se apresenta somente sobre os músculos, mas também sobre sua mente que organiza todas as ações humanas.

A historiadora Ynaê Lopes dos Santos aponta que por estarmos conectados sobre energias e forças que atuam livremente nessa atmosfera, as práticas religiosas estabelecem uma conexão com outro mundo. Sendo assim, Juanna Elbain dos Santos acresce que “as sociedades da África Subsaariana acreditavam na coexistência dos mundos dos mortos e dos vivos” (SANTOS, 2017, p.60), que estabeleciam certos tipos de conexões com determinadas frequências sobre aqueles de mesmas árvores genealógicas ligadas a suas matrizes, que estão sempre em busca de novas conexões.

As práticas que se voltam a essas conexões, ou práticas religiosas, permitem interagir com o antepassado tendo a natureza como referência na construção de determinado objeto. Face esse contato com o outro mundo, “juntos aos cultos aos antepassados, as comunidades africanas também cultuavam deuses específicos que estavam diretamente relacionados com os elementos da natureza, independente de as sociedades serem monoteístas ou politeístas” (SANTOS, 2017, p. 60). Essas práticas faziam com que as sociedades entrassem em equilíbrio mediante as forças dos dois mundos.

A historicidade do homem está sempre em contato com a natureza, com a qual também temos conexões, o que exige é que se desenvolva em coletividade o trabalho necessário à continuidade da vida. As suas ações existenciais refletem comportamentos, hábitos e tradições milenares cujos cultos aos antepassados, ritmados pelas músicas e danças, incluindo, como refere, “o transe de pessoas que estavam iniciadas para incorporar os deuses ancestrais” (SANTOS, 2017, p. 60), compunham canais de transmissão desses valores aos avós, filhos, netos, bisnetos e outros que estivessem presentes.

Daí a importância da oralidade para os povos antigos da África revestida em compromisso com a verdade, pois através da tradição oral era transmitida pela memória pertencente a todo um grupo, tornando-se, então, essa memória, em um “documento vivo” (SANTOS, 2017, p. 63). A mesma autora ilustra essa dimensão atribuída à oralidade com o exemplo dos Domas, que “também nunca mentiam, pois, mentir significava quebrar um elo com a história daqueles que haviam vivido antes deles. Era a maior ofensa que poderiam fazer” (SANTOS, 2017, p.63). Também nota a importância de respeitar os anciãos, já que estes possuíam conhecimentos sobre a história da comunidade e dos ancestrais. Seus relatos e experiências eram testemunhos das vidas anteriores. Por isso, o provérbio: “quando um ancião morre, é uma biblioteca que se queima” (SANTOS, 2017, p. 64). É através dessa transmissão

da oralidade que transferiram seus “saber e fazer” pois a cultura africana atravessou os mares e se instalam na experiência quilombola na diáspora africana. Haja vista, que essas atividades culturais estiveram presente nas diversas etnias da Cultura Bantu e da Cultura Yorubá. Esses mantiveram contatos e juntas enriqueceram a diversidade cultural no Brasil.

Ao longo desta experiência, ao sobreviver os maus tratos que eram submetidos os sujeitos escravizados imprimiram nova disposição diante da vida. Segundo Muniz Sodré (2017), o resgate de práticas sociais por meio de memória, fez surgir uma nova postura filosófica cujo principal fio condutor, não é o homem como o centro do universo. Para o africano, invertendo essa posição, era a natureza que exercia o papel central da criação e transformação. Esse pensamento de desenvolver a coletividade entre as etnias era mantida e buscava unificar forças espirituais e materiais para manter o equilíbrio, a harmonia, base do pensamento que ia no sentido contrário ao processo da segregação do homem com o ambiente natural.

Para este autor, a diáspora africana trazia consigo experiências vivenciadas ao longo de suas jornadas e contextualizadas no século XXI como conceituais e empírica, estes estavam focados linearmente e paralelamente posicionada no indivíduo que alinhava seu pensamento fisicamente e psicologicamente à natureza. Esse alinhamento foi mantido por diferentes etnias durante os três séculos de escravização, tornando-se um celeiro misticamente ligado às forças metafísicas relacionadas aos seus diversos deuses (SODRÉ, 2017).

Para a historiadora e pesquisadora Catherine Cymone Fourshey (2022) dialoga em seu livro publicado África Bantu que a existência dessa Cultura Bantu está em atividade desde 3.500 antes da Era Cristã, como um propósito de manter a relação humana em equilíbrio com a natureza. No contexto afrodiaspórico, homens e mulheres, sobretudo, jovens em processo de formação espiritual trouxeram em suas memórias hábitos e tradições. A cultura desenvolvida ao longo de sua existência fez esses escravizados incorporarem instintivamente ações e pensamentos vinculados não apenas em um corpo, mas em vários corpos, como fosse uma raiz que se espalha no território em busca de nutrientes para sobreviver.

Ainda conforme a formulação da autora, a cultura bantu encontrava-se nas entranhas do povo africano por muito tempo, cada interlocutor trazia consigo experiências que o homem do ocidente desconhecia. A forma de analisar as condições de sobrevivência em ambiente diferente propiciava a construção de ideias ou colocavam estes com uma holística voltada para o um pensamento heurístico¹² (FOURSHEY, 2022).

¹² ‘Heurístico’ vem do grego. Significa ‘descobrir’ ou ‘inventar’.

Essa integração entre as etnias impulsionava-os a um comportamento no qual inclinasse a fazer parte do ciclo da natureza, pois este tinha na sua origem o poder de transformar e dar continuidade ao processo de existência, provocando um equilíbrio nas relações de poder, entre o visível e o invisível. A prática nas atividades coletivas encorajava os interlocutores na trajetória durante seus desafios naturais no mundo dos vivos. Na diáspora nas Américas, as referências ontológicas do ser africano – a sua história e cultura – trazidas na memória são expressas nos fazeres de como se organizar nas lutas por liberdade se enraizaram por todo lado, tecendo e fortalecendo uma identidade própria do afrodescendente.

Isso porque dispersados forçosamente mundo afora através do fenômeno da Diáspora Negra ou Africana, negros e negras de natureza étnica diversa na condição de escravizados foram transformados em mercadorias e destituídos de tudo, de histórias e humanidade, submetidos ao processo de dominação colonial, capitalista e eurocentrado. Porém, trouxeram consigo suas tradições, crenças, valores, hábitos, modos de vida, culturas (divindades, visões do mundo, línguas, artes, músicas, etnias, diferentes formas religiosas e modos de simbolização do real) e diferentes formas de organização social.

O quilombo é a primeira experiência de formação social negro africana no Brasil colonial e nas Américas, onde africanos escravizados e seus descendentes de diferentes etnias espalhados pelo vasto território desenvolveram estratégias para além da sobrevivência física reproduzindo práticas sociais e culturais, a partir da memória política com base na ancestralidade e na cultura afrocentrada, de forma que reconstruíram laços mínimos de identidade, cooperação e solidariedade. Tratava de um espaço comunitário onde esses sujeitos coletivos formaram uma rede de interação com as múltiplas culturas africanas preservando marcas visíveis dos traços importantes para a sua reconstrução pessoal e coletiva (FERNANDES, 2018).

Na percepção do intelectual, ativista político, artista e senador da República Abdias do Nascimento os quilombos foram as primeiras experiências de liberdade nas Américas, pois tinham estrutura comunitária baseada em valores culturais africanos, com organização política democrática e um modelo econômico contrário ao modelo colonial. Para este intelectual, a sociedade quilombola constituía uma etapa no progresso humano e sociopolítico. Para Abdias, o termo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência e comunhão existencial (NASCIMENTO, 2002). Neste sentido, para além de uma concepção restritiva de lugar de escravizados rebeldes e fugitivos, o quilombo é uma experiência histórica, social e cultural única de resistência negra no Brasil que incidiu em todo o período de ocupação da Coroa Portuguesa e continua até os dias atuais transformando-se ao longo do tempo.

Espalhados pelo território brasileiro, negros e negras escravizados se reuniram, se organizaram socialmente e criaram uma estrutura de poder político em oposição a estrutura do regime escravocrata, cuja base se assentava no pluralismo étnico e na diversidade cultural entre diferentes grupos sociais africanos/as e não africanos/as. Através de suas práticas sociais cotidianas, esses sujeitos coletivamente estabeleceram conexões culturais que preservaram fundamentos filosóficos, estéticos, éticos e religiosos, entre outros, a partir da cosmo percepção do universo simbólico e territorial africano.

1.3 Ressignificação conceitual dos quilombos: protagonismo na preservação da diversidade cultural negro africana

Para além da reprodução física, econômica e social, os quilombos também serviram para reproduzir culturalmente os modos de vida, comportamentos e visões de mundo do universo territorial simbólico dos vários povos do continente africano espalhados no território brasileiro a partir do contexto da afrodiáspora. Valores e fundamentos civilizatórios estruturantes das tradições das diferentes nações africanas foram preservados pela reconstrução das conexões culturais ancestrais das práticas sociais e cotidianas nos quilombos. Os quilombos historicamente conceituados como núcleos populacionais de resistências formados por negros escravizados que fugiam do regime servil do regime escravista imposto pela Coroa portuguesa, em busca da liberdade e desafiavam o poder político dos senhores foram resignificados conceitualmente a partir das últimas décadas do século passado, notadamente 1980 e 1990, a partir do processo de transição política do regime autoritário militar para o regime democrático.

Nesse cenário, importante destacar o protagonismo do movimento negro e das comunidades quilombolas nessa resignificação a partir da luta contra o racismo e por reconhecimento dos direitos e cidadania dos descendentes dos povos africanos escravizados, isto é, a população afro-brasileira. A atuação de grupos, instituições e lideranças representativas do movimento negro articulados durante o processo de elaboração do texto constitucional no âmbito da Assembleia Nacional Constituinte – ANC (1987) marcada por um ambiente de efervescência político-ideológica e de mobilização dos movimentos sociais, pautou a dívida histórica da escravidão e necessidade da promoção da igualdade racial como os direitos da população negra na perspectiva da reparação dos danos materiais, históricos e psicológicos causado pelo racismo e pelo regime de escravidão. Como resultado dessa articulação, a questão racial, na perspectiva da reparação histórica da população negra, foi associada. A questão

democrática, sobretudo, a efetivação dos direitos sociais, políticos e culturais, entre os quais o direito à memória e valorização da história e cultura africana e afro-brasileira.

No caso específico dos quilombos, a questão do direito à propriedade das terras ocupadas por suas comunidades foi transformada em ponto de pauta da agenda das políticas públicas por reparação histórica e justiça social, em um ambiente de tensões e lutas onde negres e negras quilombolas e não quilombolas conquistaram a garantia constitucional de “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”, conforme o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal vigente (BRASIL, 1988).

Do ponto de vista das políticas públicas, o conceito histórico de quilombo foi ressignificado para Comunidade Remanescente de Quilombo (CRQ), definida pelo Decreto Federal nº 4.887¹³, de 20 de novembro de 2003, como:

[...] os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de **ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida** (BRASIL, 2003).

Tal decreto representou um avanço histórico e significativo na relação entre o Estado brasileiro e os quilombos, as CRQ. Para além da questão conceitual, esta norma jurídica alterou a relação de opressão dispensada pelo Estado e seus órgãos aos descendentes dos africanos escravizados no Brasil, sobretudo, as comunidades que ocupavam e ocupam as terras dos quilombos que a partir da Constituição de 1988 passaram a ter direito. Com este Decreto, o Estado assume a responsabilidade de efetivar procedimentos delineados juridicamente para identificação e reconhecimento legal para fins de titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos atestada pela própria comunidade a partir dos critérios da autodescrição, presunção da ancestralidade e resistência à opressão histórica, terras utilizadas para a garantia da reprodução física, social, econômica e cultural dos africanos escravizados e seus descendentes.

¹³ Este decreto regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Para mais informações, consulte: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=4887&ano=2003&ato=d43MTVE5EeRpWTf21>>. Acesso em: 09 fev. 2024.

À essa conquista podem ser somadas outras de igual importância e significado históricos para a população negra brasileira com implicações para as CRQ, entre as quais podemos destacar o crime de racismo como resultante de preconceito de raça ou de cor instituído pela Lei Federal n.º 7.716 em 1989, alterada no ano de 2003 pela Lei Federal n.º 14.532 para abranger a injúria racial, e o Estatuto da Igualdade Racial instituído no ano de 2010 pela Lei federal n.º 12.288, primeira lei brasileira destinada a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos, individuais, coletivos e difusos, além do combate ao racismo, discriminação e demais formas de intolerância étnica.

No campo das políticas agrícola e acesso à terra, o Estatuto da Igualdade Racial (Seção I, Capítulo IV) refere-se especificamente as CRQ, a saber:

Art. 31. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Art. 32. O Poder Executivo federal elaborará e desenvolverá políticas públicas especiais voltadas para o desenvolvimento sustentável dos remanescentes das comunidades dos quilombos, respeitando as tradições de proteção ambiental das comunidades.

Art. 33. Para fins de política agrícola, os remanescentes das comunidades dos quilombos receberão dos órgãos competentes tratamento especial diferenciado, assistência técnica e linhas especiais de financiamento público, destinados à realização de suas atividades produtivas e de infraestrutura.

Art. 34. Os remanescentes das comunidades dos quilombos se beneficiarão de todas as iniciativas previstas nesta e em outras leis para a promoção da igualdade étnica. (BRASIL, 2010)

No campo das políticas da educação nacional, temos a implementação nos currículos do ensino médio (escolas públicas e privadas) na educação básica em todo país, a obrigatoriedade da inclusão do ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira pela Lei Federal n.º 10.639 a partir do ano de 2003 (altera o Art. 26 da LDB), substituída no ano de 2008 pela Lei federal n.º 11.645 que ampliou o ensino para os povos originários (indígenas). Para este propósito, importante mencionar a Resolução nº 1 CNP/CP/2004 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana a partir do Parecer CNE/CP nº 3/2004.

No campo das políticas públicas para a cultura e o patrimônio cultural, importante destacar como importante precedente histórico a criação da Fundação Cultural Palmares (FCP) em 22 de agosto de 1988 pela Lei federal nº 7.668, antes mesmo da promulgação do texto constitucional vigente. De acordo com o Artigo 4º do Decreto federal nº 4.887, de 20 de

novembro de 2003, a FCP é responsável pela emissão de certidões às comunidades quilombolas, isto é, o reconhecimento oficial de CRQ via certificação¹⁴.

Trata-se de uma conquista que resultou de um longo processo de luta e resistência do movimento negro contra o racismo e por reparação, constituindo um fato histórico de extrema importância política em meio ao ambiente do processo de redemocratização e retorno da cidadania no país. Pela primeira vez e sem precedentes na história política e institucional, o Estado brasileiro passou a contar com um órgão governamental com a finalidade de promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira, na perspectiva de superação do racismo.

Vale apontar no conjunto dessas conquistas normativas e institucionais o protagonismo de grupos, organizações e lideranças formadoras do movimento negro, dentre os quais as comunidades quilombolas, na perspectiva da luta contra o racismo, por justiça social e reparação histórica tendo em vista os prejuízos materiais, psicológicos e simbólicos sofridos pelos africanos e seus descendentes a partir do regime de escravidão e sistema colonial. A promoção da igualdade racial mediante a criação e efetivação de mecanismos legais e institucionais nas diferentes áreas das políticas públicas, sobretudo na cultura e educação, na agenda governamental, principalmente no nível federal, foi pautada pelo movimento na perspectiva das ações afirmativas. Desde os anos oitenta grupos, coletivos e lideranças negras buscaram coletivamente influenciar, elaborar e apoiar ações para implementação de políticas públicas direcionadas a reformas sociais que incorporem a questão racial e africana como importante vetor de inovação e de modernização política, impulsionando o Estado brasileiro o compromisso em reduzir ou superar desequilíbrios e injustiças sociais através das políticas de ações afirmativas, adotadas como estratégia de combate ao racismo e de enfrentamento às desigualdades sociais e raciais. Neste contexto, o movimento negro assumiu um caráter educador exercendo papel político e pedagógico na interlocução entre Estado e sociedade no Brasil como defende a pesquisadora Nilma Lino Gomes (2017)¹⁵.

No contexto do Estado Democrático de Direito, um conjunto de ações governamentais decorrentes dos avanços normativos e institucionais a partir da Constituição de 1988, tem afetado diretamente os quilombos e suas comunidades. Neste sentido, podemos também

¹⁴ <https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/protecao-preservacao-e-articulacao/certificacao-quilombola>. Acesso em 15 fev. 2024

¹⁵ Segundo Gomes (2017), como ator coletivo e político o movimento negro exerceu um papel pedagógico como nunca havia feito em sua trajetória, na interlocução com o Estado e com a sociedade brasileira.

destacar o Programa Brasil Quilombola criado pelo Decreto federal nº 6.261 no ano de 2007 e que compreende um conjunto de ações voltadas para a melhoria das condições de vida e ampliação do acesso a bens e serviços públicos das pessoas que vivem em comunidades de quilombos no Brasil denominada “Agenda Social Quilombola”.¹⁶

Por certo que tais ações, mecanismos institucionais e normativos somados a outros, precisam serem avaliados à luz das condições históricas e existências das comunidades quilombolas, ainda mais quando é levada em consideração a política de desmonte do último governo ideologicamente contrário a este tipo de políticas públicas de inclusão social durante o período de 2019 a 2022. Por ora, nos resta enfatizar que tais ações no contexto democrático brasileiro representam avanços históricos na relação Estado e sociedade civil no Brasil, especificamente em relação às comunidades quilombolas que, na pior das hipóteses sinaliza um contexto de mudança comportamental do Estado brasileiro em relação aos negros e negras africanos escravizados e seus descendentes, a população afro-brasileira.

Retomando a questão do protagonismo do povo negro, em particular das comunidades dos quilombos durante o regime de escravidão, importante frisar que desse protagonismo tem como principais motivos a luta pela liberdade contra a condição de opressão em que africanos e seus descendentes estavam submetidos, inspirado na memória de organização política que haviam em suas terras de origem. Uma grande personagem e referência desse protagonismo no século XVIII é Tereza de Benguela, cuja sagacidade justificou o título de Rainha do Quilombo de Quariterê¹⁷, no Mato Grosso, desde quando assumiu a liderança após a morte do companheiro José Piolho.¹⁸

A experiência do Mato Grosso evidencia que as junções entre povos africanos e povos originários interferiu na formação da sociedade brasileira. Segundo Ilka Boaventura Leite (2015, p.10), o Quilombo do Quariterê era habitado por “índios caborés e negros” que fugiam de minas de ouro e das fazendas. Também abrigava indígenas que fugiam dos trabalhos forçados, configurando um quilombo multiétnico. As práticas que eram adotadas no interior dos quilombos remontavam à experiência vivida em outros territórios no continente africano, como estratégias que permitiam a outros, ainda que forâneos, assumirem o poder do quilombo,

¹⁶ Para maiores informações: Programa Brasil Quilombola, <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/igualdade-etnico-racial/acoes-e-programas/programa-brasil-quilombola#:~:text=O%20Programa%20Brasil%20Quilombola%20compreende,comunidades%20de%20quilombos%20no%20Brasil>. Acesso em: 09 fev. 2024

¹⁷ Essa palavra significaria “piolho” em Tupi.

¹⁸ A Fundação Cultural dos Palmares identifica que “durante seu comando, a *Rainha Tereza* criou uma espécie de parlamento e reforçou a defesa do *Quilombo do Quariterê* com armas adquiridas a partir de trocas ou levadas como espólio após conflitos. Nas suas terras eram cultivados milho, feijão, mandioca, banana e algodão, utilizado na fabricação de tecidos”. (Ver: <http://www.palmares.gov.br/?p=46450>. Acesso em 28/1/2023)

pois, as decisões eram tomadas coletivamente conforme regras e normas do “estado” quilombola.

Essa diversidade cultural provocou alterações significativas nas organizações sociais tradicionais dos diferentes povos subalternizados, tratando-se, como apontado acima, de uma nova confluência multiétnica. A incessante busca pela liberdade conduzia os povos africanos a manter contato com sua ancestralidade, incorporando, entretanto, uma constante sintonia com os outros que chegavam para ocupar o lugar daqueles que fugiam ou morriam.

Para além do conceito histórico de quilombo, Comunidade Remanescente de Quilombo (CRQ) é um conceito político-jurídico que busca dar conta de uma realidade extremamente complexa e diversa que são os quilombos na atualidade, porém implica na valorização da memória e no reconhecimento da dívida histórica que o Estado brasileiro tem com a população negra que descende dos africanos escravizados.

Em geral, os quilombos são comunidades que resistiram e se rebelaram contra a brutalidade e perversão do regime escravocrata. Ao longo do tempo essas comunidades se adaptaram a viver em todas as regiões do país espalhadas em território muitas vezes hostis. Porém, mantiveram suas tradições culturais, criaram e desenvolveram técnicas de aproveitamento dos recursos naturais disponíveis para o sustento tornando-se responsáveis por sua preservação e interagindo com outras comunidades tradicionais vizinhas e com a sociedade em geral.

Entre os membros dessas comunidades encontramos agricultores, artesãos, extrativistas, pescadores, seringueiros, entre outros, que desenvolvem atividades diversas, entre as quais ganha relevo aquelas vinculadas ao turismo de base comunitário. Segundo o site da FCP, a maioria das CRQ encontram-se na zona rural, porém, existem CRQ em áreas urbanas e periféricas. Em algumas regiões do país, essas comunidades certificadas ou não são conhecidas ou se definem com diferentes nomes, entre os quais: terras de preto, terras de santo, comunidade negra rural ou pelo próprio nome da propriedade como Gorutubanos, Kalunga, Negros do Riacho, entre outros.¹⁹

¹⁹<https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/protecao-preservacao-e-articulacao/informacoes-quilombolas/> . Acesso em: 15 fev. 2024

CAPÍTULO II

COMUNIDADE REMANESCENTE DO QUILOMBO MARIA CONGA (CRQMC): CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA, MEMÓRIA E PERTENCIMENTO

No capítulo anterior, ressaltamos os aspectos históricos, políticos, sociais e culturais da formação dos quilombos no Brasil, cuja experiência é distinta das formações sociais semelhantes desenvolvidas no continente africano. O conceito histórico de quilombo como núcleo populacional de resistência formados por negros escravizados e fugitivos construídos contra o regime servil da escravidão imposto pela Coroa portuguesa, em busca da liberdade e em desafio ao poder político dos senhores, foi ressignificado para Comunidade Remanescente de Quilombo, no contexto do Estado Democrático de Direito, sobretudo, na titulação das terras ocupadas pelas comunidades quilombolas. Culturalmente, para além da reprodução física, econômica e social, os quilombos serviram para reprodução dos modos de vida, valores, visões de mundo e práticas sociais do universo territorial e simbólico dos povos do continente africano espalhados no território brasileiro a partir do contexto da afrodíaspóra transformando em símbolo da pluralidade étnica e diversidade cultural.

Neste segundo capítulo retomaremos a questão da formação plural dos quilombos a partir da contextualização histórica da formação do Quilombo Maria Conga e do seu reconhecimento como Comunidade Remanescente de Quilombo (CRQ), de forma apresentar o protagonismo da sua fundadora e o sentimento de pertencimento ancestral dos seus atuais moradores, com base na literatura disponível e acessada ao longo este estudo e nas memórias de seus atuais moradores. Antes, porém, cabe traçar algumas considerações históricas sobre o município de Magé, onde está localizada a CRCMC.

2.1. Ocupação quilombola no povoado Magepimirim atual município de Magé-RJ: breves considerações históricas

A pesquisa realizada por Santos (2017), mencionada no capítulo anterior, faz refletir sobre o local de maior quantidade de comunidade quilombolas no Rio de Janeiro, o Recôncavo da Guanabara, que corresponde atualmente a Baixada Fluminense situada na Região

Metropolitana do Rio de Janeiro onde está situado o município de Magé que se originou surgiu do povoado de Magepemirim, fundado por portugueses em meados do século XVI, nos fundos da Baía da Guanabara, em terras cedidas no governo Estácio de Sá aos donatários Cristóvão de Barros e Simão da Mota. Naquela época, a extensão de terras implicava fragilidade na vigilância, e a navegação era a forma mais rápida e silenciosa de deslocamento entre os igarapés e os mangues, que ofereciam recursos para o abastecimento de alimentos com base na caça e pesca. Era necessário apenas observar as condições favoráveis para ocupar o espaço para sobrevivência, próximo às montanhas elevadas e às árvores de grande porte que serviam de camuflagem perfeita contra os perseguidores. Portanto, região propícia para recebimento de fluxos de pessoas que formavam comunidades marginais à ordem escravista, como os quilombos.

O território do recôncavo da Guanabara atendia às necessidades do povo africano, como a da Serra da Barriga, serviu para criação do Quilombo dos Palmares em Alagoas. Segundo Freitas (1979), a região oferecia as estratégias usadas anteriormente para manter-se longe dos olhares do inimigo, o que contribuía para o crescimento do quilombo. Desenvolver a plantação de frutos e hortaliças entre as árvores, favorecida por terras férteis, o que servia de troca com os comerciantes próximo aos esconderijos, bem como a construção de casas baseadas nas técnicas utilizadas nas terras de origem, levou ao crescimento rápido das comunidades quilombolas.

As divisões das terras no Recôncavo da Guanabara seguiram por diversas regiões, da Serra do Marapicu a Macuco. Segundo Soares e Bezerra (2011), esse território foi transformado em uma imensa área de produção de farinha e milho que atendiam aos serviços de exportação e consumo interno. A prática dessa agricultura tinha sua origem nas terras dos povos originários, pois a plantação da mandioca representava menos riscos do que a de cana-de-açúcar, e seu aproveitamento era diverso.

Durante o período de escravidão, esta região teve uma grande concentração de quilombos, pois os negros buscavam refúgio longe do perímetro urbano, o que fez desta região um lugar estratégico para esconderijo, de forma que o contato com quem estava no centro urbano era mantido. Através deste contato, quem tinha interesse em fugir para os quilombos contava com uma rede de apoio nas fugas formada por remadores e comerciantes que buscavam obter alguma vantagem em benefícios das fugas. A “relação estreita entre quilombolas e pequenos comerciantes foi frequente nos mocambos e quilombos que se formaram nos arredores do Rio de Janeiro” (SANTOS, 2017, p. 233), fazendo com que houvesse uma confluência de interesses entre os envolvidos. Nos quilombos, conviviam negros e negras

escravizados, indígenas espoliados ou gente mestiça explorada que fugiam por meios de pontos de encontro, sempre próximos dos centros urbanos. Isso explicava por que a Coroa portuguesa e os poderes locais viam os quilombos como responsáveis pelo desequilíbrio econômico nas vilas e cidades e incentivadores de fugas.

Figura 2 - Mapa de localização da área ocupada por Maria Conga – Magé -RJ



Fonte:

Esse mapa mostra a dimensão do território em que Maria da Conceição ou Maria Conga mantinha seu esconderijo e sua estratégia de sobrevivência, essa região divide-se, hoje em vários bairros, a pesquisa desenvolvida pelo geógrafo Gabriel dos Santos Martins, instituição em que 2021 defendeu o mestrado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, mostra uma preocupação com o processo de delimitação do quilombo de Maria Conga, acompanhado de propostas para preservação ambiental e da herança histórico cultural.

A proposta converge com as ideias do Centro Cultural Africana e Afrodescendente do Quilombo de Maria Conga, que se encontra no CIEP 444 Israel Jacob Averbach, Segundo

Gabriel dos Santos Martins²⁰ (2021) faz-se necessário manter a preservação da cultura africana, e proporcionar aos moradores um preparatório para o ensino superior, e contribuir para um pensamento inclinado na Educação Ambiental (EA)²¹.

O Quilombo de Maria Conga foi o primeiro na Baixada Fluminense a receber da Associação das Comunidade Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro (ACRILERJ) em reconhecimento a resistência de sua líder “**Maria Conga**” Segundo a pesquisa de (Menezes 2016, apud Martins 2021) existe uma pequena representatividade de famílias resiliente ao processo de luta em dar visibilidade a que tanto fez pelo negro que buscava liberdade.

Em 1988, Maria Conga recebeu o título oficial de heroína de Magé²² por conta dos seus incríveis feitos de luta, resistência e solidariedade. Apresenta um total de 450 famílias residentes, porém, segundo a Fundação Palmares, somente 85 famílias são cadastradas como famílias quilombolas (MENEZES, *apud* MARTINS, 2021, p. 77).

É importante ressaltar que, em 2007, o Quilombo de Maria Conga²³ foi reconhecido pela Fundação Quilombo dos Palmares, recebendo o certificado simbólico. Foi homenageada pelo prefeito de Magé pelo ato de bravura e resistência através dos ensinamentos de uma ancestralidade milenar que transformou o local no símbolo de luta, servindo de exemplos aos novos moradores da região. Segue o decreto em que:

O § 4º do art. 3º do Decreto n.º 4.887, de 20 de novembro de 2003, reserva à Fundação Cultural Palmares (FCP) a competência pela emissão de certidão às comunidades quilombolas e sua inscrição em cadastro geral.

Esclarecemos que está FCP não certifica essas comunidades a partir de um trabalho de conferência de quem é ou não quilombola, mas, sim, respeitando o direito à autodefinição preconizado pela Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), certifica aquelas comunidades que assim se declaram.

Para isso uma reduzida documentação é exigida, de acordo com a Portaria FCP n.º 98, de 26 de novembro de 2007: ata de reunião específica para tratar do tema de Auto declaração, se a comunidade não possuir associação constituída, ou ata de assembleia, se a associação já estiver formalizada, seguida da assinatura da maioria de seus membros; breve relato histórico da comunidade (em geral, esses documentos apresentam entre 2 e 5 páginas), contando como ela foi formada, quais são seus principais troncos familiares, suas manifestações culturais tradicionais, atividades produtivas, festejos, religiosidade, etc.; e um requerimento de certificação endereçado à presidência desta FCP. (FUNDAÇÃO PALMARES)

²⁰ Gabriel dos Santos Martins - dissertação de mestrado- PUC/RJ 2021 Algumas contradições entre a territorialidade simbólica e a funcional exemplificadas na luta pela delimitação do Quilombo Maria Conga de Magé-RJ

²¹ Voltarei a essa questão no capítulo seguinte.

²² <http://mapadecultura.rj.gov.br/manchete/maria-conga> (acesso no dia 21/02/2024)

²³ <https://extra.globo.com/noticias/rio/baixada-fluminense/historia-do-quilombo-maria-conga-vira-documentario-6684872.html> (último acesso 21 fevereiro de 2024)

Esse território representa aos remanescentes de quilombolas um símbolo de perseverança e de resistência aos que fizeram parte de uma história que lutaram contra a crueldade que existia em todo território brasileiro, porém insere nos quilombolas da região de Magé um sentimento de pertencimento, identidade e cultura naqueles que estão presente no século XXI que é necessário continuar a dar visibilidade aos heróis e heroínas que resistiram a repressão dos proprietários de escravos e terras.

Um vídeo²⁴ produzido pelos moradores do Quilombo de Maria Conga **“Orgulho de ser Quilombola”**, em 5 de novembro de 2012, teve como interlocutoras Ivone Mattos, Luziane da Silva, Ezequiel Ciqueira e Bia Nunes. Trata-se de um curta-metragem de 12 minutos e 56 segundos. Eles encontraram uma forma de dar visibilidade aos momentos de agonia, dor e tristeza que os negros passaram quando aqui chegaram vindos de suas terras de origem, mas vem ressaltar a importância de manter viva na memória a história de Maria Conga uma mulher guerreira que sempre esteve presente quando solicitavam ajuda.

O documentário inicia com a oralidade de Luziane da Silva, esta rodeada de crianças e ao centro, quando ela relata as histórias ouvidas de seu pai sobre a líder Maria Conga. E no decorrer da filmagem os relatos se ampliaram de forma simples e cheios de imagem que transmitia um sentimento de pertencimento e solidariedade aos que precisaram de apoio no momento que buscavam liberdade.

Luziane da Silva cita que na infância brincavam na rua à noite nas trilhas, que eram iluminadas por tochas que seu pai produzia para iluminar os caminhos, e servia também de brinquedo para ela e outras crianças.

Ivone Mattos mostra o poço de onde Maria Conga retirava a água no meio da mata para lavar roupa, cozinhar, banhar e beber.

Ezequiel Ciqueira mostra o antigo porto da piedade onde os negros desembarcavam para serem vendidos, aqueles que fugiam usavam uma gruta como esconderijo, pois em seu relato disse, que no interior desse espaço havia um imenso salão, onde alguns passavam dias sem retornar ao lugar que chegou.

Sueli Lúcia da Silva, faz o mesmo percurso que Maria Conga fazia até o rio das Cabritas, local onde fazia as pescas. Nesse local, Sueli comenta quando criança gostava de pescar e ouvia história de uma senhora idosa que o local era um cemitério, pois os negros que eram mortos durante a fuga muitos eram enterrados ali. Havia alguns túmulos com Cruz sinalizando a existência de alguém teria sido sepultado.

²⁴ <https://www.youtube.com/watch?v=NQOKKE2hkqc> (Último acesso 21 de fevereiro 2024)

Bia Nunes relata a trajetória e a história de Maria Conga, quando chega no Brasil e depois em Magé o ano que nasceu e foi capturada, e trazida para o Brasil, quantas vezes foi vendida e o que fez após ser alforriada, e a sua importância para os que reconhecem que fazem parte do Quilombo, tem orgulho de ser quilombolas no Município de Magé.

Figura 2



Entrada do pequeno salão de uma gruta próxima ao Porto da Piedade para onde os escravizados fugiam a fim de se manterem a salvo dos exploradores de seres humanos. Permaneciam na gruta até a noite, quando podiam sair em busca de água e alimentos.

Fonte: Documentário Maria Conga- Orgulho de ser Quilombola, de Ivone Mattos, 2012, Magé – RJ

Figura 3



Trilha de acesso ao Rio dos Cabritos por onde os escravizados fugiam. Ao fim da trilha, havia um tronco de martírio, onde eram castigados, muitas vezes até a morte, os que não obtiveram sucesso em se fazer livres.

Fonte: Documentário Maria Conga – Orgulho de ser quilombola, de Ivone Mattos, 2012, Magé – RJ.

Figura 4



Na cena selecionada, é possível observar que o Quilombo Maria Conga, outrora isolado, integrado à Magé no processo de urbanização e expansão, foi absorvido pela cidade. Toda as construções estão dentro do território do quilombo.

Fonte: Documentário Maria Conga – Orgulho de ser quilombola, de Ivone Mattos, 2012, Magé – RJ.

As imagens e os textos foram extraídos da tese de Doutorado de Renata Aquino da Silva da UFC (Universidade Federal do Ceará) que em pesquisa a dissertação de mestrado de Camila de Abreu Carvalho – UFF (Universidade Federal Fluminense) que se encontra no vídeo do youtube “Orgulho de ser Quilombola” Os dados coletados mostram o sentimento de pertencimento daqueles que buscam visibilidade e reconhecimento do Quilombo de Maria Conga. Os conteúdos apresentados pelas pesquisadoras mostram o quanto se faz necessário desenvolver uma Educação Patrimonial em parceria com as instituições de ensino Estadual e Municipal.

O sentimento de pertencimento a um território disputado por negros, que a transformou em Quilombo, cria uma perspectiva de afetividade com o espaço simbólico. Este tem a resignação de manter o Quilombo ativo, mesmo que seja um quilombola. Haja vista, que este sujeito irá se reconhecer herdeiro de uma identidade cultural, e terá a possibilidade de dar continuidade o que o outro lhe deixou. Esse comprometimento de pertencer a um grupo muito antes de ser um quilombola.

O conflito pelo domínio da terra existente no passado, faz-se presente e se mantém no futuro, pois entendemos que para manter esse controle territorial era necessário, impedir que a formação dos quilombos tivesse direito ao território pela conquista. A Lei da Terra em 1850 foi determinante para que não houvesse mais doações de terras. Logo, impediu que as terras fossem doadas como no início das divisões das sesmarias, garantindo assim, as terras devolutas como mercadorias.

A necessidade de ir em busca de lucratividade sobre o trabalho escravo tornou-se dinâmico e fez com que diversos proprietários de negros escravizados no Recôncavo da Guanabara diversificassem seus investimentos, provocando uma liberdade maior sobre seus subordinados. Sendo assim, facilitava o trânsito de negros nas cidades e no interior, facilitando a comunicação mais expansivas entre as comunidades isoladas e a do centro comercial.

Em seu trabalho, Yanê Lopes do Santos (2017) mostra que havia um termo de abonação²⁵ entre os proprietários de escravos e a Intendência Geral da polícia. Pois essa solicitação feita pelo proprietário autorizava o escravo a trabalhar longe de seu controle diário,

²⁵ Os termos que chamada “abonação” consistiam na autorização do poder público, pela letra do documento, de que senhores alugassem ou “emprestassem” seus cativos para terceiros, prática comum em toda a sociedade escravista brasileira – tanto no campo, como na cidade. Tratava-se de um acordo firmado entre dois homens livres (ou libertos) perante a Intendência Geral de Polícia, no qual o proprietário permitia que outrem usufruísse do trabalho de seu escravo, provavelmente em troca de algum tipo de remuneração. Esses dois termos exemplificam que o aluguel de escravos mascates era relativamente simples: bastava nome e endereço do senhor, nome do locatário de locais em que os escravos iriam trabalhar. SANTOS, Yanê Lopes. Autonomia Escrava na Formação do Estado Nacional brasileiro: O caso do morar sobre si no Rio de Janeiro. USP – Revista Almanack n° 6 novembro 2007, p. 108.

pois este teria que buscar sua moradia e sustento, além de dividir com o proprietário. Logo estaria em diversos pontos da cidade, o que certifica a facilidade de negros livres terem contato com os fugitivos, possibilitando as fugas para outros quilombos. (SANTOS, 2011, p.92). Essa certa liberdade seria responsável pelos contatos, criando uma rede de comunicação entre os negros.

No início do processo de exploração colonial, o território cedido pela Coroa Portuguesa, conhecido como sesmaria, constituiu a política administrativa necessária para manter as forças produtivas em uma grande extensão de terras, representando um investimento a partir do qual se estabeleceram imensas propriedades com centenas ou milhares de hectares. Segundo Franco Jr. e Chacon (1980), a grande propriedade agrícola colonial favorecia Portugal no abastecimento de mercadorias ambicionadas pelas sociedades europeias. Dessa forma, a colônia proporcionou uma movimentação econômica em diversas direções, pois o mercantilismo foi a base estrutural para o desenvolvimento econômico da Europa toda.

A sesmaria, sendo a primeira forma de desenvolvimento exploratório com maior envolvimento de Portugal, a doação feita a Cristóvão de Barros pelo Governador Mem De Sá, cobria toda a extensão de Vila de Inhomirim, que se estendia de longas terras ao norte. Até o atual município de São José do Rio Preto, para o sul, fazendo divisa com o município de Japeri, e para a região litorânea até Saquarema. Parte desse território não apresentava condições para que todas as áreas fossem povoadas, já que apenas o Porto Estrela recebia intensa movimentação de pessoas. Viu-se que muitas áreas desabitadas, dado a extensão das sesmarias, serviam de esconderijo para aqueles que fugiam. Amantino e Cardoso (2021) destacam que a busca por terra e os desafios para ocupação desses imensos territórios se estendiam pelo Recôncavo da baía da Guanabara, intensificada com uma nova forma de dominação portuguesa a partir da implantação da colônia de povoamento cujo marco inicial é a fundação da cidade do Rio de Janeiro. Esse processo de demarcação de terras permitiu a penetração para o interior da capitania. Seu obstáculo maior, conhecido como serra dos órgãos, fez com que se empregasse um esforço de grande proporção para vencer as íngremes elevações e o seu contorno para chegar à região de grande interesse para a extração do ouro dois séculos depois.

Diante do não cumprimento das normas de benfeitorias nas terras que Miguel de Moura recebera como doação, essas foram anexadas à sesmaria de Cristóvão de Barros, ligada a Vila Inhomirim, que penetrava no interior do sertão fluminense. Essa extensa região se revelaria ponto de partida para resistência contra o escravismo colonial no Rio de Janeiro. Segundo a pesquisadora Martha Abreu (2013), a presença de quilombos no Recôncavo da Guanabara desenvolveu um processo de expansão territorial, com a interiorização, ligando a outras cidades.

Isto produziu colateralmente um aumento dos plantéis de escravizados, para atender não somente monocultura, mas também à infraestrutura, evidente na construção de estradas e igrejas. Enfatiza a autora que “ao longo do século XIX, a região do Recôncavo da Guanabara foi marcada pela presença de muitos quilombolas que mantinham intensa relação com escravos de plantações, taberneiros e remadores de cidades próximas, formando uma complexa rede social de apoio às fugas” (ABREU, 2013, p.106).

Se a expansão territorial ordenada pela Coroa Portuguesa se justificava pela busca de mercadorias altamente lucrativas, o surgimento dos quilombos representava um efeito contrário ao da colonização. Pois também existia uma expansão territorial por parte dos africanos, mesmo que pequena, mas com outras finalidades. Esses pequenos grupos que resistiam à escravidão avançavam sobre pequenas partes desses territórios, visando ocupá-los, mantendo-os sob o seu domínio. Essa movimentação populacional foi, ao longo do tempo, provocando alterações na ocupação territorial da região todo.

Isso evidencia que “os movimentos da sociedade, atribuindo novas funções às formas geográficas, transformam a organização do espaço, criam situações de equilíbrio, e ao mesmo tempo, novos pontos de partida para um novo movimento” (SANTOS, 2006, p. 69). Dado que os quilombos mantinham uma relação com uma parcela da sociedade oposta à política escravagista, as relações estabelecidas nesses territórios alteravam os costumes e comportamentos.

Segundo Reis (1995, p.18), a maioria dos aquilombamentos não se instalava isolado do contato com a circunvizinhança, pois estes necessitavam dos comerciantes, pois havia uma rede de comunicação e os quilombolas abasteciam os vilarejos com seus alimentos colhidos nos quilombos e negociavam com diversos produtos. Sendo assim, existia uma necessidade de ambos os lados, que, para além de rações comerciais, em parte criava laços afetivos e amigáveis entre homens e mulheres livres e fugitivos do sistema escravista.

A intensificação dessas relações marginais dos interesses próximos à Coroa ia criando identidades culturais nesse espaço físico cobiçado desde o século XVI para atender a um processo de modernidade econômica da Europa. Para o colonizador, perder uma fração dessa conquista seria como comprometer todo projeto expansionista, já que a proposta era extrair dos locais objetos que representassem uma parcela de lucratividade destinada à metrópole.

O quilombola, ainda que reduzidamente, limitava esse furor expansionista ao fazer do espaço territorial mais do que a sua redução a um fator de produção, como na economia convencional. Para as comunidades aquilombadas, a memória transmitida pelos antepassados acerca da terra como geradora de riqueza coletiva lhes recomendava dinamizar a ocupação em

uma aliança com o meio ambiente físico e social, para resistir à opressão e viver conforme as suas tradições.

Dentro desse espaço, é sugerido que seja reconhecido como quilombo de resistência, não somente nas lutas, mas também que desenvolva a cultura de seus ancestrais. Essa possibilidade fortalece a cultura da oralidade dos negros anciões, que os transmitiam ou até mesmo pela vivência obtida por ela mesmo. É necessário que entenda que “a cultura era concebida como uma ação que conduz à plena realização das potencialidades de alguma coisa ou de alguém; era fazer brotar, frutificar, florescer e cobrir de benefícios”. (CHAUÍ, 2008, p. 55).

Sendo assim, a tradição na ancestralidade africana encontra-se em um profundo pacto com o meio ambiente. Isso faz com que os leitores façam uma reflexão sobre “as condições do surgimento de uma aldeia, já que estiveram sempre legitimados ao equilíbrio físico e psicológico com a natureza” (LEITE, 2008, p. 340). Dentro desse olhar, faz despertar um tratamento na população sem preconceitos e uniforme, pois ao” emergir de um pacto selado com a terra parece confirmar que a sedentarização correspondeu à opção pela agricultura como modo de produção” (LEITE, 2008, p. 340). Segundo Larousse o termo cultura, no verbo latino *colere*, na origem cultura, significa o cultivo. Ação ou maneira de cultivar a terra e plantar.

Essa construção de identidade buscou inserir um comportamento traçado nos costumes da ancestralidade, onde o trabalho coletivo forjado na cultura estimula o equilíbrio entre os homens, já que este tem a função de interagir entre as partes no comportamento humano. Sendo assim, fez-se associar a memória ao monumento histórico em que vivia como neste caso “O monumento histórico tem a finalidade fazer reviver um passado mergulhado no tempo” (CHOAY, 2006, p. 26). Essa ida ao passado faz mergulhar em um mundo de conhecimento que retorna ao presente.

2.2. Quilombo Maria Conga: do protagonismo feminino na luta contra a escravidão ao reconhecimento como Comunidade Remanescente de Quilombo (CRQ)

A história do Quilombo Maria Conga, já como declinado acima, tem origem na trajetória de sua fundadora cujo nome de batismo segundo as fontes pesquisadas era Maria da Conceição, mulher negra africana que nasceu livre no ano de 1792 no continente africano, sequestrada e embarcada com toda família a partir do porto na região conhecida como Congo. Chegou ao Brasil no ano de 1804, separada da família e vendida como escrava com doze anos de idade para um fazendeiro em Salvador/BA e vendida novamente aos dezoito anos, chegando em Magé

Desse imenso território buscamos identificar a importância do Quilombo de Maria Conga símbolo de referência no movimento de resistência contra a escravidão, porém segundo informação do Babalorixá Paulo D'Ògun o primeiro quilombo foi de Bongaba, pois muitos negros foram trabalhar na construção da linha férrea construída pelo Barão de Mauá, como já se conhece a história. Mas, as terras do Quilombo de Maria Conga receberam o certificado primeiro que o Quilombo de Bongaba.

Essa extensão de terra tinha um propósito, pois segundo o pesquisador e geógrafo Martins em seus estudos (2021, p.75) coloca que o quilombo encontra-se localizada na baixada fluminense e a região no período colonial, por um processo histórico abastecia a cidade do Rio de Janeiro com produtos agrícolas, mas não permitia que o quilombo desenvolvesse atividades produtivas significativas ao ponto de criar um sistema comercial com o seu entorno no século XIX, o quilombo Maria Conga, o território simbolizava um movimento de resistência porque havia se tornado referência aos que buscavam liberdade.

Segundo Martins os estudos apontam que essa referência serviu para que os afrodescendentes sobre a liderança de Ivone Bernado quando assumiu a presidência da ACRILERJ fossem buscar o reconhecimento, pois no processo histórico havia um comprometimento com a história local, pois era preciso dar continuidade e a visibilidade ao território de resistência, onde Maria Conga deu início. Sendo assim, tornou-se o primeiro quilombo da Baixada Fluminense a ser reconhecido pela ACRILERJ – Associação das Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro quando esteve e a receber a certificação de Comunidade Remanescente de Quilombo (CRQ) pela Fundação Cultural Palmares (FCP) no ano de 2007, órgão do governo federal criado em 1988 a partir do processo de democratização com a finalidade de promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira, responsável pela certificação oficial de reconhecimento legal das comunidades negras remanescentes de quilombos (CRQ).

Trata-se de uma comunidade formada por uma população majoritariamente negra que ainda sofre invasões constantes em seu território devido a especulação imobiliária e invasões de seu território pela população carente. Pois o local mesmo sendo reconhecido pela ACRILERJ não teve o território protegido e preservado pelas instituições responsáveis pela preservação do patrimônio cultural.

O território onde recebe o nome Quilombo de Maria Conga foi incluída na lista de inventário de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil como outros quilombos. Cujo as organizadoras Martha Abreu e Hebe

Mattos (professoras e pesquisadoras da Universidade Federal Fluminense) e Milton Guran (representantes brasileiros da Rota de Escravo- UNESCO), nos apresentam pontos específicos para as entradas de etnias Bantus e Yorubá em terras brasileiras e na América.

Como experiência histórica, social e cultural única de resistência negra no Brasil que incidiu em todo o período de ocupação da Coroa Portuguesa e continua até os dias atuais transformando-se ao longo do tempo, os quilombos tem sido objetos de estudos por pesquisadores das várias áreas do conhecimento científico, sobretudo, das ciências humanas e sociais como a antropólogos, sociólogos e historiadores, com vistas a dar visibilidade à região e à cultural local principalmente para fins do turismo cultural. No entanto, o interesse no CRQ Maria Conga com foco nas heranças africanas, no presente trabalho, passa por um outro olhar.

Os estudos aos quais recorreremos para desenvolver este trabalho, tem o interesse de ampliar a visibilidade ao Quilombo Maria Conga (QMC), porém a falta de dados mais consistente para passar informações específicas aos pesquisadores e moradores sobre a formação do quilombo. Haja vista que é necessário produzir uma holística voltada para o local, que se tornou símbolo de resistência, já que as histórias contadas por netos e bisnetos de escravizados durante as entrevistas.

Os fatos não foram registrados em arquivos públicos, por se tratar de uma resistência que subjugou as forças imperiais, cuja protagonista era uma mulher. O Estado sob o olhar patriarcal não reconhece essa liderança, devido ao pensamento machista que se encontra na raiz do eurocentrismo, logo o poder público local, não busca oferecer preservação de uma herança histórica do quilombo de Maria Conga possui.

Segundo Machado (2019), algumas pesquisas apontam o surgimento de outros quilombos antes de Maria Conga, mas são poucas as evidências de suas existências, já que a extensão territorial de Magé cobria uma vasta área. Entretanto, o autor afirma que a formação dos quilombos no município de Magé tem como principal ponto de partida o surgimento do Quilombo de Bongaba, constituído no século XVII, atualmente sob a liderança do Babalorixa Paulo D'Ògum, dirigente do Ilé Àse Ògum Àlakòró, a sede administrativa do quilombo de Bongaba. Em entrevista dada no seu Ilé, Pai Paulo como é comumente chamado forneceu importante testemunho que contribuiu para a elaboração deste nosso trabalho²⁶.

²⁶ Paulo José dos Reis, Professor Terapeuta Holístico, Conselheiro do conselho Estadual do Negro Cedine, representando a Ac rile rj, Me mbro da Acade mia Brasileira de Cultura e letras de Volta Redonda ocupando a cadeira 778, Autoridade Civilizatória do Ile Ase Ogun Alakoro, Presidente do Quilombo de Bongaba Kilomba (entrevistado em 08 de janeiro de 2024)

De acordo com o Babalorixá Paulo D'Ògun, a organização do quilombo de Bongaba ocorre com o processo de formação da comunidade local, em 1696, incentivado pela construção da Igreja de Nossa Senhora da Piedade do Inhomirim, pelas mãos dos escravizados. A região recebeu uma grande quantidade de negros, que tinha como ponto principal da economia local a agricultura, centro da atividade de exportação, e a posterior chegada de outros para construção da linha férrea.

O Quilombo de Maria Conga – ou Quilombo da Maria da Conceição, mas que recebe esse nome porque a líder quilombola veio do Congo, que, segundo o Babalorixá Paulo D'Ògun, tem sido confundida com entidade que se manifesta nos terreiros de umbanda, mas não existe evidências concreta que comprove a líder do quilombo tivesse envolvimento com religiões de matrizes africanas. Prosseguindo na fala do Babalorixá Paulo D'Ògun, este diz que – é o primeiro a ser o certificado no município de Magé foi o quilombo de Maria Conga.

O cuidado de desmistificar essa situação, porque as pessoas acabam confundindo a Maria da Conceição, que veio com a Maria Conga, que é uma entidade que se manifesta nos terreiros de umbanda. E nós temos esse cuidado para desconstruir é desassociar uma coisa da outra e dentro desse processo. O Quilombo de Maria conga, foi o primeiro a ser certificado no município. E seguindo as pesquisas dentro do território, o município de Magé encontra-se Porto de Piedade, onde lá, é uma fazenda que se encontra o Quilombo do Feital, que foi o segundo Quilombo a ser certificado no município. (Entrevista com Babalorixá Paulo em 08/01/2024)

O segundo a receber o certificado é o Quilombo do Feital, criado no território pertencente a uma fazenda onde encontra-se o Porto de Piedade no qual eram atracadas as embarcações que traziam escravizados, e é reconhecido na memória oral do lugar como ponto de fuga, como se verá adiante.

E o terceiro certificado é o Quilombo de Bongaba cujo processo interno de autoidentificação e autorreconhecimento da historicidade do território foi realizado por meio de um trabalho árduo com a própria comunidade. Os remanescentes quilombolas, de acordo com o Babalorixá Paulo D'ògun, sempre se resguardam por medo do racismo institucional²⁷,

²⁷ O racismo institucional consiste na prática de atos discriminatórios dentro de uma instituição ou sistema, como escolas, trabalho e órgãos públicos, que resulta em um tratamento desigual com base na raça ou etnia das pessoas. "Esse tipo de racismo pode resultar em disparidade sistemáticas de oportunidades, acesso a recursos e tratamento injusto com base na raça."

O racismo estrutural refere-se a padrões sociais e políticos, nos quais as desigualdades sociais são perpetuadas nas práticas cotidianas. "Isso pode incluir a segregação residencial, a segregação racial nas escolas, as disparidades no sistema de justiça criminal e a falta de representatividade racial em posições de poder".

inclusive negando a sua própria identidade. Daí, é somente em 2016 que a ACRILERJ reconhece esse território e encaminha o processo para a Fundação Cultural Palmares. As vistorias de arqueólogos e historiadores identificam e dão legitimidade ao território em 2018.

O Quilombo de Maria Conga, que fica no primeiro distrito, e atravessa um processo mais antigo, desde o início dos anos 2000, resiste a um intenso processo de expansão urbana, que tende a descaracterizar o aspecto rural do Quilombo, dado a expansão de bairros. Os bairros da Vila Nova e parte do Bairro Saco encontram-se dentro do território do Quilombo de Maria Conga cujas ruas apresentam várias edificações, embora constitua o quilombo mais antigo, reconhecido e certificado no município de Magé.

O quilombo de Bongaba e o quilombo do Feital não possui nenhuma conexão com o Quilombo da Maria Conga, segundo o Babalorixá Paulo D'Ògun cada um teve suas especificidades e formações em períodos diferentes.

Dentro da perspectiva da movimentação da líder Maria da Conceição, a formação do Quilombo de Feital não deve ser interpretada como um braço do Quilombo de Maria Conga. Não se ajusta a esse pensamento, mesmo que o quilombo de Maria Conga porque mesmo este estando também no primeiro distrito, ele está do outro lado, e apresenta uma situação, uma realidade totalmente diferente, pois no local era uma outra fazenda, ou seja, uma outra história, e também outras famílias. Não chega a ser um braço de Maria Conga. Eu não tenho o saber de que Maria Conga tenha migrado para o Quilombo do Feital. Este é constituído por um outro grupo, uma outra família em si. Eu tenho a saber é que há o refúgio da Maria Conga para esse território ou esse distrito, mas que não chega constituir nenhum outro quilombo. A formação [dos três quilombos] é estrutural porque aqui ela morre e é enterrada no cemitério de Bongaba (ENTREVISTA: BABALORIXÁ PAULO D'ÒGÜN. 08/01/2024).

O Babalorixá Paulo D'Ògun aponta que a repressão nunca conseguiu prender a Maria da Conceição, uma mulher à frente do seu tempo, reconhecida pelas demais comunidades quilombolas como uma liderança de força muito determinante. Ela migrava frequentemente para outros territórios quando as forças repressoras tentavam capturá-la. E segundo o que se

O racismo individual. Este é um dos tipos mais conhecidos de racismo. Atitudes, crenças e comportamentos são direcionados diretamente a uma pessoa em específico, incluindo comentários, ofensas, exclusão e violência física e verbal, o que pode causar efeitos prejudiciais duradouros na saúde mental das pessoas que são alvo dele. O Racismo internalizado Apesar de ser pouco discutido, esse tipo de racismo é mais frequente do que se imagina, sobretudo considerando os demais tipos de racismo que uma pessoa pode sofrer. Isso porque, nessa categoria, as atitudes e as crenças preconceituosas são, como o próprio nome diz, internalizadas por membros de grupos racializados, que não aceitam a si mesmos ou a membros de seu próprio grupo. O racismo ambiental esse tipo de racismo é detectado quando pessoas que vivem em regiões periféricas não recebem a mesma atenção daquelas que vivem em áreas central. "Um exemplo disso são as desapropriações realizadas de maneira arbitrária para dar lugar às represas ou instalações de eventos esportivos." https://www.terra.com.br/nos/racismo-entenda-quais-sao-os-tipos-e-as-consequencias,a13e57148ea45b1401bae82c43249510nj8hitqs.html?utm_source=clipboard

conta, ela é enterrada no cemitério no território de Bongaba como Maria da Conceição. Babalorixá Paulo sublinha que

Todo esse processo é que nos leva a uma irmandade, porque nós, remanescentes quilombolas, temos na realidade o conhecimento de que o processo histórico é muito semelhante. E isso traz a legitimidade desse caminho com Maria Conga, que é a Maria da Conceição, que tem, inclusive, um documentário feito por Bia Nunes, Ezequiel e Ivone mostrando a expansão desse território, que foi fragmentado pela expansão imobiliária da cidade, que acabou colocando outros bairros, que, obviamente, foi sendo ocupado por pessoas que não são remanescentes quilombos. E aí deixa de ser, na verdade, o Quilombo, [embora] o pedaço que ainda permanece com a biquinha tem todo o reconhecimento no processo da história viva de Maria Conga. Se permanece, é porque ela é o primeiro Quilombo considerado dentro de uma legitimidade de reconhecimento dentro do território do município de Magé. E traz para gente um suporte estrutural com relação a legitimidade desse povo remanescente que teve de resistir, e que ainda hoje resiste... E é preciso fazer reparações para que possam se empoderar (ENTREVISTA: BABALORIXÁ PAULO D'ÒGUN. 08/01/2024).

Então, o empoderamento vem exatamente da resistência e da busca constante por reparação para que estes sejam respeitados e possam ocupar os lugares onde desejam ocupar.

Eu, particularmente, dentro do território de Bongaba, venho afirmando essa questão. É hora de romper com a blindagem cognitiva que um dia disse onde nós deveríamos estar, para que possamos nos apropriar da liberdade cognitiva que nos permite dizer e escolher onde queremos estar. O que isso nos traz, na realidade, é a possibilidade de nos reconhecer e afirmar o orgulho de ser quilombola. E determina também que aquele que deseja falar da gente deve nos chamar, porque nós vamos falar a nossa história sem aumentar um ponto, colocando a legitimidade da historicidade que habita no fundo de nossa alma. Por isso a fala tem sentimento e a veracidade. O Quilombo de Maria Conga para nós é a referência na cidade por ser o primeiro Quilombo a ser reconhecido pela ACRILERJ e certificado pela Fundação Palmares (ENTREVISTA: BABALORIXÁ PAULO D'ÒGÜN. 08/01/2024).

O diálogo desenvolvido com o líder religioso, o Babalorixá Paulo, estimula a ter um olhar atento sobre a possibilidade da existência de outros pontos de resistência quilombola, haja vista, que o respeito e a consideração na região permitiam transitar na região, pois era muito solicitada para fazer partos. Talvez essa movimentação tenha dado a possibilidade de criar uma rede de comunicação à Maria da Conceição ou Maria Conga, isso talvez tenha facilitado o deslocamento na região. O comentário feito pelo entrevistado Babalorixá Paulo D'Ògun, é de que, ela nunca tinha sido capturada, o que se tem como conhecimento, com legitimidade extraída da história oralmente contada pelos antigos, é que o movimento de

organização de Maria Conga se desenvolve na ação migratória dela do primeiro distrito para o sexto distrito.

O que sabemos é onde ela morreu, e foi enterrada. Não consta nos nossos saberes que ela tenha migrado para nenhum outro ponto em Magé que não tenha sido esses territórios, esses distritos, porque o ponto (lugar) do Feital era ali em Piedade, no Porto, aonde chegavam os navios negreiros. Assim como aqui em Bongaba, que também foi um Porto de chegada não de africanos, mas de remanescentes ou de descendentes de africanos..., mas povos escravizados que se organizaram politicamente na resistência para se livrarem da escravização. Até onde sei, são esses três pontos que são considerados direcionados à situação do território, base de ocupação dos refugiados porque o território era abrangente. Porém, os bairros, depois que as coisas foram sendo municipalizadas, foram criando outros bairros, e as coisas foram perdendo as características (ENTREVISTA: BABALORIXÁ PAULO D'ÒGÜN. 08/01/2024).

Dentro desse processo de expansão urbana, o local atualmente identificado como Vila Nova está dentro do território do quilombo de Maria Conga, que também contém parte do bairro do Saco. Assim, como reitera o Babalorixá Paulo, já não há mais as características físicas de quilombo.

O Quilombo de Maria Conga que atravessa um processo mais antigo, e que leva hoje um processo de expansão urbana porque o quilombo fica no primeiro distrito, e dentro do primeiro distrito houve uma expansão urbana que tira um pouco a característica rural do Quilombo, onde está fazendo-se na realidade a expansão de bairros. Porque o bairro da Vila Nova está dentro do território do Quilombo de Maria Conga, e parte do Bairro Saco também, mas todos em área muito urbana. (ENTREVISTA DO BABALORIXÁ PAULO D'ÒGÜN 08/01/2024)

Sabe-se que em diversas experiências de territórios quilombolas nas diferentes cidades e regiões do Brasil, assim como em outros países da diáspora africana nas Américas, a expansão imobiliária mudou o perfil da ocupação. Nesses casos, o que se tem considerado como base reivindicatória das comunidades autorreferenciadas como quilombolas é a memória coletiva que remete a um passado comum de lutas de resistência à escravização. Os territórios percorridos e ocupados por quem não se submeteu àquele sistema, aí o quilombo Maria Conga, foram irremediavelmente urbanizados. Daí que:

[...] são um território que poderia ter, sim, remanescentes quilombolas dentro dessa condição, mas depois perdeu essa condição de ser reconhecida como parte do quilombo por conta da expansão da cidade. O território foi ocupado por outras famílias brancas, e que jamais iriam se reconhecer como quilombolas. Hoje, o que você acredita, é que por ter o Quilombo de Maria

Conga na região, o ponto de referência, por conta do surgimento dessa especulação imobiliária... podemos citar que hoje talvez seja um Quilombo URBANO (ENTREVISTA: BABALORIXÁ PAULO D'ÒGŨN. JANEIRO/2024).

O Babalorixá Paulo considera que no Bongaba se tem uma situação diferente do que ocorre no Quilombo Maria Conga. O quilombo de Bongaba tem como base do autorreferenciamento a resistência em um território mais autêntico porque não houve essa especulação imobiliária. Mesmo com a entrada do programa do Governo Federal *Minha Casa, Minha Vida* que trouxe novas pessoas que nem conseguem entender o que é um Quilombo.

Então, em sua fala: recomenda o Babalorixá Paulo, essa questão da identidade quilombola deve ser muito discutida dentro das associações de defesa dos interesses dessas comunidades, porque se encaixar em um processo da historicidade de um Quilombo exige a preservação de hábitos e costumes tradicionais, seja da cultura de edificação à cultura culinária. É o reconhecimento dos saberes da negritude que legitima a realidade que se deseja empoderar. Segundo o Babalorixá Paulo existe uma discussão que deve ser estudada, e discutida nas universidades sobre uma holística mais profunda sobre o que é “Quilombo Urbano.”

Esse empoderamento faz fortalecer a resistência dos remanescentes (Quilombolas), pois faz entender, na realidade, a branquitude, porque é complicado definir o que é um Quilombo urbano. É uma discussão bastante acirrada para a gente [...] já que muitos não reconhecem a realidade, e nem um terço da nossa história [...]. Então a interrogação é muito profunda com relação à qualificação de um Quilombo urbano. O que podemos chamar de Quilombo urbano, o que vem a ser um Quilombo urbano? (ENTREVISTA: BABALORIXÁ PAULO D'Ògun, 08/01/2024)

A questão introduzida por Babalorixá Paulo é central no debate sobre essa categoria, quilombo urbano, não é objeto de discussão desse trabalho. Desde o primeiro quilombo urbano assim identificado, reconhecido e titulado pelos órgãos competentes. É o caso da Comunidade Remanescente de Quilombo Maria Conga, essa comunidade busca legitimar a condição sobretudo com base nas práticas culturais resgatada oralmente e na comprovação da permanência de suas tradições.

A complexidade exigida para essa legitimação é e provavelmente continuará a constituir um desafio permanente para as famílias quilombolas. A educação quilombola tem sido uma ferramenta fundamental para a tomada de consciência dos grupos que residem nesses territórios,

frente as investidas constantes ao longo dos séculos que nos separaram do período das primeiras ocupações e formação dos quilombos.

Só se pode sinalizar a localização do quilombo pelo mapa dos tempos atuais pois que na época não havia mapeamento das áreas habitadas. O quilombo de Maria Conga ficava localizado na região a 1 km da Fazenda Magepê Mirim, construída no século XVIII pelo Capitão Ignácio Francisco de Araújo, a 1km da Igreja Nossa Senhora da Piedade e a 2 km da fazenda do Conde Alemão Frendy Von Scolier, onde Maria Conga havia sido escravizada por 11 anos e de onde recebeu a carta de alforria²⁸. Encontrava-se entre duas elevações cobertas de árvores robustas e arbustos que eliminavam a visibilidade no seu interior, fazendo com que a entrada fosse um tanto arriscada para os Capitães do mato e soldados que iam à sua captura, onde havia armadilhas e emboscadas preparadas pelos fugitivos. (CARVALHO, 2021, p.30)

Ao analisar que os quilombos nasceram nas periferias dos vilarejos, já que havia a necessidade da proximidade e convivência com a população livre e os donos de plantéis de escravos, é razoável admitir que isto fez com que progredisse uma relação de dependência entre os negros fugitivos e o pequeno comerciantes. Essa dependência se manteve por todo século XIX, e após a libertação essa relação se intensificou a medida em que os ex-escravizados deixavam as fazendas e buscavam os quilombos ou as grandes cidades, uma vez que a Lei de Terras de 1850 impedia o acesso a terras que não fossem compradas, e grande parte já se encontravam hipotecadas²⁹.

Entretanto, como o quilombo Maria Conga não estava próximo da estrada de ferro, e nem das terras produtivas, a relação de dependência entre o vilarejo e o quilombo se ampliou porquanto após a abolição não havia mais riscos nas relações sociais entre homens livres e escravizados, embora não tivesse ainda se tornado obsoleta a disposição legal instaurada antes da abolição que punia a violação da Lei sobre as terras devolutas.

²⁸ As informações obtidas pela pesquisadora Renata Aquino da Silva (2018) AFROINSCRIÇÕES EM PETRÓPOLIS: HISTÓRIA, MEMÓRIA E TERRITORIALIDADES Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará como pré-requisito para obtenção do título de Doutora em Educação. Linha de pesquisa: Movimentos Sociais, Educação Popular e Escolas. Orientador: Prof. Dr. Henrique Antunes Cunha Júnior 2018 durante a pesquisa realizada para o Doutorado UFC mostram fotografias que inseriu em seu trabalho.

²⁹ Fragoso (1999, p.162) aponta que “a Lei de terras significou a transformação da terra em mercadoria corrente”. Com a “implantação da lei de terras no ano de 1850, a lei de Hipoteca em 1864 e, ainda na segunda metade do século XIX, deu-se o crescimento das estradas de ferro e a instauração de um verdadeiro sistema bancário”. A criação deste sistema bancário foi baseada no mesmo modelo que instaurou o modernismo na Europa, no século XIX. Da burguesia que floresceu com o monopólio comercial, da renda da terra e o comércio de escravos, surge a burguesia financeira que, com o capital acumulado pelo tráfico e liberado com a proibição do mesmo, financiará esta transição do trabalho escravo ao assalariado ao investir nas lavouras, na indústria de beneficiamento e inclusive na pequena burguesia (Furtado, apud Bevilacqua 2019, p. 9).

Segundo Darossi (2017) a Lei de Terras serviu para transformar a extensa área territorial explorada desde o século XVI, e estruturar o desenvolvimento capitalista. Parte destes territórios estava destinados à elite que havia se apossado das terras indígenas, e que após a exploração extrativista transformou-se em povoamento. A referida Lei impedia que fossem doadas terras, como foi no primeiro momento da colonização, impondo, portanto, na prática, que descendentes de escravizados não recebessem quaisquer pedaços de terra se não fossem compradas, como passou a ser para todos os brasileiros. As conquistas de território obtidas pelos quilombos enquadravam-se, então, na Lei de Terras, pois não teriam o direito de herdar terras, mesmo que registradas em cartório. As terras passaram a ser classificadas como devolutas, pertencentes ao governo vigente da época.

Mesmo a elite imperial impondo essas regras, não existia fiscalização suficiente para fazer cumprir a Lei das terras devolutas. Dessa forma, o quilombo de Maria Conga se manteve ao longo de sua existência, pelo fato de que o seu esconderijo ser em lugar geograficamente de difícil acesso e visibilidade, como mencionado acima.

A líder Maria Conga se manteve longe dos olhos dos opressores, mas tinha os olhos e ouvidos atentos através daqueles que estavam articulados com a sua determinação de manter a resistência contra a escravidão. Mediante estratégias de comunicação e deslocamentos, Maria Conga continuava a promover deslocamentos dos fugitivos para regiões mais seguras, possivelmente estimulando indiretamente a possibilidade de surgirem outros quilombos no interior das matas de difíceis acessos, porém não temos registros ou informações que possam comprovar a existência de outro quilombo que Maria Conga tenha criado. Essa prática de combate provavelmente era extraída da memória dos ensinamentos de seus ancestrais congolese.

Após a morte de Maria Conga e o fim jurídico da escravidão o local parece ter mantido certas características remanescentes, favorecendo a outros que chegaram e se aproveitaram do conhecimento da região, da memória e história ancestral ali sedimentada. Em paralelo, por estar próxima ao centro de Magé, tornou-se uma área periférica e socialmente marginalizada, ao que parece em razão das autoridades públicas ainda representarem o lugar como símbolo darebeldia protagonizada pelos conflitos com os que iam em busca da liberdade, contrariando a lógica escravagista. Para Pierre Nora esse cenário sinalizaria que a memória do negro do século XXI faz buscar algo do passado que eles não vivenciaram.

A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica,

a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta e a torna sempre prosaica. (NORA, 1993, p. 9).

No encadeamento da compreensão de alguns pensadores, estes sinalizam que “a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF *apud* NORA, 1996, p. 423.) A memória coletiva, então, nos coloca diante de fatos e experiências que nos remetema costumes e comportamentos refletidos sob um olhar no passado, mas transportando-o para reflexão no presente. Parece provocar, em si, um êxtase no indivíduo, trazendo, em si, uma sensação de retorno à sua ancestralidade, ou seja, revigorando algo que deixou de praticar durante algum tempo.

Nota-se, ao percorrer a localidade onde existiu o quilombo Maria Conga cujo bairro a prefeitura de Magé sancionou Lei em 1982 que a homenageia, que se mantém algumas características do passado³⁰ em meio às alterações no espaço físico. Possui apenas algumas ruas asfaltadas, possivelmente por ser periferia do centro de Magé, e uma iluminação pública deficiente, que ao que parece não tem contribuído para diminuir os índices elevados de violência na área.³¹ Também salta aos olhos que a materialidade deste patrimônio está, hoje, efetivamente, dependente dos registros processados na memória do lugar pelos que ali residem, e pelo reconhecimento do poder público do município, embora pouco divulgado, acerca da importância da mulher negra que resistiu a escravidão.

Em conversas com os moradores, nota-se também que alguns frequentam o Centro Espírita São Miguel Arcanjo, sob a direção ainda hoje do seu fundador, o Pai Hécio³², que segue os orixás cultuados pela Umbanda.³³ Este chegou na região no ano de 1966. Durante a

³⁰ Características que serão analisadas mais adiante.

³¹ Bairro de Maria Conga

³² Hécio Cordeiro, casado, Militar. Líder religioso do Centro Espírita São Miguel dos Arcanjos que instituiu em 1966, próximo ao esconderijo da líder Maria Conga.

³³ Gaspar (2015) discorre sobre a origem da Umbanda e as transformações que sofreram: “Somando-se ao Kardecismo muitas outras concepções religiosas que foram sendo incorporadas no bojo do que se transformaria a Umbanda brasileira, como aquelas proveniente da religião católica, principalmente do catolicismo popular, as influências africanas e ameríndias e, até mesmo algumas religiões orientais tais como o hinduísmo, o xintoísmo e o budismo, dentre outras filosofias religiosas vindas dos quatros cantos do mundo, mas mantendo sempre a raiz fincada na África, mais particularmente nas concepções religiosas dos povos de etnias bantu e Iorubá, dois dos principais grupos etnolinguísticos africanos trazidos à força para o Brasil durante o período escravista” (Gaspar, 2015, p. 15). Acrescente-se a análise de Reginaldo Prandi, ao lembra que “Em seu percurso constitutivo a

sua trajetória espiritual, formou mais 70 terreiros em diversas regiões dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo. Pai Hécio contou os dizeres sobre a existência do quilombo Maria Conga e a trajetória que “a negra fazia ao passar no local muito antes da existência do centro espírita” (ENTREVISTA: PAI HÉLCIO CORDEIRO, SETEMBRO 2022). Referiu que próximo aos seus domínios também se encontra outro terreiro, de candomblé, que recebe o nome de Centro Vovó Maria Conga, embora não se possa dizer que alíder do quilombo foi a precursora do candomblé na região.

Desde a sua chegada, realiza, sempre em 28 de outubro, uma procissão que inicia no terreiro, portanto no bairro de Maria Conga, percorre várias ruas do centro de Magé e retorna para a sede. Acompanhei a procissão no mês de outubro de 2022, que reuniu aproximadamente 500 pessoas que acompanharam o itinerário louvando a imagem de São Miguel Arcanjo. Todos vestidos de branco e portando velas acesas, os devotos eram dos Estados do Rio de Janeiro (principalmente do município de Magé), São Paulo, estes provenientes de Santos, e do Espírito Santo. Durante o deslocamento, quando fiz alguns registros em fotos e vídeos, observei que várias pessoas nas ruas, as de dentro e as de fora do bairro, mesmo não seguindo a procissão, fossem elas negras ou não, jovens ou não, e de diferentes credos religiosos, oravam e cantavam para São Miguel Arcanjo.

Outro aspecto observado nas conversas com os moradores é que a análise do retrato produzido pela literatura sobre os quilombos no século XIX e sobre as suas reminiscências no século XXI, nesta ou em outras comunidades consideradas experiências histórico-culturais similares, encontra ressonâncias nas representações que os quilombolas fazem de si. O quilombo Maria Conga do século XIX, não é o mesmo do século XXI, tornou-se um QuilomboUrbano, logo os elementos que o caracterizam não são análogos aos elementos que o caracterizaram no passado. Isso significa dizer que a ancestralidade é o que influi sobre seus descendentes, é o que alimenta o seu subconsciente e determina a sua resistência histórica.

2.3. A CRC Maria Conga: autopercepção e pertencimento dos atuais moradores

No trabalho de campo procurei ouvir os atuais moradores por meio de visando colher informações sobre o protagonismo dos quilombolas para melhor identificar a protagonista que

Umbanda, após emergir do interior das comunidades pobres das cidades, por conta principalmente da marginalização sofrida pela população negra no período pós-abolição, foi, inclusive, inicialmente identificada como religião de preto, recebendo a alcunha de macumba, termo que veio a se generalizar para qualquer referência às religiões de origem negra de qualquer parte do país” (PRANDI, 1990).

diante das suas ações de proteção e ajuda nos partos e outras atividades possibilitaram a criação uma rede de comunicação, conseguindo preservar a sua liberdade após a alforria.

Os entrevistados/as são bisnetos/as de escravizados que relatam o que ouviram de seus parentes. Estes possuem informações preciosas para entender o que levou à concentração de negros na região. Os relatos obtidos nas conversas, no campo da pesquisa, foram se transformando em uma fonte primária, pois contribuíram para entender por que a personagem Maria Conga se tornou referência para aqueles que buscavam o local, mesmo depois da sua morte. Durante as visitas a evolução das conversas foram surgindo lembranças que dão conta de como a protagonista central do quilombo era considerada, visto que possuía múltiplas habilidades. Tendo exercido funções de comandante, traçava planos estratégicos, era parteira, protetora, benzedeira e possuía profundo conhecimento sobre tratamento de enfermidades com o uso de ervas. Todas as suas aptidões evocavam os conhecimentos de sua ancestralidade para iluminar a comunidade nas suas decisões.

As entrevistas foram realizadas nas residências de cada uma delas, no Bairro de Maria Conga: A primeira a prestar informações foi a senhora Edir Matias do Nascimento, 82 anos, viúva, neta de ex-escravizada. Na sequência Maria de Lourdes da Silva, 68 anos, casada, bisneta de ex-escravizadas, e última Rayssa Nathaly, 35 anos, casada, tataraneta de ex-escravizadas.

O encontro entre as três entrevistadas durou aproximadamente por 4 horas as perguntas apresentadas forma um quantitativo de (Vinte e uma) que no decorrer do diálogo pode ter acrescentado outras, porém o objetivo das perguntas, eram extrair informações valiosas que contribuísse para aumentar a herança histórica cultural da líder Maria Conga. A perspectiva de trazer algo relevantes para construção desse texto, buscamos extrair o máximo de conteúdos que favorecesse alimentar a construção do saber.

Ao longo do caminho rumo ao Quilombo Maria Conga, no município de Magé, passando por Itaboraí, depois de 20 minutos de estrada pela Br 493 Manilha-Magé cheguei às ruínas antiga fazenda Magepe-mirim do século XVIII, no Bairro Vila Esperança. Adentrei na Rua Comércio Municipal e seguir em direção a moradora Rayssa Nathaly (30 anos, casada, mãe de uma filha de dois anos), bisneta da entrevistada Maria de Lourdes, moradora do Bairro desde que nasceu é estudante do NEJA III no CIEP 444 Israel Jacob Averbach e serviu de guia para que eu realizasse as entrevistas com os moradores mais antigo da região. Depois de cruzara linha do trem que liga Guapimirim à Duque de Caxias, prossegui por mais alguns minutos por rua asfaltada, próximo ao mercado JM Mercado, conhecido como Mercado Maria Conga. Logo me deparei com as ruas não pavimentadas e irregulares até avistar Rayssa Nathaly, que reside na Rua Paraná. Antes mesmo de encontrá-la, defrontei com outra moradora do Bairro,

Tainá Rangel Vieira 25 anos casada, mãe de uma menina, estudante do CIEP 444 Israel Jacob Averbach perguntou o que fazia na localidade, disse que estava iniciando uma pesquisa referente ao Quilombo de Maria Conga e que iria encontrar com a aluna Rayssa Nathaly. Nesse momento Tainá ficou apreensiva sorriu e seguiu seu destino.

A região possui casas humildes em fase de construção, e os logradouros com circulação de água fluviais de nascentes próximas às encostas e às margens das ruas, possuem no seu interior arbustos médios e árvores grandes com inúmeras folhagens. As casas, rodeadas de árvores frutíferas e arbustos parecem um tanto frias, pois estávamos no mês de julho e o período do inverno, as noites frias, com pouca iluminação nos logradouros, ficam escuras e quase sem visibilidade.

As entrevistas se deram no dia 01 de julho de 2023 cheguei na residência da moradora Rayssa Nathaly que estava no portão com sua filha de dois anos cumprimentamos, e logo fomos ao interior do terreno. Apresentou a sua avó³⁴, a senhora Maria de Lourdes da Silva, que sorridente recebeu a minha gratidão por ceder a entrevista, mas que estava muito ansiosa para a nossa conversa. Observei que no vasto terreno havia três residências simples neste lugar moravam todas pertenciam a membros da família, as mais antiga a mãe da senhora Maria de Lourdes, a segunda era da entrevistada (Maria de Lourdes) sua residência e a terceira da neta que Rayssa Nathaly. A matriarca revelou que a casa mais antiga havia sido construída aproximadamente em 1963 e que trazia boas recordações, trocamos algumas prosas, em princípio nada referente à pesquisa. Porém, logo que falei do porquê da minha visita, explicando quando e por que interessei pelo meu objeto de pesquisa, e qual seria o objetivo, ela expressou alegria e confiança, ouvindo silenciosamente, atentamente. Nas primeiras palavras veio em sua memória o seu período de infância que desfrutou no local, reportando que adorava colher as frutas das árvores que tinha espalhadas nos quintais.

A senhora Maria de Lourdes informou que a mais antiga moradora próxima a ela era uma vizinha Edir Matias do Nascimento, 82 anos que contava várias histórias do Bairro. Mas combinamos que voltaríamos a conversar. Ela entendeu o motivo e disse que iria buscar em sua memória as lembranças do passado vivido ao lado de sua bisavó. Assim como combinado, segui para o encontro com a vizinha atravessando o quintal em meio às árvores frutíferas, e uma pequena horta. Esse local trouxe lembrança do município de Nova Iguaçu, no Bairro de

³⁴ Os entrevistados/as são bisnetos/as de escravizados que relatam o que ouviram de seus parentes. Estes possuem informações preciosas para entender o que levou à concentração de negros na região.

Comendador Soares, onde morei por 28 anos, e onde ainda possuo parentes. Também lá os terrenos possuíam a casa no centro do quintal, e com muitas árvores frutíferas ao redor.

Percorrida toda a extensão do terreno, chegamos, à Rua José Lamas nº 74. No portão, deparamos com outros estudantes, e um deles é neto da senhora que seria entrevistada. Assim que atravessei o portão encontrei a senhora Edir Matias do Nascimento com um maravilhoso sorriso, cumprimentando-me com entusiasmo.

Diante dela, transportamos ao passado e tivemos a sensação de que já nos conhecíamos, pois havia uma semelhança com a minha mãe, que falecera há um ano e seis meses. Não fiz qualquer comentário a respeito porque sabia que o tempo de trabalho no campo, naquelas circunstâncias, era irremediavelmente curto para o pesquisador. Por outro lado, fiquei um pouco preocupado com a pesquisa de campo, pois a entrevistada traria reflexões que poderiam revelar um passado de dor, levando em conta a voz cansada e de conformidade, embora fazendo transparecer a vontade de relatar o que havia escutado de seus avós e da bisavó, que estiveram presentes na sua infância, seguir cauteloso com as perguntas, pois as lembranças trariam emoções que poderia comprometer sua saúde.

O diálogo bastante informal que estabelecemos logo no início do encontro, e de certa forma, sem muitas pretensões, mas, afirmativamente, fiz com que essa matriarca fosse passeando no tempo passado e, retirando do fundo do baú as memórias de um tempo, cujo seu semblante informava que muitas das vezes não se deseja lembrar, talvez algumas recordações que não eram desejáveis de reviver.

O pesquisador, naquele momento, se angustiado com a perspectiva de conhecer um pouco mais sobre a protagonista Maria Conga, talvez começasse a fazer perguntas sobre perguntas, o que poderia transformar a entrevista em interrogatório, quem sabe induzindo a entrevistada a dizer o que agrada ao entrevistador. A conversa deve fluir de forma natural, cadenciada, com perguntas curtas, objetivas e estimuladoras (GIL, 1994).

A senhora Edir apontou para o local onde eu deveria me sentar, e em seguida fez o mesmo. Deixei com que ela fizesse algumas perguntas, ficou um pouco apreensiva, mas a tranquilizei explicando o que seria perguntado. (Segue em Anexo). Li o Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento (TCLE) e o Roteiro de perguntas, ela autorizou a gravação, mas não o vídeo. Rayssa Nathaly, a interlocutora postada ao lado da senhora Edir Matias do Nascimento se ausentou por alguns minutos por precisar fazer limpeza em uma das filhas – depois se manteve presente durante as perguntas que foram todas gravadas. Tive o cuidado para não avançar muito nas minhas pretensões, fui fazendo algumas perguntas, porém,

procurando deixar a entrevistada à vontade para rebuscar as suas memórias no seu próprio tempo e elaboração.

Segundo as entrevistadas após a libertação dos escravos até os anos 1960 não existia energia elétrica, água tratada, ruas pavimentadas ou traçadas. Eram as trilhas que conduziam para o interior das residências, todas de pau-a-pique. No ano de 1888 pós-abolição, a ausência de infraestrutura o bairro conhecido hoje de Maria Conga, não havia uma comunicação direta com o bairro ou comunidade, pois correspondia à falta de integração com moradores do centro de Magé, que classificavam o lugar como perigoso pelo fato de abrigar muitos negros que fugiram das senzalas. Se o abandono impunha toda ordem de carências, principalmente aos idosos e crianças, por outro lado é o que gerava segurança, mas já havia um preconceito e a discriminação racial.

Indignada sobre o que seus antigos contavam sobre aquela época de escravidão, Dona Edir relembra as falas da bisavó.

A minha bisavó ela falava que era sei lá. Eu sei o que ela fazia, ela lavava o pé, dos pés do senhor que chegava né? Botava aquela bacia e eles botavam os pés, ela lavava, enxugava, era o serviço dela fazer. Varria senzala, essas coisas assim. Então ela era criança ainda, né? E ela trabalhava num local dava servicinho era de atender o dono da fazenda. (ENTREVISTADA, EDIR NASCIMENTO 01/07/2023)

Nas sequências das perguntas Dona Edir refere à fartura do lugar:

Aqui tinha muita fartura, a gente vinha para cá assim, tinha muita cana, tinha muito inhame, muitas proteções, né? Agora acabou tudo. Mas quando eu era pequena aqui a gente plantava daí a gente tinha a hora de tirar. Espiga de milho, aí a vontade, bastante fartura. (ENTREVISTA EDIR NASCIMENTO, 01/07/2024)

A intenção do pesquisador é extrair o máximo, porém é necessário utilizar a sutileza nos momentos de descontração entre um sorriso e as lamurias do entrevistado que busca no passado algo prazeroso para revelar. Segundo Le Goff (1999, p. 424) este é o momentomais “complexo da atividade mnemônica do cérebro e do sistema nervoso” ao lembrar do passado de seus ancestrais, ainda que de forma fragmentada. Assim, pareceu, quando a entrevistada se refere ao que se falava das práticas culturais dos africanos (EDIR, 2023).

No ímpeto de conhecer e buscar na memória as músicas de seus antepassados, nos impulsiona a irmos na direção inversa da proposta eurocêntrica, estes traçaram um projeto vinculados a uma proposta ardilosa. Direcionando suas ideologias na perspectiva de extrair do

povo africano “o saber e o fazer” proporcionando visibilidade nas suas culturas. Porém, induzido pela vontade do pesquisador na continuidade das investigações, o desvelo emergia e abria lacunas para elucidar os problemas pertinentes cogitados no conhecimento. No constante diálogo com a entrevistada, plainava uma indagação. A mulher Maria Conga representa algoa você.

Ela representava a mãe, né? Para gente, né? Que ajudava, né a pessoa é importante. As pessoas, né? As pessoas pobres, que ela era pobre também, mas ela tinha condições de ajudar as pessoas né? (ENTREVISTADA EDIR NASCIMENTO 01/07/2023)

A entrevistada Maria de Lourdes da Silva, faz referência ao local onde viveu na infância. Com um pouco de saudosismo, ela reclama da falta de infraestrutura no bairro, que obrigava a comunidade a acumular a água para sobreviver, mas referindo-se à importância da fonte que Maria Conga havia preservado, a bica centenária que ainda servia água a muita gente. Essa matriarca mostra que mesmo com a falta de infraestrutura na região, muitos não se importavam por ouvirem dos mais antigos que ali estavam livres e não corriam o risco de serem punidos com o chicote.

Segundo as referências de Maria de Lourdes, a bica era um ponto de encontro de diversos moradores, era como um santuário todos os dias o local estava sempre com muita gente. O que indicava um ponto de encontro para pôr em pauta algumas reivindicações. As lamurias do passado estavam mais latentes, e muitos saudavam o local, haja vista, que havia sido preservada pela líder da região no período colonial. O questionamento era implementado a entrevistada, pois algo simbolizava um ritual.

Muita gente pegava água no local da bica. Eu daqui eu não conhecia ninguém, mas lá onde eu morava, muita gente vinha pegar água ali, porque lá não tinha água e beber a gente aproveitava sempre a água da chuva. E enchíamos os latões. Porque não tinha poço lá, e não tinha água encanada. A água de beber nós pegávamos ali na biquinha. Devemos entender que o local, era justamente a bica que Maria Conga utilizava, e passou a servir a outros. Isso é muito bom, pois deu continuidade o que Maria Conga deixou. (ENTREVISTADA MARIA DE LOURDES 01/07/2023)

Nossos encontros tiveram o propósito de buscar no passado informações sobre os feitos de Maria Conga a uma mulher que esteve sempre pronta para defender a dignidade humana dos perseguidos pelo sistema escravista. Para isto, foi preciso explorar os interlocutores de modo a estimular a ebulição da memória individual e coletiva e tentar extrair imagens, objetos, símbolos e códigos que pertencente à personagem que justifica essa investigação. Na conversa

com a Dona Maria de Lourdes da Silva conta que vinham escravos de Suruí, Piedade, Vale das pedrinhas, Saco e de outras regiões adjacentes. O cruzamento de saberes entre os ex-escravizados possivelmente fez ampliar as condições de sobreviver aos desafios que se somavam para manterem-se protegidos e vivos, como a pesca, a caça de pequenos animais, plantação e coleta de frutos e raízes que garantiam fartura na alimentação.

Dona Maria de Lourdes da Silva, casada, 66 anos lembra as suas primeiras arguição e impressões sobre o lugar que mora desde 12 anos de idade:

Quando eu vim morar para cá, me falaram, que era o lugar conhecido como Maria Conga, e aqui tinha vivido a escrava, e que era uma área de quilombos, quilombolas. No mato próximo a minha casa possui uma mata que dizem que ela também vinha pegar dessa água. Havia um poço que eles usavam também, mas eu nunca vi o poço não, mas muita gente que já entrou lá dentro da mata, e que realmente tem um poço ali, e esse poço então era privativo aos negros que aqui habitava nessa região. É no tempo de Maria Conga. (ENTREVISTADA MARIA DE LOURDES 01/07/ 2023)

Conforme se expandia o diálogo, ia se tornando frequente um certo saudosismo na face das entrevistadas, marcado pela alegria de recordar momentos bons de suas vidas quando não havia as restrições que hoje possuem de sair as ruas sem correr o risco sofrer agressões de policiais ou pelo tráfico de drogas. Percebemos que havia uma satisfação da localidade em que mora, mesmo com as circunstâncias impostas pela ausência de políticas públicas para o lugar, fala-se com orgulho de serem reconhecidos como quilombolas, e que não deixariam o local, mesmo com as dificuldades para criarem os seus netos.

Dona Edir Matias do Nascimento, viúva, 82 anos residente na região desde que tinha 12 anos, e se refere melancolicamente às mudanças no lugar

Aqui tinha muita fartura, a gente vinha para cá e, tinha muita cana, tinha muito inhame, muitas proteções, né? Agora acabou tudo. Mas quando eu era pequena aqui a gente plantava daí a gente tinha a hora de tirar. Espiga de milho, aí a vontade, bastante fartura [...]. É, aqui a gente fala, o que plantava a gente colhia, era muito bom. Agora tudo acabou. (ENTREVISTADA EDIR MATIAS 01/07/2023).

Para a Dona Maria, houve realmente muitas mudanças na comunidade e no seu entorno ao longo dos anos, mas a violência nos tempos atuais é a mais devastadora. “Ocorrem conflitos todos os dias, e isso traz insegurança no lugar que vivemos [...] e fica difícil de criar filhos e netos porque corremos o risco de perder eles”.

A violência se mantém na região em condições semelhantes às aquelas que marcaram o período pós-abolição. Segundo Clóvis Moura (2019) a violência física e psicológica afetava a grande massa negra que habitava as favelas e cortiços, que buscavam sobreviver através de pequenos serviços pouco remunerados. Mantinham-se lutando contra a máquina repressora do Estado, que trocava a ordenação do açoite pelo subemprego na estrutura do capitalismo selvagem, justificando através de mecanismos ideológicos que a violência presente na periferia é um problema dos próprios negros.

Na visão de Silvio de Almeida (2020) todo o processo de violência que os afrodescendentes sofrem no século XXI, é fundamentado no racismo... um racismo estrutural porque vem sendo alimentado desde o século XVI, e que precisa ser combatido em todas as esferas. (ALMEIDA, 2020) A reprodução sistêmica de práticas racistas está presente na organização política, econômica e jurídica da sociedade, e se fortalece na desigualdade. Sendo assim, os métodos de violência do período da escravidão se repetem, mas em outras estruturas. A pesquisa abaixo mostra que a perseguição aos negros no século XXI, é estrutural, já que possui um histórico do que ocorria no período da escravidão, pois mudaram as armas e os capitães do mato, mas a perseguição aos negros persiste³⁵.

Alguns intelectuais como Silvio de Almeida que cita em seu livro “O Racismo Estrutural”, coloca que o Estado tem sua participação nessas estruturas, já que “Os regimes colonialistas e escravistas, o regime nazista, bem como o regime do apartheid sul-africano não poderiam existir sem a participação do Estado e de outras instituições como escola, igrejas e meio de comunicação” (ALMEIDA, 2020, p.87). Sem essa base estrutural, não existiriam as formas brutais para obter a riqueza construída sobre os esforços dos negros.

Devemos combater essa proposta de prevalecer a existência de um “Estado Racista” e fazer cumprir as leis que atendem às práticas de respeito à diversidade cultural e social do povo

³⁵O documento “A violência contra pessoas negras no Brasil 2023”, produzido pelo IPEA Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)⁴, comprova a manutenção do cenário genocida antinegro. Ao comparar relatórios anteriores (inclusive com aqueles produzidos pelo próprio FBSP) com o atual, a constatação é a mesma: a população negra é a que mais morre e mais continua a morrer todos os anos. Entre 2011 e 2021, o número de negros mortos aumentou 2,9% para 3,7% em relação 2019. No mesmo período, a porcentagem de mulheres negras assassinadas aumentou 2% para 4,3% e a de não negras, caiu 2,4%. Em 2021, 77,1% das pessoas assassinadas eram negras e 41,3% das crianças vítimas de violência letal eram pretas e pardas (que compõem a população negra) – demonstrando que não importa o gênero ou a faixa etária: a política da morte tem endereço certo e segue a todo vapor. No município de Magé - Taxa de letalidade da polícia (Jan-Jun 2021) – Baixada Fluminense – Total de pessoas mortas pela polícia em todo o ano de 2021 11 pessoas - Percentual de homicídios de pessoas negras decorrentes de intervenção policial, em relação ao total 83,3% Fonte: ISP 2020, sistematizado pelo Fórum Grita Baixada – Boletim racismo e Violência na Baixada Fluminense, Edição Nº 1, julho de 2021. <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/17-o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica-fbsp-2023/>

brasileiro. A inclusão das classes minoritárias na discussão política pública fortalece o cumprimento da lei inserida na Constituição Brasileira de 1988, onde “Todos somos iguais perante a lei”. Sendo assim, redireciona a uma inclusão de direito que lhe fora negado por muitos anos.

Na construção de diálogo entre a instituição de ensino e a comunidade quilombola, terá a possibilidade de refletir sobre as políticas econômicas e sociais que desenvolveram desde a colonização até os tempos atuais. Essa reflexão crítica faz com que essa minoria mantenha condições de entender e combater as políticas impostas pelo Estado sob as teorias liberais. Sendo assim, “O racismo não é um dado acidental, mas é um elemento constitutivo dos Estados Modernos” (Goldberg apud Almeida, 2020, p.87). Em sua percepção, Almeida compartilha do mesmo pensamento de Goldberg. Este “aponta que a produção teórica sobre raça e racismo, por conta de uma “virada culturalista” ocorrida nas últimas décadas, “tem evitado uma reflexão abrangente acerca da implicação do Estado na formação racial e na exclusão racial”. (ALMEIDA, 2020, p.87). Sendo assim, estamos inserindo a comunidade em um novo processo de resistência.

Segundo Almeida (2020) as exclusões fazem surgir os conflitos de classes, já que estes os negros foram em busca de recursos para suprir o que lhe foi negado durante a escravização, pois a acumulação de riqueza do período colonial, favoreceu o sistema capitalista, este faz com que as classes entre em disputa em variadas formas, seja nos conflitos raciais, gêneros, econômico, religioso e sexuais. Criando assim uma competição entre ambos, sendo assim, o Estado é responsável pelo reparo dessa discriminação e de eliminar a possibilidade de uma desigualdade social através do ensino.

A inserção dos quilombolas nas práticas culturais traz ao indivíduo a sensação de pertencimento a uma identidade na qual ele faz parte, porém aos que não tiveram uma relação com o passado que venha representar a resistência no período da escravidão, esses irão se sentir fora do ambiente cultural, por não reconhecer que possivelmente não tenho sido escravo. Logo, rejeitará as práticas culturais, porém a rejeição não se remete a todos.

A construção de identidades parte da implementação e do reconhecimento de grupos sociais que se comprometam com a mudança de comportamento, e, devido a isso, venha abalar a estrutura do Estado, possibilitando a construção de novas lideranças articuladas com o trabalho coletivo. Encorajando-os outros a seguirem caminhos diferentes do proposto pelo Estado.

Temos que sugerir ao Estado que desenvolva políticas públicas de reconhecimento da existência de cultura africana e que deve ser preservada como patrimônio cultural, já que a

relação social faz incorporar no indivíduo o sentimento de retorno à identidade de seus ancestrais. Dessa forma, podemos desenvolver ações culturais que envolvam ritmos de música, danças, roupas, tranças e culinária anexadas a cultura herdada de seus avós. Essas ações possibilitam uma perspectiva de mudanças estruturais nas casas, ruas e no convívio social.

Atualmente, os logradouros no território do quilombo Maria Conga são mais visíveis, com luz elétrica para todos, embora à noite haja pouca iluminação; alguns são pavimentados, mas com serviço parcial de distribuição de água encanada razão pela qual em muitas residências ainda há perfuração de poços. São casas simples de alvenaria – as casas de pau a pique não existem mais devido às condições dos materiais ao tempo, pois as estruturas não suportaram o desgaste com a decomposição orgânica das madeiras no seu processo natural – muitas sem embolsamento sobre os tijolos, algumas com cobertura de laje, outras com telhas de fibra de cimento ou amianto. São visíveis os sinais de melhoria se comparados às raras imagens capturadas no período escravagista ou pós-abolição, porém evidenciam as desigualdades estruturais da sociedade brasileira marcada pela precariedade das condições de moradia.

Figura 6: Moradia Quilombola, casa construída em 1963 pelos familiares de Maria de Lourdes.



Foto produzida pelo autor 01/07/ 2023

Percebemos que parte considerável dos atuais moradores se converteu ao cristianismo. Porém, durante as entrevistas de Edir Matias do Nascimento, viúva, 82 anos Maria de Lourdes da Silva, casada, 66 anos e Rayssa Nathaly, não somente mostraram interesses, mas se pronunciaram que gostariam de conhecer um pouco mais sobre cultura africana, citaram o interesse em conhecer as músicas, danças e comidas já que a sua história não se inicia aqui no Brasil.

As manifestações citadas acima pelas entrevistadas vêm mostrar que a memória coletiva busca revigorar os hábitos e comportamentos de seus antepassados, considerando-as como Patrimônios Culturais deixados pelos seus antigos membros das famílias de ancestralidades africanas. Fatos estes lembrados na conversa durante as entrevistas, como as moradoras que relataram esse interesse de forma individual, já que o diálogo não ocorreu com a presença de todas no mesmo momento.

A trajetória de vida do povo da região é marcada por muita dor, mas mantém um comprometimento em resistir com a sua permanência no Bairro. Mesmo reconhecendo a perseguição que sofrem, mostra a existência de um sentimento de pertencimento ao lugar, pois o comércio local busca manter vivo o nome da personagem central do bairro. Isso mostra o reconhecimento da mulher Maria Conga e dá visibilidade ao propósito que a transformou em líder e manteve o seu legado na luta contra a escravidão. Dessa forma, serve de referência não apenas na luta contra o preconceito racial, mas na manutenção do lugar como ponto de partida para a continuidade da resistência cultural.

As entrevistadas mostraram interesse em manter viva a cultura africana relacionada a música e a comida, já que lembraram, durante as entrevistas, dos momentos em que seus avós e bisavós, no período da quietação da força física, iam de encontro com a conexão da memória ligada ao período histórico; lembraram que estes buscavam cultivar as canções que antes teriam participado coletivamente com seus antepassados, e que faz manter viva a conexão com o presente revivendo o passado. Mesmo que não tenham praticado a cultura do jongo no quilombo, muitos mantiveram as canções produzidas pelos seus ancestrais, já que os que viveram antes da abolição traziam consigo os cantos produzidos em suas terras de origens. É possível dizer que elementos significativos das tradições culturais africanas estão presentes no interior das residências, pois moradores carregam o hábito de fazer uso de ervas medicinais e da culinária africana, além de praticar a capoeira e ouvir músicas dos afrodescendentes, também as mulheres usam no cabelo as tranças de diversas etnias. Pois, grande parte dos afrodescendentes mantém os comportamentos de seus ancestrais.

A entrevistada, Maria de Lourdes, buscou em sua memória lembranças do tempo em que era criança e o que sua avó fazia para se alimentar. Pois revelou os seus encantos pela culinária, pois recordou e mencionou que sua avó costumava fazer, movimentando as palmas das mãos uma sob a outra, e gesticulou as mãos como fazia o tutu. Ela aí fazia os bolinhos. Aí tinha é carne salgada, fazia tipo um tutu unindo o feijão com a farinha. Com farinha para a gente comer. Minha avó falava que o caruru era comida de mato, era o que tinha na época que pegava, era caruru, ela comentava que havia vários tipos de caruru. A minha avó cozinha brotinho de

abóbora. Lavava folhinha por folhinha da abóbora, tudo para gente comer, brotinho da batata-doce, tudo que minha vó fazia para a gente comer naquela época, e ela falava que era isso que ela sobreviveu comendo. Há momentos que faço o tutu para lembrar um pouco desse passado em que vivi e gosto de lembrar.

Durante a entrevista, acompanhado de um diálogo que revigorava a memória, Maria de Lourdes mostrou seu interesse em obter mais informações sobre a cultura africana. O fato de ir ao passado fez com que ela despertasse um desejo de expandir seus conhecimentos sobre sua ancestralidade. Haja vista que estava em um território de patrimônio cultural, acompanhada de uma perspectiva de querer conhecer um pouco mais de seu povo.

Nesse universo territorial e simbólico, o protagonismo da coletividade na esfera da cultura se faz presente na sobrevivência e nas práticas herdadas pelas entrevistadas por meio da oralidade passada de geração em geração. Nesse contexto, Maria Conga se destaca como o grande personagem desta história de luta, identidade étnica e preservação de práticas sociais e culturais dos africanos escravizados e seus descendentes como o caso do parto feito por parteira repassada através do conhecimento de outras parteiras como Maria Conga que para aquelas que seguiram seus hábitos e comportamentos durante a escravidão, que deram continuidade após o fim jurídico do cativeiro.

Práticas como esta e outras têm como base uma percepção de mundo produtor e reprodutor de saberes transmitidos oralmente num movimento contínuo e cotidiano. Essa transferência contínua de conhecimento faz produzir uma relação de dependência entre as pessoas tendo em vista que vivem e sobrevivem por meio de fatores que levam a manter uma relação mais uníssona, e isso se faz com que cada sujeito em seus interiores crie seus próprios códigos e técnicas de produção de conhecimentos sensíveis e sincronizados juntos aos sentimentos desenvolvidos em cada um como uma coisa comum, na condição de uma intelectualidade empírica.

Finalizamos este capítulo ressaltando o reconhecimento do quilombola Maria Conga como heroína da cidade de Magé, em homenagem ao poder público municipal que promoveu ato público no centenário da Lei Áurea em 1988. Essa mulher utilizou a sua ancestralidade para combater a estrutura do Estado escravista e proporcionar liberdade àqueles que buscavam sua ajuda. Atuou como protetora, parteira, curandeira e esteve intrinsecamente ligada a uma rede de comunicação que servia à estratégia de combate aos opressores. Muitos quilombolas reconheceram a importância do serviço prestado por essa líder aos que buscavam liberdade e aos que nasciam em terras distantes de seus ancestrais, contribuindo assim para a existência da diversidade cultural, pois prestava assistência às diversas etnias.

CAPÍTULO III

COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBO MARIA CONGA: PRESERVAÇÃO DA HERANÇA AFRICANA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA EM MAGÉ

No capítulo anterior foram apresentadas as condições em que se formou o quilombo Maria Conga, condições marcadas pela persistência dos escravizados na luta pela liberdade, além da certificação como Comunidade Remanescente do Quilombo Maria Conga pela FCP, o que representa conquista e avanço histórico e o reconhecimento deste território como espaço de reprodução física, econômica, social e cultural dos africanos e africanas escravizados e seus descendentes.

Com a pretensão de pautar a CRQ Maria Conga como referência cultural do município de Magé na perspectiva da preservação da herança africana e cultura afro-brasileira, além de importante instrumento de luta contra o racismo mediante a valorização da histórica local centrada na liderança da mulher negra escravizada Maria Conga que é o grande símbolo da luta da resistência contra o escravismo na região e heroína da cidade de Magé, chamamos à discussão neste terceiro capítulo para a importância da educação patrimonial visando um fazer pedagógico decolonial nas escolas das redes públicas e privadas no sentido evocado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNERER), conforme o artigo 26-A das Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) vigente alterado.

Para tanto, usaremos algumas referências visando promover interlocução entre CRQ Maria Conga, educação e patrimônio cultural na perspectiva da preservação dos símbolos e práticas culturais que valorizam a herança africana e a cultura afro-brasileira nas escolas do município de Magé.

3.1. Educação patrimonial e preservação da história africana e cultura afro-brasileira

Durante as entrevistas realizadas com as moradoras Edir Mathias e Maria de Lourdes mostraram uma preocupação por não existir mais aquelas pessoas que possam transmitir aos seus netos e bisnetos, o que elas ouviram de seus parentes e vizinhos tempos atrás, pois possui

a perspectiva de conhecer um pouco mais sobre a cultura africana para repassar para os que estão por vir.

É necessário chamar a atenção que existem diversos patrimônios no ponto de vista educativo, e incisivamente o que mais despertava a dona Edir era a cultura. “Da cultura deles, as comidas, né? Comidas. As músicas, mesmo que diz que era muito bonita as músicas deles, né?” Porém a Maria de Lourdes não especificou, mas? Sentiu a necessidade de conhecer algo do continente africano.

É interessante você obter alguma cultura daquela época ou do povo africano, ou de qualquer outro local. Ah, eu gostaria daquela época que eu gosto. Ah, isso é bom, é bom saber, né? Que a gente está, nós estamos sempre aprendendo (ENTREVISTADA MARIA DE LOURDES- 1/07/2023)

Essa narrativa nos direciona para o cumprimento da lei 10.639/03, onde deixa claro a importância de transmitir a história do povo africano e dos afrodescendentes. Haja vista, os moradores do Bairro de Maria Conga são afrodescendentes e bisnetos de quilombolas. Sendo assim, a criação do centro de referência Cultural do povo africano e afrodescendente do Quilombo de Maria Conga no CIEP 444 Israel Jacob Averbarch pode promover educação patrimonial para a comunidade de Maria Conga.

E Dessa forma, todas as partes interessadas podem fomentar e fortalecer o processo de discussão a ser instaurado, buscando a transformação dos indivíduos de meros agentes passivos em agentes ativos, portanto capazes de refletir criticamente sobre o seu lugar e do seu grupo social no passado e no presente.

A expressão “educação patrimonial” (EP) deriva das experiências sistematizadas e acumuladas no âmbito do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, órgão do governo federal responsável pela política nacional de preservação cultural no país desde 1937. De acordo com este órgão,

[...] a Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural. (IPHAN, 2014, p.19)

Segundo Florêncio (2012, 2019), a EP é um recurso utilizado para afirmar as diferentes maneiras de ser e de estar no mundo, um conceito que valoriza a diversidade cultural, o

fortalecimento de identidades e de alteridades no mundo contemporâneo. Isso porque o uso deste conceito favorece construções de relações efetivas no processo de valorização e preservação do patrimônio cultural com as comunidades detentoras do patrimônio. Considerando o campo do patrimônio cultural como um campo de lutas e contradições, o uso da EP “evidencia a visibilidade de culturas marginalizadas ou excluídas da modernidade ocidental, fundamentais para estabelecer diálogos interculturais e de uma cultura de tolerância com a diversidade” (FLORÊNCIO, 2012, p. 24).

Conforme o IPHAN, a Educação Patrimonial³⁶ constitui-se de todos os esforços coletivos formais, não formais ou informais orientados para a compreensão da sociedade em geral ou grupos específicos acerca da importância histórica e social das expressões culturais, e suas diferentes manifestações, com o propósito do seu reconhecimento, valorização e preservação.

A realização de um programa de educação patrimonial empreendido pelo Estado requer um conjunto de ações de políticas públicas cujas atividades a serem desenvolvidas pedagogicamente exigem o diálogo permanente entre os moradores da localidade e do entorno onde se encontra o bem patrimonial e dos detentores do bem patrimonial com os órgãos afins.

A expressão educação patrimonial foi formulada no país em 1983, durante um seminário realizado no Museu Imperial, em Petrópolis, no Rio de Janeiro (Horta, 2005; HORA, GRUNBERG & MONTEIRO, op, cit) a partir das práticas pedagógicas criadas na Inglaterra, em 1970, com museus e monumento, além das práticas de Paulo Freire no processo de alfabetização cultural. Observaram a possibilidade de uma nova proposta de ensino.

A Educação patrimonial tem o papel de incentivar a sociedade a ir no sentido inverso, já que este terá o conhecimento da filosofia africana que estava voltada a fortalecer as relações sociais através do coletivo. Utilizando a cultura como ponto de partida para o desenvolvimento de uma identidade sem a influência do eurocentrismo.

Na etimologia da palavra Educação ela vem do Latim Educare que é derivado do Ex, que significa “fora” ou “exterior” e “Ducere” que tem o significado de “guiar”, “instruir”, “conduzir”, ou seja, em latim, educação tinha o significado de “guiar para fora”. Sendo assim, percebe-se que possui uma finalidade muito direcionada para o indivíduo que, no seu processo inicial de estudo, está vinculado ao jovem, direcionado por uma pedagogia de ensino focada na compreensão do mesmo junto ao seu ambiente cultural.

Na etimologia da palavra patrimônio, ela vem do latim patrimonium (pater = pai, monium = condição, estado, ação) os significados são: 1. Herança paterna, 2 bens de família, 3. Em tempo passado, bens necessários à ordenação e sustentação de um eclesiástico, 4. Quaisquer bens materiais ou morais, pertencentes a uma pessoa, instituição ou coletiva. Portanto, a proposta é transmitir informações sobre determinados bens coletivos históricos que a sociedade possui em seus territórios.

É importante ressaltar a existência de um marco inicial na Educação Patrimonial, pois quando foi instituída a portaria do IPHAN n. 137/216, criaram-se então regras para estabelecer diretrizes sobre as atividades desenvolvidas pela Educação Patrimonial no âmbito do IPHAN e das casas do patrimônio, pois o objetivo era criar um conjunto de estratégia e referência para desenvolver educação patrimonial com prática transversal focando no processo de preservação e valorização do patrimônio cultural.

Seguindo as perspectivas da educação patrimonial esse trabalho inclui uma participação mais ativa da comunidade, pois estes serão os protagonistas a repassar os conhecimentos às demais pessoas fazendo-as entender que “a educação significa autoformação, um objetivo que extrapola certamente as esferas de atuação do estabelecimento de ensino e que faz da cultura uma atividade para toda vida” (NIETZSCHE 1876, p. 37-38)

Vários pensadores possuem um conceito sobre a educação patrimonial, muitos vêm como uma extensão dos Museus, Igrejas, Quarteis Militares, Castelos e outros que se apresentam como lembrança da classe dominante de um período glorioso (TOLENTINO, FLORÊNCIO), porém, a proposta é trabalhar uma educação patrimonial desenvolvida pelos intelectuais com formação acadêmica e com um olhar reflexivo e crítico, que não busca utilizar as metodologias aplicadas pelo IPHAN em 1983, quando surgiu no interior de um Museu.

A discussão é buscar o patrimônio produzido pelo indivíduo que protagonizou o surgimento de um símbolo ou de uma cultura vinda dos sujeitos invisíveis para os museus, que não foi formada nas academias. Estes não foram apadrinhados com as metodologias do SPHAN em 1926, que somente em 1983 pensou em mudanças, mas não avançaram nos conteúdos pedagógicos.

Essa transformação surge com Mário Chagas, que cita em seu artigo publicado no 3º caderno Temático de Educação Patrimonial, que a Educação patrimonial tratada em 2013 não está vinculada a museus e castelos como foi criada em 1983. Segundo Chagas (2013) o início da educação patrimonial tem como proposta criar uma relação diferente como o que ocorreu no marco inicial no museu na cidade de (Petrópolis), proporcionando uma preservação com característica diferenciada, pois o patrimônio deve ser contado pelos protagonistas que tiveram uma relação direta com o objeto em estudo.

Essa prática da educação patrimonial pode ser em diversos setores culturais, haja vista que possui uma vivência, criando um vínculo direto com quem guarda na memória os fatos ocorridos com os seus ancestrais. Sendo assim, minimiza-se a possibilidade de os protagonistas serem eliminados da história, pois terão sua história contada pelos sobreviventes direto ou indireto.

O pensamento na atualidade sobre a Educação Patrimonial está longe de ser visto como única e real, pois várias correntes surgem e têm suas contribuições para as preservações dos bens culturais. Cabe entender que a cultura é produzida concomitantemente, e que faz parte da humanidade. Sendo assim, existem muitas formas de ensinamentos, porém algumas não seguem as instituições de ensino que transformaram em um processo mercantilista.

Sobre um olhar crítico de Morim (1996) este percebe que estava diante de uma “Questão Problema” e para alguns pensadores vê como um modismo no uso da expressão “Educação Patrimonial” (CHAGAS, 2006; BEZERRA, 2006), porém, vê a possibilidade de uma construção de identidade através do diálogo entre o saber e o fazer. Isso abre para uma abordagem mais profunda sobre o tema “Educação Patrimonial” que nos chama atenção para que tipo de ensino é viável para os nossos alunos.

A ideia é acabar como o propósito único, como diz Cecilia Londres Fonseca, “Pedra e Cal” ficar em um aspecto cultural arcaico, está estático ao pensamento conservador, ou seja, elimina quando se diz, cada ser constrói micro história. Porém, encontramos início de um marco legal com a proposta do IPHAN n.º 137/2016 de estabelecer diretrizes de educação patrimonial no âmbito do IPHAN e das Casas do Patrimônio, estes visam instituir um conjunto de referenciais para a educação patrimonial, possibilitando as práticas transversais aos processos de preservação e valorização do patrimônio cultural.

A construção de identidade desenvolve quando o sujeito problematiza a sua posição social e a que região ele pertence, isso faz com que transforme a sua análise crítica em uma discussão conjunta na comunidade. Essa compreensão não surge nos bancos da escola ou da universidade, já que estes obedecem às leituras de autores que têm um comprometimento com as ideias eurocentristas.

O autor Atila Bezerra Tolentino, em seu livro Educação Patrimonial e construção de identidades, Diálogos, Dilemas e Interface abre espaço para um diálogo. Esse desafio provoca uma expectativa maior quando se trata de uma história de um sujeito que viveu no século XIX e desafiou o sistema econômico, político e social de uma sociedade, isso traz uma reflexão crítica, porque identifica como um herói da época.

Os estudos sobre Educação patrimonial abrem a possibilidade da construção de identidade através da pesquisa abordando assuntos do cotidiano da comunidade, dialogando e problematizando a ausência de algo nos locais vividos por eles, e inserindo conteúdos históricos para encontrar patrimônio material ou imaterial da população. Segundo (BEZERRA, 2019), o

diálogo aberto com a comunidade periférica, sem interferência do Estado, possibilita a liberdade dos sujeitos da periferia, e do comprometimento com a cultura elitizada. Pois, entende que a educação patrimonial não está apenas nas construções arquitetônicas, mas também nas micros histórias contadas por cada um da população periférica.

Tolentino comenta sobre a importância da educação patrimonial, pois vê a possibilidade de transformar a sociedade através da construção de identidade com personagens protagonistas da sua própria história. As experiências de cada indivíduo e as suas experiências fazem desenvolver e estabelecer reflexões críticas à medida que surgem uma discussão vinculada à memória coletiva referente aos problemas sociais vividos no passado e no presente. A investigação tem a responsabilidade de envolver todos os Idosos, adultos e jovens da comunidade, pois os mais experientes fazem buscar na memória ações que contribuíram para melhorar a vida do coletivo.

Segundo o historiador Paul Ricoeur (2022) quando retrata em seu texto o abuso de poder do Estado quando utiliza seus recursos para neutralizar a memória do indivíduo na construção de identidade, pois manipula as informações sobre o cidadão, e faz este se tornar refém, preso e confuso sobre a sua existência fazendo perder a perspectiva de vida. A falta da memória coletiva mantém o indivíduo sem condições de desenvolver ações que sirvam a ele e ao coletivo.

A educação patrimonial tem a possibilidade de proporcionar ao quilombola as condições de dar visibilidade às práticas culturais africanas aos afrodescendentes. Tendo em vista, que a protagonista não teve a oportunidade de introduzir no território essas práticas vivenciadas pelo povo africano quando estava em liberdade em seus territórios. Sendo assim, é importante a participação dos quilombolas na transmissão das práticas desenvolvidas pelos seus ancestrais e contemporâneos à líder Maria Conga. O autor Tolentino discorda da educação patrimonial como metodologia em que seu objeto, e a alfabetização cultural, seja transmitida através das informações em via de mão única. O autor Tolentino se apoia no conceito de educação patrimonial da Ceduc:

Atualmente a Ceduc defende que a educação patrimonial se constitui de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de educação patrimonial. (FLORÊNCIO et al., 2014, p. 19 apud TOLENTINO, 2019, p. 145-146).

A Revolução Francesa teve o papel de desenvolver a política de conservação e nacionalização, onde favoreceu o processo de desenvolvimento do valor cognitivo, educativo e valor econômico. Segundo Françoise Choay (1996), os valores cognitivos possuem valores econômicos, já que este tem o papel de guardar do passado a memória vivida pelos protagonistas daquele lugar, pois representa um patrimônio histórico para a sociedade. Haja vista, que oferece uma sugestão no tipo de manufatura produzido. Sendo assim, faz gerar um interesse para os que possuem desejo em possuí-la. Dessa forma, oferece a possibilidade de criar uma perspectiva, de admirar algo do passado e interpretar, isso provoca uma movimentação turística na região, dando visibilidade de grandeza na arquitetura francesa.

Por considerar processos educativos formais e não formais com foco no patrimônio cultural possibilitando o envolvimento de ações, projetos, concepções, métodos, práticas e objetivos pedagógicos distintos, a educação patrimonial pode ser adequada a uma proposta pedagógica voltada para a educação para as relações étnico-raciais preconizadas pelas Diretrizes, sobretudo, do ponto de vista metodológico por favorecer a participação social mediante a adoção de metodologias participativas variáveis.

Isso justifica a criação do centro de referência cultural, tendo em vista Maria Conga e seus feitos, entre os quais a fundação do quilombo, ficou invisibilizada ao longo do tempo, desaparecida e apagada dos materiais didáticos sobre a história política e cultural da região e de Magé como evidência do racismo estrutural, o que pressupõe um trabalho pedagógico de combate a esse apagamento epistemológico da heroína de Magé símbolo luta contra a escravidão e da resistência política e cultural dos povos africanos escravizados e seus descendentes.

A diversidade cultural da nação brasileira no campo das políticas de preservação cultural foi pautada a partir dos ditames da Constituição Federal vigente desde 1988, com a definição que o “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988, p. 100).

Mais do que isso, além da ampliação conceitual incluindo “bens de natureza imaterial” e os grupos portadores de referência cultural, o texto constitucional determina o papel e a responsabilidades do Estado e dos poderes públicos instituídos, na (a) garantia do pleno exercício dos direitos culturais, dentre os quais o direito à memória; (b) democratização do acesso aos bens culturais; (c) valorização de diversidade étnica e regional; e (d) proteção com a colaboração da comunidade, “as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional”. Para tanto,

prevê instrumentos a serem utilizados para a preservação, como “inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” (BRASIL, 1988, p. 100).

Isso tudo representa avanço importante no âmbito da política pública voltada para preservação cultural no Brasil e no campo da produção do conhecimento acadêmico, que até então consistia em uma prática institucional de concepção restrita, elitista e conservadora sob o nome de “patrimônio histórico e artístico nacional”, tendo o tombamento como único instrumento jurídico aceito e adotado a partir de valores civilizatórios da cultura europeia. Em outras palavras, uma política patrimonial construída sob a lógica do racismo estrutural, a partir de critérios técnicos e valorização de padrões artísticos e estéticos com foco nos aspectos físicos privilegiando bens vinculados as tradições de grupos sociais dominantes no Brasil inicialmente de origem colonial. (FERNANDES, 2018)

A importância das ações educativas na sala de aula é combater o racismo e as discriminações contra os povos africanos e seus descendentes no Brasil, isto é, a população afro-brasileira, segundo as orientações pautadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNERER), fazendo com que espaços educativos como a escola, mas não somente ela, cumpra sua importante função institucional prevista no Plano Nacional de Implementação das DCNs da Educação para as Relações Étnico-raciais (ERER).

Essas e outros instrumentos normativos pautam o reconhecimento e a valorização da história e cultura dos afro-brasileiros como parte do conjunto de ações das ações afirmativas com o intuito de combater o racismo e as desigualdades raciais, como a alteração do Artigo-26A da atual Lei federal 9394/96 LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, provocada pela Lei 10.639/2003 substituída em 2008 pela Lei 11.645 incluindo a questão indígena.

Trazer esta discussão para o campo do patrimônio cultural é pauta a necessidade de se pensar a questão da diversidade étnica na perspectiva da reparação histórica e justiça social, o que impõe mudanças epistemológicas capazes de conduzir a uma reeducação das relações entre diferentes grupos étnico-raciais. Os instrumentos normativos acima, encabeçados pelos diversos atores sociais dos movimentos negros brasileiros ao longo do século XX, colocam no centro do debate a diversidade cultural da nação brasileira com foco no reconhecimento e na valorização da história e cultura dos afro-brasileiros, com o intuito de combater o racismo e as desigualdades raciais, expressa na estruturação e cristalização de uma memória nacional colonial e eurocêntrica.

Nesses termos, acredita-se que a proposta pedagógica desenvolvida no CIEP 444 contribuiu, mesmo parcialmente, para o fortalecimento das ações afirmativas nas áreas da cultura e da educação como um tipo de forma de intervenção pedagógica que visa corrigir distorções históricas na perspectiva de uma educação para as relações étnico-raciais, no sentido do reconhecimento e da reparação histórica, o que exige o respeito às pessoas negras, à sua descendência africana, sua cultura e história (CNE/CP-PARECER n.º 3/2004; CNE/CP-RESOLUÇÃO n.º 01/2004). Argumenta-se, portanto, a relevância da educação patrimonial, no município de Magé ou em outros cuja história local guarde similitudes com o escopo dessa investigação, para estimular o desenvolvimento de programas educativos e práticas culturais que deem visibilidade ao legado histórico de remanescentes de quilombos.

3.2. Por um olhar de preservação do patrimônio cultural de Magé

O estudo está, portanto, direcionado para o tema da educação para a preservação do patrimônio cultural nas bases do que preceitua o IPHAN, associando-o com as questões refletidas no campo da legislação que trata da obrigatoriedade do ensino de História e cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena, e das diretrizes curriculares nacionais estabelecidas para o desenvolvimento da Educação Básica.

Existe a oportunidade de analisar sobre as ações que levaram Maria Conga lutar por liberdade e que seus descendentes devem dar continuidade na luta por direitos e por respeitos na sociedade brasileira como cidadãos reconhecidos como merecedores de viver com dignidade nesse território. Ou seja, que também lhe pertence, já que seus ancestrais derramaram seus sangues na construção desse país, e lutar pelo direito e minimizar a discriminação étnico racial, exigindo que se cumpra a lei 7.716/89 do artigo 5 incisos XLI e XLII da constituição federal.

A partir de então, faz necessário desconstruir a ideia de que o povo negro dos quilombos são marginais e inferiores, temos que seguir o sentido inverso, isto é, a descolonização do olhar sobre os quilombos e suas comunidades, valorizando o modo de contar suas próprias histórias, de luta de resistência política e cultural a partir de seus ancestrais, a partir de suas memórias.

Cabe ressaltar que a memória faz parte do organismo humano voltado a realizar ações pertinentes ao acúmulo de informações, que se encontra vinculado aos interesses do indivíduo

quando utilizadas pequenas parcelas de sua memória para identificar comportamentos, hábitos e tradições culturais.

Segundo Le Goff, (1996) a memória humana ajuda a cristalizar os acontecimentos do passado em nossas mentes, provocando uma energia quase que estática para cada momento vivido pelo protagonista, ou pelos momentos dos fatos contados. Essa imagem cristalizada e transformada quase no real faz transformar em símbolos, códigos e figuras que internalizam no seu subconsciente de forma física e psicológica.

Esse estágio se associa quando “o primeiro domínio onde se cristaliza a memória coletiva dos povos sem escrita é que dá um fundamento - aparentemente histórico – à existência das etnias ou das famílias, isto é, dos mitos de origem” (GOFF 1996, p.428). Nesse caso, manteve-se a tradição da oralidade, por meio da qual são descritas as condições de vida às quais os escravizados foram submetidos no cativeiro e depois do fim jurídico da escravidão.

Como manter a tradição milenar, se estes estavam longe de seu território de origem? Sem condições de se integrarem à sociedade moderna pós-escravista, tiveram que se adaptar ao modo de produção capitalista no mundo moderno, sem o letramento, mantendo as suas tradições como ponte para a leitura do mundo e capa de proteção do racismo e da discriminação racial.

Segundo Le Goff (1996, p.431) a memória étnica está presente no que ele classifica como sociedades sem escrita, obtinha-se então apenas a memória como fonte primária para identificar o real pensamento das etnias, e isso era necessário o diálogo entre as tribos em que todos deveriam participar e transformar em uma lógica dita por seus interlocutores. Era necessário que a mensagem fosse transferida oral e concomitantemente aos demais membros das etnias em uma discussão coletiva.

O que se tem considerado como base reivindicatória das comunidades autorreferenciadas como quilombolas é a memória coletiva que remete a um passado comum de lutas de resistência à escravização, a partir da ocupação territorial em diferentes cidades e regiões do Brasil, assim como em outros países da diáspora africana nas Américas. Mesmo marcados pelos castigos físicos e psicológicos, os libertos transferiram a cultura através da oralidade, praticada nas bases da filosofia africana, cujos saberes construídos coletivamente mantinham o trabalho igualmente coletivo.

Segundo o antropólogo Antonio Nogueira (2008), a promulgação da Lei n. 10.639/03 que estabeleceu a obrigatoriedade do Ensino de História e da Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos escolares trouxe um grande desafio político pedagógico, o de corrigir a orientação eurocêntrica que marcou a constituição do sistema educacional brasileiro. Este

mesmo debate cabe perfeitamente no campo do patrimônio cultural consolidado como política pública em nosso país, de forma elitista, restrita, conservadora e eurocêntrica.

Neste sentido, se faz necessária uma postura crítico-reflexiva antirracista e anticolonial a partir da adoção de uma perspectiva decolonial. Isso porque o pensamento decolonial ao problematizar a questão do poder do conhecimento e seus vínculos com os interesses do capitalismo, história colonial e modernidade a partir da América Latina explica o fenômeno da colonialidade como um padrão mundial de poder colonial/moderno, capitalista e eurocêntrico, produzida pelo colonialismo europeu (dominação política e exploração econômica) a partir do século XV, que se traduziu na intersubjetividade do mundo europeu pelos povos colonizados, isto é, imposição dos valores e formas, padrão de vida, concepção de mundo e de sociedade do colonizador.

As resistências quilombolas fazem parte de um processo de construção de identidades que forjam as novas lideranças. Dessa forma, os indivíduos garantem o pertencimento por várias gerações, já que este se torna símbolo, e faz com que o grupo reconheça essa necessidade e reproduza outros, buscando uma continuidade nas ações praticadas pelo líder. É mencionado por (SOUZA, 2012) que as comunidades quilombolas buscam sua organização nos mesmos moldes das tradicionais, haja vista, que é concomitantemente discutido as manifestações culturais e que através da oralidade é posto em prática o uso coletivo da terra, essas ações fazem com que mantenham sua ligação com a natureza

A potencialidade em reestruturar uma identidade cultural sob a construção do pertencimento da cultura africana deve ser acompanhada das instituições formais e informais, porém orientada pela participação das estruturas formais, já que estas possuem projetos pedagógicos voltados para uma instrução direcionadas com os conhecimentos de estudos acadêmicos desenvolvidos por pesquisadores.

A educação patrimonial, construída dentro das condições favoráveis de ensino, irá permitir um fortalecimento estrutural por meio de pesquisas com o patrimônio apresentado à comunidade que a possui. Viabilizando a criação de laços através da introdução de um diálogo, proporcionando habilidades, persistências, satisfação, concentração e automotivação. Logo então, terão a possibilidade de desenvolver o autoconhecimento com as suas tomadas de decisões, que diante das suas necessidades podem estar estes, inserindo condições de promover discussões que tragam envolvimento de políticas sociais, econômicas e culturais, já que vive em uma sociedade globalizada e competitiva.

Conduzir uma educação patrimonial na perspectiva étnico-racial e decolonial é ir ao inverso da educação europeia que valoriza o individual, e a cultura europeia, como os prédios

e seus heróis. As ações educativas, através da problematização existente na comunidade, podem ser vistas no primeiro momento como uma codificação dos problemas vividos pelos educandos e depois a decodificação, a partir das ações argumentativas que ele próprio promoveu com o educador. Logo, “as tensões entre as essas sociedades imersas no subdesenvolvimento e os centros imperialistas que lucram com o atraso vão-se configurando como oposição fundamental no mundo moderno” (RIBEIRO, 1979, p.159). Isso faz com que a sociedade moderna entre em um novo conflito para justificar o extermínio entre si.

A mudança no processo educacional insere uma parceria entre professor e aluno que tem como sugestão a proposta do diálogo. As atitudes encorajadas aos alunos partem do processo de uma ação educativa aplicada através da multidisciplinaridade, pois as junções da matéria oferecida pela educação formal podem unificar as famílias e as comunidades, proporcionando a holística de uma democracia participativa.

Essa proposta é se desvinculada de uma imposição eurocentrista que estruturou as condições de ensino, que segundo Varine apud Chagas; Gouveia, Tolentino (2018, p.44), essa prática ainda busca se manter vigente, tendo em vista, que neutraliza a expansão do conhecimento junto ao empírico, mantendo assim, um controle sobre as produções científica em mão de uma classe dominante.

A Educação patrimonial deve propor uma dinâmica diferente da escola, pois a instituição educadora tem a obrigação de conhecer profundamente o patrimônio que a região possui e desenvolver uma educação relacionada com o período vivido pela sociedade. Dessa forma, busca esclarecer as condições necessárias da política aplicada pelos governantes no período.

Esse trabalho é atribuído ao professor de História, pois este obtém as informações adequadas para reprodução. Segundo (TOLENTINO, 2013) Org. Caderno temático da Educação patrimonial n.º 3 chama a atenção para a proposta da Educação patrimonial do IPHAN, que através da proposta de ensino patrimonial aborda uma discussão profunda com uma participação dos discentes com os moradores da comunidade que, em conformidade democrática irá julgar o que será pertinente transformar em patrimônio histórico. Logo, estes irão desenvolver os atos de cidadania, identidade e memória da sociedade local.

3.3. Quilombo Maria Conga como referência cultural africana e afro-brasileira de Magé: reflexões/experiência pedagógica

Ao nosso entendimento, Maria Conga e o quilombo fundado por ela constitui referência cultural entraram no território brasileiro como: Danças, Comidas, Cabelos (Tranças), Roupas, Músicas, Artesanatos, Pintura corporal, Literatura. Essa atividade tem despertado nos jovens uma identidade cultural já que muitos são moradores do quilombo de Maria Conga ancestralidade quilombola.

Nas discussões são trabalhadas leituras críticas sobre as condições que viveram nossos ancestrais e o que trouxeram de suas terras de origens, e qual foi o propósito da chegada deles aqui no território que não era o de nascença. Suas ancestralidades deram condições para que mantivessem a cultura da coletividade, focada no respeito ao próximo, a religiosidade, na igualdade de direitos sociais, à vida e a natureza, onde e como mantém viva a transmissão pela oralidade.

Além disso, o Centro Cultural de Referência Africana e Afrodescendentes do Quilombo Maria Conga tem como propósito oferecer aos jovens uma holística diferenciada da proposta de mundo ofertada pela visão eurocentrista, que depois da diáspora africana foi disseminada a cultura individualista, pois este deveriam individualmente produzir e vender sua força de trabalho ao dono do Engenho de Farinha, Cana-de-açúcar, Mineradores e outros, que buscaram e buscam repetir nos séculos XX e XXI, através da modernidade da política liberal, ou seja, lutar pelos seus direitos de igualdade racial, econômico e social é dar continuidade ao processo antes vividos pelos seus antecedentes.

Segundo Machado em 2007, as lideranças do Bairro Maria Conga sob as pessoas de Ivone Bernado Mattos e Beatriz Nunes não mediram esforços para buscar reconhecimento da líder do quilombo Maria Conga, cujo foi reconhecida e certificada pela Fundação Cultural Palmares. Esse trabalho de grande relevância traz a possibilidade de desenvolver atividades culturais que possam dialogar com os demais moradores do município de Magé, e criar um vínculo direto com a ancestralidade africana, onde possa reconhecer a identidade e ressignificação dos povos que deram o máximo de si pelo município, fortalecendo os laços com os novos protagonistas, libertando-se da imagem de um povo marginalizado, e perseguidos por não aceitarem as condições de escravizados.

Segundo a proposta do Centro Cultural de Referência Africana e Afrodescendente do Quilombo de Maria Conga (CCRAAQMC), a educação patrimonial pode ser um instrumento de integração entre a comunidade na contemporaneidade com o passado, proporcionando

trançar ações e atividades culturais com os remanescentes que lutam pela preservação da memória e dar maior visibilidade ao patrimônio cultural a partir de uma ancestralidade presente nas práticas cotidianas.

Importante é que as realizações das ações educativas no neste espaço estejam convergentes com o Currículo Escolar mediante aplicação de diferentes estratégias com intuito de comunicação direta entre os alunos e a comunidade na perspectiva de uma educação para relações étnico raciais (ERER), de forma promover a identidade étnica e o fortalecimento da cultura contra o preconceito racial conforme preconizado pelo conjunto normativo ressaltado anteriormente. Seguindo este raciocínio, é importante também cumprir as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, que atendem desde a formação do Ensino Fundamental e Básica. Tendo em vista, que os alunos estão em fase de construção de identidade e na busca de conhecimento.

A perspectiva é que a educação patrimonial desenvolvida pelo Centro Cultural de Referência Africana e Afrodescendente do Quilombo de Maria Conga obedeça às orientações da organização da LDB (Leis de diretrizes básicas), e que tenha a participação dos protagonistas, já que estes fazem parte da descendência e obtém conhecimentos sobre o fazer e o saber. Sendo assim, tem a possibilidade de reconstruir a memória dos ancestrais nas atividades culturais. (MEC, 2013). Os termos da LDB têm a proposta de ser o norteador para a construção do currículo mínimo escolar, será a base da formação dos alunos do ensino médio, para que estes tenham conhecimentos mínimos para desenvolver atividades profissionais e reflexão crítica sobre as políticas públicas desenvolvidas sobre a sociedade.

As orientações pedagógicas deverão colaborar para os desenvolvimentos das práticas culturais através dos planejamentos das aulas direcionadas para o público-alvo, visando melhoria na qualidade de ensino. Tendo em vista que será trabalhado conteúdo referente à História de cultura africana. Segundo as atribuições e as orientações do MEC, 2013) faz promover planos escolares, orientando os coordenadores pedagógicos a elaborarem estratégias de ensino dentro da resolução prevista como obrigatória, onde estabelece as regras e normas para o produto de estudo durante o ano letivo, haja vista que é importante conhecer, elaborar, divulgar, promover, estimular e encaminhar os docentes no cumprimento da resolução. CNE/CP n.º 01/2004, no Artigo 3º.

Tornar-se necessário um estudo acompanhado de um exercício democrático, isso faz com que a sociedade do Quilombo Maria Conga e do Bairro de Maria Conga tenham representantes e participem das ações que envolva nos núcleos de estudos afro-brasileiros, e

que estes possam contribuir nas práticas culturais com direito de participar e opinar nas políticas públicas da região.

A iniciativa da construção dos núcleos de estudos, faz com que os professores tenham laboratórios capacitados para ser o ponto de partida para as pesquisas e na elaboração dos estudos sob um olhar reflexivo e crítico na construção dos aprendizados que todos tenham de possuir. Obedecendo às leis e resoluções que sejam implantadas pelos órgãos competentes, com uma visão de mundo de forma ampla e geral, que possa fortalecer as bases de ensino em território nacional. Contribuindo assim, na formação dos docentes na sua trajetória de ensino de forma contínua. Cabe a este obter informações no procedimento da construção do saber, na elaboração, na divulgação dos conteúdos de forma multidisciplinar.

Essa proposta tem a finalidade de combater o racismo através da integração da instituição de ensino com a comunidade. Com isso, traremos uma possibilidade de construção de identidade através das reflexões críticas. Estes terão a oportunidade de colaborar nas atividades que implementem novas sugestões no combate ao preconceito racial, ou seja, a luta que teve como protagonista Maria Conga, venham dar continuidade com outros e/ou outras lideranças.

Diante das propostas apresentadas, busca-se fazer com que os quilombolas reflitam a importância de manter essa resistência, já que são herdeiros de uma batalha crucial enfrentada pela Líder Maria Conga, é parte de herança cultural africana no quilombo de Maria Conga. Esse olhar reflexivo proporciona que a força e a violência são requisitos de todas as dominações na sociedade moderna. São exercidas de maneira explícita e direta, pelo menos não de modo contínuo”, mas encoberta por estruturas institucionalizada de autoridade coletiva ou pública e legitimada por ideologias constituídas das relações intersubjetivas entre os vários setores de interesses e de identidade da população” (QUIJANO, 2002 p. 9). Rufino (2021, p.28) entende que a junção da coroa com a igreja tornou-se um casamento, uma relação de força física e divina, juntas atuavam na fórmula do extermínio: **“um elimina o sujeito com morte, e outro certifica a morte com vigília do defunto com as orações”**. Garantindo o luto das vítimas durante a expansão territorial em nome de Deus. Esses avanços territoriais fomentavam a lucratividade com a expansão comercial.

No fervor desses olhares críticos descritos pelos escritores Anibal Quijano e Luiz Rufino que colocam seus pontos de vistas em períodos diferentes entre um e outro, porém encontra-se uma reflexão que expõem a modernidade como o centro da discussão, tendo em vista que se utilizavam dessa justificava para manter a violência a cada nova conjectura. Símbolo dessa resistência criada pela líder Maria Conga, foi contra a violência

institucionalizada criada pela Coroa e pela Igreja que se uniram para desenvolver o sistema de exploração do homem sobre o outro homem.

É necessário obter um olhar reflexivo e crítico fomentado pela disciplina, entendendo que o mais importante é dar visibilidade herança histórica e cultural deixado pela líder Maria Conga, pois foi este Quilombo no município de Magé, que se tornou referência na luta de resistência contra a escravidão, já que desafiou a metrópole na política de exploração, que era a principal alavanca para movimentação econômica europeia sobre a colônia que utilizava a força de trabalho do povo africano. A igreja católica teve um papel importante nessa história. Como alguns sinalizam, “que a justificativa da Igreja Católica era levar o cristianismo a estes povos que eram considerados bárbaros” (SOUZA, 2012, p.44).

É importante ressaltar que o Quilombo de Maria Conga faz parte de um processo histórico na periferia fluminense, no Recôncavo da Guanabara, que envolve Cultura, Memória e Identidade. O comportamento, hábito e tradição encontrada no quilombo nos colocam em uma nova reflexão, como devemos manter essa resistência de luta atualmente. O que devemos preservar?

Segundo a escritora Choay (2006), nos faz refletir sobre o termo de que tratamos, que tudo é patrimônio, pois esta antiga palavra estava, na origem, ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. A definição de patrimônio histórico é fomentada por uma discussão mais profunda sobre o que produzimos o tempo todo. É interpretada como obras de artes, que faz parte de um passado que merece ser transformada em bens públicos, pois a construção torna-se vitalício aos olhos do povo que vivenciou glória e triunfou nas suas lutas, mostrando um início de uma civilidade, mas devorada pela modernidade, mas que resistiu aos corações e mentes servindo de referência para estudos comparativos e analíticos.

Esse espaço, que surgiu ao longo do século XIX, determinou que se tornasse reconhecido como quilombo, e é visto como um patrimônio histórico que possui várias definições e que deve ser tratado como referência simbólica permanente, pois foi fruto de um protagonismo histórico e de identidade. Sendo assim, cabe ressaltar que a liderança dessa mulher deve ter uma visibilidade nas instituições educacionais, proporcionando uma relação entre a escola e a comunidade remanescente do quilombo.

Porém, segundo Souza (2012), expõem aos leitores as definições de quilombo e quais as suas particularidades pelo contexto político, social e jurídico. As explicações expõem as diferentes formas de compreender a construção do termo em determinado ponto de vista, que expõem uma fratura exposta de difícil cicatrização as referências tratadas a cada ponto

viabilizam um estudo mais profundo sobre a abordagem, seja histórico, referência simbólica para os movimentos negros ou jurídico reconhecimento legítimo e real dos fatos ocorridos.

O Estado, por ser responsável pelas instituições, busca trabalhar no sentido de neutralizar as ações da comunidade negra, já que este assume o papel de opressor, utilizando as forças policiais para oprimir e silenciar as vozes de quem clama por justiça. Mantendo, assim, um Estado Liberal, mas parecido como o período colonial, impondo e mantendo um sistema quase que escravista sob um tempo de domínio de uma política econômica capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de pesquisa sobre o Quilombo de Maria Conga apresentou dificuldades em razão da COVID-19, sobretudo o contato com os entrevistados. Por causa disso, investimos em outra linha de pesquisa, que estava inclinada para os trabalhos já concluídos. Nessa segunda, realizou-se uma metodologia de pesquisa mais investigativa aos arquivos dos municípios, bibliotecas, além das entrevistas. As investigações que realizamos sinalizaram a ocorrência das alterações profundas nas relações sociais entre o quilombo e a sociedade de Magé.

Cabe entender que as fugas dos negros e a criação dos quilombos nos diversos recantos do território brasileiro contribuiu para que os quilombos se tornassem as primeiras formações sociais dos africanos escravizados e suas descendências nos Vilarejos e nas Vilas e nas Cidades que resultou no longo processo da colonização na América Portuguesa, imposto pelos colonizadores neste contexto da expansão do capitalismo moderno. Com base na exploração econômica e dominação política dos povos sequestrados do continente africano.

Escravizados e destituídos de suas histórias, esses povos de variadas origens étnicas, forçosamente dispersados pelo mundo através do fenômeno conhecido na historiografia como Diáspora Negra ou Diáspora Africana, espalhados no vasto território de um Brasil colonial, buscaram reconstruir redes de interações na luta pela liberdade política e sobrevivência física, reexistindo (resistir para existir) toda forma de opressão.

Dentre as quais, a imposição da cultura do colonizador, mediante processos de recriação e reinvenção de práticas sociais a partir da memória ancestral para preservar laços mínimos de identidade, cooperação e solidariedade. Nesse cenário de luta pela liberdade os agrupamentos de negros e negras conhecidos como quilombos se constituíram em símbolos da resistência como as formações sociais mais importantes para a preservação de múltiplas culturas de origens africana e que preservaram suas marcas, traços e elementos identitários para a reconstrução pessoal e coletiva de africanos escravizados e seus descendentes no Brasil contemporâneo, a população negra ou afro-brasileira.

Diante de uma reconstrução social longe dos seus territórios de origens buscaram replicar os comportamentos, hábitos e tradições, porém com um olhar mais incisivo para os que se aproximavam quando estes entravam em contato com homens livres na troca de excedentes que obtinham nas plantações do quilombo. Logo, forçava um olhar de desconfiança, mas também de afeto, pois relacionava com outros indivíduos que não eram de sua origem, era instigante.

Dessa forma, ressaltamos a construção dos aspectos históricos, políticos, sociais e culturais da formação dos quilombos no Brasil, cuja experiência é distinta das formações sociais semelhantes desenvolvidas no continente africano. O conceito histórico de quilombo como núcleo populacional de resistência formados por negros escravizados e fugitivos construídos contra o regime servil da escravidão imposto pela Coroa portuguesa, em busca da liberdade e desafiavam o poder político dos senhores foi ressignificado para Comunidade Remanescente de Quilombo no contexto do Estado Democrático de Direito, sobretudo, na titulação das terras ocupadas pelas comunidades quilombolas. Culturalmente, para além da reprodução física, econômica e social, os quilombos serviram para reprodução dos modos de vida, valores, visões de mundo e práticas sociais do universo territorial e simbólico dos povos do continente africano espalhados no território brasileiro a partir do contexto da afrodíaspóra transformando em símbolo da pluralidade étnica e diversidade cultural.

Essa diversidade cultural africana contribuiu para a nova formação da linguística no território brasileiro, quando estes forçosamente entraram em contato com os colonizadores, pois a linguística dos opressores não possuía linguagem compreensiva com a dos oprimidos. Essa mestiçagem deu-se no interior dos quilombos quando tentavam se comunicar com os demais, essa pluralidade está presente atualmente.

Sendo assim, a questão da formação plural dos quilombos a partir da contextualização histórica da formação do Quilombo Maria Conga contribui para o reconhecimento como Comunidade Remanescente de Quilombo (CRQ), de forma apresentar o protagonismo da sua fundadora e o sentimento de pertencimento ancestral dos seus atuais moradores com base na literatura disponível e acessada ao longo este estudo e nas memórias de seus atuais moradores. Antes, porém, cabe traçar algumas considerações históricas sobre o município de Magé, onde está localizada a CRCMC. Para as comunidades quilombadas, a memória transmitida pelos antepassados acerca da terra como geradora de riqueza coletiva lhes recomendava dinamizar a ocupação em uma aliança com o meio ambiente físico e social, para resistir à opressão e viver conforme as suas tradições.

Percebe-se que as considerações desenvolvidas pelo governante do município de Magé foram pertinentes para o reconhecimento do quilombola Maria Conga como heroína da cidade, onde foi homenageada pelo poder público municipal que promoveu ato público no centenário da Lei Áurea em 1988. Pois, essa mulher utilizou a sua ancestralidade para combater a estrutura do Estado escravista e proporcionar liberdade aqueles que buscava sua ajuda, atuou como protetora, parteira, curandeira e esteve intrinsecamente ligada a uma rede de comunicação que servia a estratégia de combate aos opressores. Muitos quilombolas reconheceram a importância

do serviço prestado por essa líder aos que buscavam liberdade e aos que nasciam em terras distantes de seus ancestrais, contribuindo assim para a existência da diversidade cultural, pois prestava assistência às diversas etnias.

Cabe ressaltar que é necessária a preservação do patrimônio cultural criado ao longo da existência do Quilombo de Resistência de Maria Conga no século XIX. Isso fez com que chamasse a atenção para a Instituição de Ensino CIEP 444 Israel Jacob Averbach e colocasse em discussão pedagógica a pretensão de pautar a CRQ Maria Conga como referência cultural do município de Magé na perspectiva da preservação da herança africana e cultura afro-brasileira, além de importante instrumento de luta contra o racismo mediante a valorização da histórica local centrada na liderança da mulher negra escravizada. A líder Maria Conga, o grande símbolo da luta da resistência contra o escravismo na região e heroína da cidade de Magé, chamamos à discussão para a importância da educação patrimonial visando um fazer pedagógico decolonial nas escolas das redes públicas e privadas no sentido evocado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNERER), conforme o artigo 26-A da lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) vigente alterado. Logo, algumas referências visando promover interlocução entre CRQ Maria Conga, educação e patrimônio cultural na perspectiva da preservação dos símbolos e práticas culturais que valorizam a herança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. “Remanescentes das Comunidades de Quilombos”: Memória do cativo, patrimônio cultural e direito à reparação. Texto a ser publicado na revista ibero-americana, Berlim, 2011.

ABREU, Martha; GURAN, Milton; MATTOS, Hebe. **Inventário dos lugares de memória do tráfico Atlântico de escravos e da história dos africanos escravizados no Brasil**. Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI) da Universidade Federal Fluminense – UFF, abril, 2013.

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe; VIANA, Carolina. Em torno do passado escravista: as ações afirmativas e os historiadores. In: **A Escrita da História Escolar, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

ADAS, M; ADAS, S. **Expedições geográficas**: 3. ed. São Paulo: Moderna, 2018.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2012.

BARBOSA, Paulo Corrêa. **Lélia Gonzales: o feminismo negro no palco da história**, Brasília: Abravídeo, 2015.

BEVILAQUA, Aluísio Pampolha. **Perspectivas para a luta contra o neoliberalismo no Brasil sob a conjuntura de crise orgânica do capital**. Pós doutorando pela UERJ programa de pós-graduação em políticas públicas e formação humana, 2019.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Ministério da Educação, outubro de 2004.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Quilombos espaço de resistência de homens e mulheres negros, Brasília**. Mec, 2005 p. 17.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Art. 68. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003 que altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira”, e dá outras providências, Brasília, 2003.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Emenda constitucional no decreto 4.887/2003 legislações federal, Brasília DF, 2003.

CARVALHO, Camila de Abreu. **Quilombo de Maria Conga em Magé: Memória, Identidade e Ensino de História**, Dissertação – UFF – 2016. “Camila de Abreu Carvalho, Quilombo de Maria Conga em Magé: Memória, Identidade e Ensino de História Monografia apresentada à coordenação do de pós-graduação do Mestrado Profissional de Ensino História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio para obtenção do título de mestre em Ensino de História. Apresentada em 29 de julho de 2016 Dra. Keila Grinberg (Orientadora), Professor Dra. Camila Agostini e Professor Dra. Daniela Yabeta”.

COSTA, Diego Pedro Aires da. **Quilombo luta e resistência dos negros/as na formação social do Brasil**. Revista A construção do Brasil: Geografia, Ação política e democracia. XVIII Encontro Nacional de Geografo 2016.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CUSTÓDIO, Aline. **História do Quilombo Maria Conga vira documentário**. Jornal EXTRA, 2012. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/baixada-fluminense/historia-do-quilombo-maria-conga-vira-documentario-6684872.html> (último acesso 21 fevereiro de 2024)

D'ADESKY, Jacques. **Pluralismo étnico e multi-culturalismo: racismo e anti-racismo no Brasil**, Rio de Janeiro: Pallas, 2005.

FIABANI, Ademar. **MATO, PALHOÇA E PILÃO: O quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes [1532 -2004]**. 1 ed. – São Paulo. Expressão Popular 2005.

FERNANDES, Otair. Cultura Afro-brasileira e patrimônio cultural: considerações preliminares. In: FELIPE, Delton A.; FERNANDES, Otair; VARGAS, Giane E. (Orgs.). **Patrimônio e Cultura Afro-Brasileira: memória, identidade e reconhecimento**. Uberlândia: Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negro/as, 2018a, v. 4, p. 10-29.

FLORENCIO, S. R. **Política de educação patrimonial no Iphan: diretrizes conceituais e ações estratégicas**. Revista CPC, [S. l.], v. 14, n. 27esp, p. 55-89, 2019. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.v14i27esp55-89. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/159666>. Acesso em: 15 fev. 2024.

FLORENCIO, Sônia Rampim, **Política de Educação Patrimonial no IPHAN: Diretrizes conceituais e Ações estratégicas**. Revista. CPC, São Paulo, nº 27 especial P.55-89 Jan/Jul 2019.

FLORENCIO, Sônia Regina Rampim. Educação patrimonial: um processo de mediação. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.). **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: Iphan, 2012. p. 22-29. (Caderno Temático 2).

FREITAS, Décio. **Palmares: a guerra dos escravos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **História econômica geral e do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1980.

FONSECA JÚNIOR, Eduardo. **Sambaquis & quilombos no litoral Fluminense**. Rio das Ostras: Gráfica e Policromia Iriry, 2004.

FONSECA, Maria Cecília Londres da. Referências culturais: bases para novas políticas de patrimônio. In: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O Registro do Patrimônio Imaterial - Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. 5. ed. Brasília - DF: 2012, p. 35-44.

FREITAS, Décio. **Palmares a Guerra dos Escravos**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GOMES, E; OLIVEIRA, L. C. **Memórias documentadas do grupo “Tradição dos Orixás”**: reações, resistência e ressonâncias afro-brasileiras dos anos 1980. *Religião & Sociedade*[online]. 2021, v. 41, n. 03 [Acesso em: 22 mar. 2022], p. 25-50. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0100-85872021v41n3cap01>>.

GOMES, Flávio dos Santos. **Experiência atlânticas**: ensaios e pesquisas sobre a escravidão e o pós-emancipação no Brasil – Passo Fundo: UPF, 2003.

GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de quilombolas**: mocambos e comunidades de senzalas- Rio de Janeiro, século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

GOMES, Flávio dos Santos. **Jogando a Rede Revendo as Malhas**. Fugas e Fugitivos no Brasil Escravista, Rio de Janeiro, Revista Tempo, Volume 1, nº 1, 1996, p. 76.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira. *Guia Básico de Educação Patrimonial –Brasília IPHAN 1999*.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Educação patrimonial**: histórico, conceitos e processos. Brasília, DF: Iphan, 2014.

KATUVANJESI, Tata Nkisi. **Através das águas**: os bantu na formação do Brasil. São Paulo: Hucitec, 2017.

LANDER, Edgardo. **Ciências sociais**: saberes coloniais e eurocêtricos, A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Editora Unicamp, 1996.

LEITE, Fábio Rubens da Rocha. **A questão ancestral África negra**. São Paulo: Palas Athenas, 2008.

LEITE, Ilka Boaventura. **Os quilombos no Brasil**: questões conceituais e normativas Florianópolis - Etnográfica, Vol. IV (2), 2000, pp. 333-354.

LEITE, Ilka Boaventura. **Quilombo no Brasil**: Questões conceituais e normativas. UFSC Etnografia Vol. IV (2) 2000.pp 333-354.

LOPES, Nei. **Dicionário escolar afro-brasileiro**. São Paulo: Selo Negro, 2006.

LOPES, Nei, **Enciclopédia brasileira da diáspora africana** [recurso eletrônico] / Nei Lopes. - 4. ed. - São Paulo: Selo Negro, 2011. recurso digital: il.

LOPES, Nei. **Novo Dicionário Banto do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

MAESTRI, Mário. **Uma Defesa do Quilombo**. Revista Espaço Acadêmico – Nº 51 – agosto/2005 – Mensal - Ano V - ISSN 1519.6168. Disponível em: < <http://www.espacoacademico.com.br/051/51maestri.htm> >. Acessado em: 10 de agosto de 2015.

MARTINS, Gabriel dos Santos. **Algumas contradições entre a territorialidade simbólica e a funcional exemplificadas na luta pela delimitação do Quilombo Maria Conga de Magé-RJ** / Gabriel dos Santos Martins; orientador: João Rua. – 2021.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

MOURA, Clóvis. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.

MOURA, Clóvis. **Quilombos: resistência ao escravismo** – 5ª ed. - Teresina: EdUESPI, 2021.

MUNANGA, K. **Origem e histórico do quilombo na África**. Revista USP, [S. l.], n. 28, p. 56-63, 1996. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i28p56-63. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28364>. Acesso em: 7 fev. 2024.

MUNANGA, Kabengele, 1995, “**Identidade, Cidadania e Democracia: Algumas Reflexões sobre os Discursos Anti-racistas no Brasil**”, QUINTAS, Fátima (org.), O Negro: Identidade e Cidadania, Anais do IV Congresso Afro-Brasileiro, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, Editora Massangana, 1995/6, “Origem e Histórico do Quilombo na África”, Revista da USP, 28.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: Usos e sentidos** Ed. Audêntica Belo Horizonte 2012.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado**. Ed- São Paulo: Perspectiva; 2016.

NIETZSCHE, Friedrich. **O anticristo: maldição ao cristianismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: PROJETO HISTÓRIA. 07-28, dezembro, 1993.

ODWYER, Eliane Cantarino (Org.). **Quilombos: Identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder eurocentrismo e América Latina. In: Edgardo Lander (Org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. Patrimônio Cultural. – Rio de Janeiro, 2014.

REIS, J. J. **Quilombos e revoltas escravas no Brasil**. Revista USP, [S. l.], n. 28, p. 14-39, 1996. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i28p14-39. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28362>. Acesso em: 7 fev. 2024.

REIS, João José, Gomes, Flávios dos Santos. **Liberdade por fio**. São Paulo Claro Enigma. 2012.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo, Companhia das letras, 2006.

RONDON, Vitória. Racismo: entenda quais são os tipos e as consequências. Terra, 2023. Disponível em: https://www.terra.com.br/nos/racismo-entenda-quais-sao-os-tipos-e-as-consequencias,a13e57148ea45b1401bae82c43249510nj8hitqs.html?utm_source=clipboard

ROSA, Júlia Mazinini. **A apropriação dos princípios fundamentais da teoria da evolução e os alcances abstrativos na concepção de mundo**. Tese de doutorado em Educação escolar Universidade Estadual Paulista – Campus Araraquara, 2018, p.22 -61.

SANTOS, Yanê Lopes. **Autonomia Escrava na Formação do Estado Nacional brasileiro: O caso do morar sobre si no Rio de Janeiro**. USP – Revista Almanack nº 6 novembro 2007, p. 108
SANTOS, Ynaê Lopes do. **História da África e do Brasil Afrodescendente**, Rio de Janeiro – Pallas, 2017.

SILVA, Renata Aquino da. **Afroinscrições em Petrópolis: história, memória e territorialidades**. Tese de Doutorado - UFC, 2019.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **ATRAVÉS DAS ÁGUAS: os bantus na Formação do Brasil**, - São Paulo: Hucitec, FE-USP, 2023.

SOARES, Mariza de Carvalho; BEZERRA, Nielson Rosa. **Escravidão africana no Recôncavo da Guanabara (séculos XIII-XIX)** /Mariza de Carvalho Soares e Nielson Rosa Bezerra (organizadores). Niterói, Editora da UFF, 2011.

SOUZA, Igor Alexander Nascimento; THOMPSON, Ana Lucia de Souza. **A Educação patrimonial no âmbito do patrimônio cultural**.

SOUZA, Mariana de Mello e. **África e Brasil Africano**. São Paulo, Ática, 2014.

TOLENTINO, Átila Bezerra, BRAGA, Emanuel Oliveira. **Políticas, relações de poder e ações afirmativas** – João Pessoa: IPHAN-PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016.